

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES INDÍGENAS/TURMA MURA: um balanço dos dois
primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos**

Fabiana de Freitas Pinto

MANAUS
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FABIANA DE FREITAS PINTO

**LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES INDÍGENAS/TURMA MURA: um balanço dos dois
primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Rosa Helena Dias da Silva.

MANAUS
2011

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Pinto, Fabiana de Freitas

P659l Licenciatura específica para formação de professores indígenas/turma Mura: um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos / Fabiana de Freitas Pinto. - Manaus: UFAM, 2011.

140 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosa Helena Dias da Silva

1. Professores indígenas - Formação 2. Ensino superior 3. Povo Mura I. Silva, Rosa Helena Dias da (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 371.13(=1-82)(043.3)

FABIANA DE FREITAS PINTO

**LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES INDÍGENAS/TURMA MURA: um balanço dos dois
primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Rosa Helena Dias da Silva.

Aprovada em 06/06/2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Helena Dias da Silva – Presidente
Universidade Federal do Amazonas/FACED – UFAM

Prof^ª. Dra. Ana Alcídia de Araújo Moraes – Membro
Universidade Federal do Amazonas/FACED – UFAM

Prof^ª. Dr^ª. Rita Gomes do Nascimento – Membro
Membro do NEEI / SEDUC-CE

MANAUS
2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que mesmo diante das dificuldades me incentivaram e lutaram comigo para tornar possível a realização dos meus objetivos.

Aos (Às) professores(as) indígenas Mura de Autazes pela total colaboração neste trabalho e pela acolhida nas aldeias.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom sublime da vida, que abençoadamente transcorre no seio desta terra, Amazônia, da qual sou filha legítima e que muito me serve de inspiração;

Ao meu irmão por ser um exemplo de simplicidade refletido neste trabalho;

Às minhas “primas-irmãs” Fatinha, Zequinha, Aninha e Nequinha pelos momentos de alegria e partilha em família sempre traduzidos em força;

Ao amigo, confidente e “historiador” Thiago Smith pelas mãos dadas nesta caminhada, pela sensibilidade demonstrada nas discussões sobre a temática e palavras de otimismo ditas em todas as fases deste processo;

Aos meus queridos amigos Cláudio Victória, Monique Pires, Joselle Alfaia, Laércio Mendes, Gracinete Honorato, Mônica Chacon e Karol Menezes pelo incentivo e companhia ao longo desta trajetória;

Aos colegas do Curso de Mestrado com quem pude dividir ricas experiências e aprendizados;

À Cristina Carvalho, Raquel Neiva, Ivelize Fausto pela amizade, pelo convívio e pelas trocas de conhecimentos;

Aos professores (as) Erismar Nunes, Erivonaldo Nunes e Graça Santos por terem plantado em mim sementes preciosas de sabedoria e humildade;

À professora Lucíola Inês Pessoa Cavalcante por me oportunizar momentos ímpares de intensa aprendizagem que levarei comigo por toda minha vida pessoal e profissional;

À minha orientadora e amiga, Rosa Helena Dias da Silva por toda confiança depositada neste trabalho e, sobretudo, pelo seu incansável lutar, persistir, acreditar que nos envolve e impulsiona na busca do “possível” quando o “ideal” nos parece inalcançável;

Aos (Às) professores (as) e ilustres “navegantes amazônidas” Alcilei (Mura), Jerson (Mura), Elciclei Faria e Luciana Gomes pela companhia nas viagens rumo às escolas indígenas;

Ao Armando por nos conduzir de forma tão paciente e segura às aldeias Mura;

Ao amigo Amaro Baruck, por compartilhar comigo lições de fraternidade, paciência, momentos de dificuldades e pelo constante apoio gráfico;

Ao grupo de pesquisa “Formação do (a) Educador (a) no Contexto Amazônico” pela acolhida, pelos ensinamentos diários e pela amizade;

Aos professores (as) do PPGE pelos conhecimentos transmitidos, especialmente aos professores José Silvério Baia Horta, Ana Alcídia de Araújo Moraes e Carlos Humberto Alves Corrêa pelas riquíssimas sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que muito colaborou para o andamento e a divulgação dessa pesquisa;

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por nos aproximar, através do Curso de Mestrado, de uma formação cada vez mais sólida e de qualidade.

[...] Porque a gente não vai querer a nossa autonomia e se afastar do mundo; nós dependemos um do outro. (Mariomar Moreira - Professor Indígena Mura)

RESUMO

A presente dissertação tem como foco a Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas desenvolvida, desde 2008, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através da Faculdade de Educação (FACED), junto a uma turma de cinquenta e cinco (55) professores indígenas do povo Mura da região de Autazes/AM. O referido curso foi elaborado através de uma parceria conjunta entre Universidade e a Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), com financiamento do Ministério da Educação (MEC), por intermédio, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Ensino Superior (SESu) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no contexto do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND). O trabalho, no contexto da pesquisa, que se caracterizou pela abordagem qualitativa, guiou-se pelo objetivo geral de verificar, passado os dois primeiros anos do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores indígenas/Turma Mura, com base no depoimento dos alunos, o grau de atendimento das expectativas iniciais por eles formuladas no momento de elaboração do Curso (2006-2007) e de seu Seminário de implantação (2008). As seguintes questões norteadoras do processo investigativo foram formuladas: Quais e como estão sendo atendidas as expectativas dos alunos Mura nesses dois anos de Curso? Qual a importância de ser um universitário Mura? Se as expectativas em relação ao Curso estão sendo atendidas ou não, a quem eles atribuem o fato? Utilizou-se, como instrumento metodológico para a coleta de dados, um roteiro de entrevista semi-estruturada contendo frases-geradoras (com as expectativas anteriormente elaboradas pelos alunos). Para análise e balanço qualitativo do atendimento das expectativas, foram levadas em consideração primeiramente três tipos de expectativas: individual, coletiva, política/de movimento. Junto a essas, surgem as expectativas relacionadas à família, formação/atuação docente e ao sentimento frente ao fato de tornaram-se universitários da UFAM. A pesquisa nos permitiu (através dos olhares dos graduandos Mura) constatar que o Curso de Licenciatura tem, em grande parte, atendido satisfatoriamente as expectativas dos universitários Mura. O trabalho se pautou pelos princípios da interculturalidade e pretende ser uma contribuição para a ampliação do debate sobre a temática do Ensino Superior voltado aos Povos Indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Curso de Licenciatura Específica; Ensino Superior e Povos Indígenas; Expectativas indígenas; Mura.

ABSTRACT

The present dissertation has as focus on Bachelor Degree Specific for Formation of Indigenous Teachers developed since 2008, by the Federal University of Amazonas (UFAM) through the Faculty of Education (FACED), with a group of fifty-five (55) Indian teachers of the Mura tribe of the region of Autazes/AM. The referred course was prepared through a joint partnership between the University and the Organization of Indigenous Teachers Mura (OPIM), with funding from the Ministry of Education (MEC), through the Department of Continuing Education, Literacy and Diversity (SECAD), of the Department of Superior Education (SESu) and of National Development Fund for Education (FNDE), in the context of the Program of Support to Superior Education and Indigenous Undergraduate (PROLIND). The work in the context of research, which was characterized by a qualitative approach, guided by the overall objective of verifying, spent the first two years of the Specific Degree Course for Formation of Indigenous Teachers/Class Mura, based on the testimony of students, the degree of attendance of initial expectations that they made at the time of preparation of the course (2006-2007) and deployment of your seminar (2008). The following questions guiding the research process were formulated: what and how are being attendance the expectations of students Mura in these two years of course? What is the importance of being a college Mura? If the expectations concerning the course are being met or not, to whom they attribute the fact? It was used as a methodological tool for collecting data, a guide of semi-structured interview containing generating sentences (with the expectations previously prepared by students). For analysis and qualitative account of attendance the expectations, were considered primarily three types of expectations: individual, collective, political/movement. Joined these, we add the expectations related to family, training/ educational performance and the sentiment towards the fact became universitarian of UFAM. The research enabled us (through the eyes of undergraduates Mura) note that the Degree Course has, largely, satisfactorily met the expectations of universitarian Mura. The work was guided by the principles of interculturalism and intends to be a contribution to expand the debate on the theme of Superior Education facing Indigenous Peoples.

Keywords: Specific Degree Course; Superior Education; Indigenous Peoples; Expectations indigenous; Mura.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGE/FACED - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação

PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PROEG – Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

OPIM – Organização dos Professores Indígenas Mura

SEDUC/AM – Secretaria do Estado de Educação do Amazonas

PROEG/UFAM – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Amazonas

CEG/CONSEPE – Câmara de Ensino de Graduação/Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

MEC – Ministério da Educação

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SESu - Secretaria de Ensino Superior

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CGEEI – Conselho Geral de Educação Escolar Indígena

IES – Instituição de Ensino Superior

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEEM – Setor de Educação Escolar Mura

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação

CEP/AM – Comitê de Ética em Pesquisa do Amazonas

CONEP/BR – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa de Brasília

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UNB – Universidade de Brasília

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Índio Mura do século XVIII

Foto 2: Colonizador na cabana dos Mura

Foto 3: Turma do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura

Foto 4: Imagem aérea do Município de Autazes/AM

Foto 5: Símbolo e mapa do Município de Autazes

Foto 6: Escola Municipal Indígena Isabel Barroncas/Aldeia Capivara

Foto 7: Vista parcial da entrada da Aldeia Capivara

Foto 8: Escola Municipal Indígena Novo Sonho/ Aldeia Jauari

Foto 9: Alunos da E.M.I. Novo Sonho indo para casa

Foto 10: Escola Municipal Indígena Sete de Setembro

Foto 11: Sala de aula da E.M. I. Sete de Setembro

Foto 12: Escola Municipal Indígena Capitão Getúlio

Foto 13: Paisagem vista da E.M.I. Capitão Getúlio

Foto 14: Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina/Aldeia São Félix

Foto 15: Área externa de lazer da E.M.I. Dr. Jacobina

Foto 16: Escola Municipal Indígena Marechal Rondon/Aldeia Cuia

Foto 17: Centro/Sede Social da Aldeia Cuia

Foto 18: Escola Municipal Indígena Novo Horizonte/ Aldeia Gapenú

Foto 19: Paisagem à frente da E.M.I. Novo Horizonte

Foto 20: Crianças estudando na Sede Social da aldeia

Foto 21: Escola Municipal Indígena Manoel Miranda/Aldeia Murutinga

Foto 22: Alunas gêmeas e trigêmeas da escola

Foto 23: Escola Municipal Indígena Elcy de Almeida Prado/ Aldeia Josefa

Foto 24: Escola Municipal Indígena Trincheira/Aldeia Trincheira

Foto 25: Alunos em horário de merenda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRAS PALAVRAS	
DO COTIDIANO DA VIDA PARA A FORMAÇÃO NO COTIDIANO ACADÊMICO: justificando a escolha do tema e situando brevemente o povo Mura (da região de Autazes/AM) e sua busca pela formação superior de seus professores	18
OS MURA E O CURSO DE LICENCIATURA ESPECÍFICO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS: uma breve contextualização.....	26
CAPÍTULO 1	
1. PELAS ESTRADAS DE ÁGUA ATÉ AS ALDEIAS INDÍGENAS MURA: descrevendo os encantadores e sinuosos caminhos da pesquisa	37
1.1 – Dos sinuosos caminhos dos rios e lagos às aldeias/escolas indígenas Mura: uma breve descrição	45
CAPÍTULO 2	
2. ENSINO SUPERIOR E POVOS INDÍGENAS: um diálogo que rompe as fronteiras e os desafios para a universidade	62
CAPÍTULO 3	
3. LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MURA: um reencontro com as expectativas passadas através dos olhares presentes dos graduandos	79
REFLEXÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	113
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

As idéias aqui expostas buscam inicialmente expressar o contexto em que este trabalho se insere. Os debates e os estudos realizados no país sobre a educação e sua relação com a diversidade cultural têm se intensificado nas duas últimas décadas e mobilizado significativamente os grupos sociais a repensarem a tônica de seus discursos e de suas práticas, desse modo, a estabelecerem conexões/diálogos com os múltiplos sujeitos e contextos sócio-culturais que, como os povos indígenas, de forma incisiva, têm posto o país num circuito de reflexões acerca de seus “diferentes” modos de ser e conviver.

Desse modo, o cenário nacional tem sido marcado por presenças e vozes indígenas, vozes com tons reivindicatórios e, sobretudo vozes reais, anunciando a possibilidade/concretização de um projeto de futuro que, no campo da educação, garanta a continuidade de seus processos de escolarização e a qualidade de sua formação – no que se refere à temática do Ensino Superior, de maneira mais específica.

Hoje é possível afirmar que a educação escolar tem sido uma das principais bandeiras de luta hasteada por estes povos que, por sua vez, vivenciam tempos de conquistas e o seu protagonismo, por exemplo, exercitado em suas organizações/movimentos sócio-político-culturais, tem possibilitado o progressivo atendimento de seus direitos constitucionais/educacionais, bem como o fortalecimento da escola indígena e o sonho de uma pedagogia escolar própria sendo continuamente concretizados.

Diante desse contexto, portanto, é que surge e se amplia o debate sobre o Ensino Superior e Povos Indígenas e, conseqüentemente, o desafio de repensar políticas, concepções e práticas que viabilizam ou inviabilizam a presença desses povos em territórios acadêmicos.

E para iniciarmos este diálogo é importante ressaltar que o nosso parâmetro neste trabalho foi a experiência vivenciada pela turma de Professores Indígenas Mura do Município de Autazes/AM – que ingressaram na Universidade em 2008 - através da Licenciatura

Específica para Formação de Professores Indígenas articulada pelo Grupo de Pesquisa “Formação do(a) Educador(a) no contexto amazônico”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGE/FACED) que tem assumido o compromisso de executá-la e coordená-la, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND).

Tendo em vista a demanda do povo Mura da região de Autazes/AM por um ensino que contemple suas necessidades – enquanto povos que possuem cultura e projetos de vida específicos e diferenciados – e que garanta a qualidade dos estudos e sua permanência exitosa no Ensino Superior, é que optamos priorizar por uma investigação que nos revele, de fato, como vem se desencadeando esse processo de ensino/formação sob a da ótica dos alunos Mura do curso acima citado que, atualmente se vêem no desafio de cursar um nível superior de ensino. Ao mesmo tempo em que sondaremos se suas expectativas iniciais (e que motivaram a busca por esse nível de ensino) em relação ao curso estão sendo atendidas, inevitavelmente nos desdobraremos no exercício de compreender e nos aprofundar de forma cada vez mais densa na temática em questão.

Ressaltamos ainda o nosso entendimento de que esta é uma temática complexa, que enfrenta algumas resistências, mas que deve ser continuamente debatida com o intuito de que se compreenda sua importância para a mudança de posturas discriminatórias, preconceituosas, de exclusão e se efetive a compreensão de que vivemos num país pluricultural, onde a convivência torna-se inescapável e o respeito à dignidade de cada ser humano, independente de sua cor ou etnia, seja inquestionável.

É, pois, frente às argumentações postas que esperançosos ficamos de que o trabalho aqui apresentado, além de nos apontar indícios e caminhos para a continuidade e aperfeiçoamento das experiências em curso e as novas que se iniciarão – como é o caso, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da ampliação do Curso, com oferta de duas

novas turmas com os indígenas do povo Munduruku e Sateré – se configure como uma possível contribuição ao debate em nossa universidade e na área da Educação de forma mais ampla.

Diante dessa exposição, o objetivo geral desta pesquisa pretendeu:

- Verificar, passado os dois primeiros anos do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores indígenas/Turma Mura¹, com base no depoimento dos alunos, o grau de atendimento das expectativas² iniciais por eles formuladas no momento de elaboração do Curso.

E os objetivos específicos:

- Identificar que facilidades e dificuldades estão sendo enfrentadas pelos alunos nesta trajetória do Ensino Superior;
- Compreender a importância atribuída pelos Mura, à experiência de estar cursando o Ensino Superior;

Convictos de que esses objetivos direcionam nossos olhares e contribuem significativamente para o delineamento mais preciso da pesquisa, é que apresentamos as questões que nortearam a nossa trajetória investigativa, as quais se traduziram em ferramenta de aproximação/aprofundamento dos sujeitos e saberes, são elas:

- Quais são e como estão sendo atendidas as expectativas dos alunos Mura nos dois primeiros anos de Curso?
- Qual a importância de ser um universitário Mura?

¹ Tal nomenclatura do Curso refere-se à nova Resolução da PROEG (2009) - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - sobre a alteração do nome do Curso. Tal mudança associa-se à ampliação das Turmas que a UFAM (Universidade Federal do Amazonas) atende por demanda e reivindicações de povos indígenas. Sendo, desse modo, a turma Mura a primeira, a dos Munduruku a segunda e brevemente, a dos Sateré -Mawé, a terceira (Conferir a Resolução nos anexos do trabalho – ANEXO B).

² Termo que, a nosso ver, melhor expressa os desejos, os anseios e as esperanças dos graduandos indígenas. Com base em Holanda Ferreira (2004), *expectativa* traduz-se em: Esperança fundada em supostos direitos, probabilidades ou promessas. E, de acordo com a Academia Brasileira de Letras (ABL) (2008), *expectativa* significa: Estado ou situação de espera.

- Se as expectativas em relação ao Curso estão sendo atendidas ou não, a quem eles atribuem o fato?

Em busca de respostas para estas questões, criamos espaços específicos de discussão que nos possibilitou reunir dados/informações variadas sobre o nosso universo de estudo, a própria pesquisadora (sua história e motivações) e os sujeitos da pesquisa e que assim se organizam nesta dissertação:

- Do cotidiano da vida para a formação no cotidiano acadêmico: justificando a escolha do tema e situando brevemente o povo Mura (da região de Autazes/AM) e sua busca pela formação superior de seus professores – sendo este um item que além de me situar enquanto um ser em constante processo de transformação, também busca explicar quais os motivos que me aproximaram da temática, os interesses que permeiam o meu diálogo com o tema e os reflexos da minha trajetória profissional e pessoal impressos neste ponto de chegada. Ainda neste tópico – que caracteriza-se como “primeiras palavras” sobre a problemática e seus sujeitos (a pesquisadora e os alunos universitários Mura) – trazemos uma breve contextualização sobre os Mura e o Curso frente o qual as expectativas serão analisadas.

- Pelas estradas de água até as aldeias indígenas Mura: descrevendo os encantadores e sinuosos caminhos da pesquisa – 1º Capítulo – neste capítulo o intuito é apresentar como ocorreu o processo de investigação da pesquisa, quais os caminhos percorridos, a metodologia utilizada, quais as facilidades e os entraves encontrados no caminho às escolas indígenas, espaço-foco das atenções do Curso de Licenciatura Específica/Turma Mura.

- Ensino Superior e Povos indígenas: um diálogo que rompe as fronteiras e os desafios para a universidade – 2º Capítulo – apresentamos uma discussão sobre o que temos acompanhado sobre este debate que tem ganhado proporções teóricas significativas, da mesma forma que tenta se conectar com as experiências vivenciadas por outros povos através

dos Cursos de Licenciaturas Específicas, de modo especial a que temos tratado nesta dissertação;

- Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura: um reencontro com as expectativas passadas através dos olhares presentes dos graduandos – 3º Capítulo – o referido capítulo busca apresentar o que, na nossa concepção, é a essência da pesquisa. Concentra as falas dos graduandos indígenas que nos permitiu realizar o balanço dos dois primeiros anos do Curso e que serão agrupadas em categorias de expectativas distintas: individual, coletiva (aldeia/povo), familiar e de movimento (política). Metodologicamente essa é uma forma de possibilitar uma visão global dos depoimentos obtidos durante a investigação e verificar se o Curso tem ou não atendido às expectativas dos sujeitos.

- Reflexões Finais – buscamos realizar algumas considerações gerais a respeito do balanço realizado a partir dos olhares dos universitários Mura apontando alguns desafios surgidos na trajetória/experiência de formação coordenada pela Faculdade de Educação mas que, de certa forma, se estendem à UFAM como um todo. Esse espaço de reflexão também nos oportuniza compartilhar algumas pistas encontradas nesse chão temático no qual nos propusemos a caminhar, fazendo com que as conclusões obtidas e explanadas nesse trabalho possam ser lançadas, de modo singular, ao desafio de compartilhar reflexões para o aprimoramento dos debates sobre o Ensino Superior e Povos Indígenas e, conseqüentemente dos 23 Cursos Específicos de Formação de Professores Indígenas/Licenciaturas Interculturais que ora vigoram em todo o país, em 20 Instituições Públicas de Ensino Superior (MEC, 2010).



Primeiras

Palavras

DO COTIDIANO DA VIDA PARA A FORMAÇÃO NO COTIDIANO ACADÊMICO: justificando a escolha do tema e situando brevemente o povo Mura (da região de Autazes/AM) e sua busca pela formação superior de seus professores

Quando afirmo que desta terra (Amazônia) sou filha legítima e que a mesma me serve de inspiração, longe estou de proferir um discurso meramente romântico ou de apego exagerado pela região a que pertenço. Na verdade, busco com essa fala retratar minha trajetória de vida e os motivos que me levaram ao encontro deste tema, partindo desse chão que me orgulha, acolhe e me desafia constantemente.

Por um lado, em tempos passados, ter uma identidade amazônica incidia em sérias implicações como, por exemplo, sermos vistos pelo resto do país (e talvez pelo mundo) com olhares equivocados que nos concebiam como pertencentes a uma região longínqua, coberta apenas por “matas, com índios e animais selvagens”. Acoplada a tal visão estava uma espécie de dúvida quanto à nossa capacidade de desenvolvimento social, político e cultural. Por outro lado, em decorrência das problemáticas ocorridas no mundo, como o aquecimento global, o crescimento desordenado das cidades e os maus hábitos adquiridos pela população com relação ao meio ambiente - que têm gerado sua degradação, a Amazônia tem se deparado com um novo olhar, tem sido concebida, por vezes, como o “jardim do mundo”, chegando a ser vista como a solução para os problemas que o planeta vem enfrentando. Interessa-nos, porém, perguntar: como a população amazônica tem sido vista realmente? Será que as imagens negativas estão de fato sendo desconstruídas, ou por conta dessa “espécie” de necessidade de “salvação ambiental”, as pessoas têm se dado conta de que somos “diferentes” do que precipitadamente podem imaginar? E os conflitos de identidade e de poder vivenciados ao longo dos anos, foram resolvidos? Essas e outras questões, que me acompanharam em algumas fases da vida, me trouxeram a convicção de que não basta apenas o orgulho, mas o entendimento de que a terra é para nós, assim como é para os índios, a verdadeira representação e possibilidade de perpetuação das nossas origens, nossa cultura e costumes.

Baseando-me, portanto, nessas reflexões iniciais é que procurei esclarecer a relação de apego, respeito e orgulho que possuo pela minha terra e passo a descrever outros aspectos que permearam o meu trajeto pessoal e profissional até a concretização dessa experiência enquanto pesquisadora no processo de formação na pós-graduação.

Nasci na cidade de Manaus, estado do Amazonas, sou filha de mãe amazonense – nascida no município de Eirunepé, mais especificamente num seringal denominado Rivaliza, localizado nos altos do Rio Juruá - e pai acreano – nascido no município de Tarauacá. Foi a trajetória de vida dos meus progenitores que me levaram à aproximação inicial com os povos indígenas e outros ensinamentos, de forma mais geral. Na verdade, como dizem Melo e Chalita (2010):

Minha mãe e meu pai são os dois retalhos fundamentais da minha colcha. Não sei olhar para minha vida sem que os meus olhos os descubram em cada detalhe. O motivo é simples. Foram eles que me ensinaram a respeito da ritualidade da vida. [...] Eles me ensinaram com atitudes. Ensinaram na educação que me ofereceram. Não sabiam dizer discursos cultos, elaborados, mas souberam transformar a teoria que o mundo já sabe de cor, mas nem sempre sabe viver, em lição cotidiana que só os gestos ensinam (p.51).

Vale explicar, nesse sentido, que a experiência de vida do meu pai, de modo particular, por conta do contato com os índios do povo Kulina, Kanamari, Kaxinawá e Katukina, mais precisamente, foi mais longa e sólida e suas histórias sobre a convivência e os aprendizados com esses índios foram inevitavelmente me fazendo “embarcar” numa relação cada vez mais intensa e curiosa a respeito dos povos nativos da minha região e, mais adiante, do país.

Crescer ouvindo as experiências de quem se criou “nos interiores”, à margem dos rios amazônicos, é uma das mais ricas aprendizagens que se pode ter. Perceber, por exemplo, o imaginário e a realidade se entrecruzando, trazendo à tona personagens, histórias e cenários ricos pelos seus aspectos culturais, pela multiplicidade de saberes, faz com que nos sintamos

cada vez mais partícipes de um contexto histórico, social, cultural e político que se processa tão claramente na diversidade.

As lembranças mais presentes em minha memória eram as longas conversas dos meus pais relembrando os tempos em que habitaram a beira de um rio chamado Gregório, onde falavam que, quando acometidos por alguma enfermidade, utilizavam primeiramente as crenças, as rezas, as defumações, as plantas e alimentos ensinados pelos “caboclos”. Ao certo, meus pais e outros familiares que moravam na mesma região em épocas passadas nunca souberam explicar porque designavam os índios de “cabocos”, o que me levou a crer, mais adiante, que eles, na verdade, não conseguiam fazer distinção entre os ribeirinhos e os índios que, ora e outra, por lá conviviam com eles.

Dentre esses diálogos travados em minha casa, eu também podia perceber, por um lado, o quanto ficava evidente, nas falas, a contradição expressa sobre a figura do índio, por exemplo. Parentes maternos, em diversas ocasiões relatavam que os índios praticavam, de forma bastante assídua, o furto. Segundo eles, não se podia deixar bacias, objetos pessoais, ferramentas de trabalho quando se lavava as roupas na beira do rio ou não se podiam deixar os alimentos colhidos nos roçados, nas canoas atracadas que bastava um descuido e lá estavam eles “capturando” tais pertences. Do outro lado, meu pai relatava que “época boa era aquela quando podia conviver com os índios”, onde se aprendia a “cortar as gírias”, as “magias”, os “feitiços”, se aprendia a conhecer os tipos de cipós específicos da mata que continham água com o poder de alucinar e ver “coisas” que a mente desejava, quando ingeridos. Ele também costumava e costuma dizer até hoje que, do muito que aprendeu com os índios, nos tempos de trabalho nos seringais e entre esses aprendizados, manipular os remédios caseiros, certamente, foi o que de melhor pôde trazer para nossa vida cotidiana. Segundo ele, as plantas medicinais, aquelas encontradas na mata ou cultivadas nos quintais de casa, eram as melhores alternativas e as mais eficazes para a cura de várias doenças. Hoje podemos dizer que essa é uma

realidade que nos assiste, pois mesmo morando na cidade - onde o ritmo de vida é totalmente diferente e nos faz, pela lógica, distanciarmo-nos dos aprendizados dos nossos antepassados - diante de diversas situações de enfermidade que venhamos a ter, ainda recorreremos primeiramente ao auxílio dos chás, dos sumos das plantas, das rezas, das benzedadeiras. Posteriormente, é que buscamos o auxílio médico.

Perceber meu cotidiano impregnado do reflexo dessas experiências, dessas influências é instigante, principalmente quando são continuamente expressadas no hábito familiar, por exemplo, quando nos deparamos sentados todos no chão da cozinha para nos servimos do pirão de farinha feito com o caldo do peixe cozido, do peixe frito com caju, do bolinho de farinha feito à mão pelas mulheres da família na maioria das vezes, da mandioca cozida, da tapioca, do chibé³, da banana coberta de farinha ou do peixe descansado na farinha (para não estragar), da caiçuma⁴, do piracu⁵, dos banhos tomados com cuias⁶ na cacimba⁷ enfim, costumes ainda tão presentes e que, invariavelmente, acaba nos interligando como numa rede de convivência familiar, amazônica, coletiva.

Acredito que foram essas contradições e/ou impressões iniciais advindas de realidades e visões tão diferentes que me impulsionaram inicialmente à compreensão do universo indígena, e, de igual modo, do universo das diferenças, da diversidade cultural.

Porém, mesmo acompanhada por inúmeras curiosidades e questionamentos acerca do que tinha ouvido dos meus familiares sobre povos indígenas, não via no meu trajeto escolar – período referente ao ensino fundamental e médio - espaço para tais discussões. No dia em que se costuma comemorar o dia do índio, por exemplo, a escola se movimentava não com o

³ Mistura indígena à base de água e farinha. Em outras culturas o chibé é também conhecido como jacuba ou tiquira e pode ser preparado com água, farinha, açúcar e/ou sal.

⁴ Bebida extraída do processo de fermentação da mandioca.

⁵ Espécie de farofa de peixe; Mistura de farinha com a carne de peixe assada desfiada.

⁶ Vaso feito do fruto verde da cueira; Também chamada de coité, a cuia ganha função de vaso após ser partida ao meio, retirado seu bagaço esponjoso/fibroso e que possui forte odor e posta ao sol para secar. Após esse processo a cuia pode ter várias utilidades, em nossa região ela serve mais frequentemente para tirar a água dos rios para a lavagem de roupas, louças, tomar banhos e ainda armazenar farinha e comida.

⁷ Poço/cavidade feita artesanalmente ao redor de um olho d'água, que brota na terra naturalmente.

intuito de promover discussões ou reflexões acerca do tema – visto/festejado de modo tão equivocado – mas de promover eventos com tons folclóricos onde as crianças e até mesmo os adolescentes eram pintados e vestidos de penas para executar o que denominavam de “dança do índio”⁸, que por motivos desconhecidos por mim, associavam a uma dança originária dos povos indígenas, ou seja, propagando (ingenuamente ou não) a idéia do índio estereotipado, primitivo e ultrapassado.

De certa forma, pude concluir, nesta fase da vida que essas imagens, esses acontecimentos vão tomando espaço em nossas mentes de maneira aparentemente tão natural que quando nos damos conta, desconstruí-las se torna tarefa difícil. E para isso é necessário que tenhamos uma noção crítica da realidade que nos cerca, buscando evitar o entendimento equivocado de determinadas manifestações culturais e artísticas promovidas nas escolas e em outros espaços educativos e sociais. Nesse sentido, é importante um olhar mais criterioso em torno da escola, compreendê-la como possível aliada neste processo de construção de uma realidade mais digna para os povos, como espaço de luta por igualdade de direitos, de exercício da democracia, de convívio da diversidade, de promoção do respeito às diferenças e não como instrumento de execução de poder e disseminação de posturas preconceituosas, excludentes, discriminatórias e silenciadoras.

No ano de 2005, quando entrei na universidade para o Curso de Pedagogia, as questões que acima exponho permaneciam latentes, mas, “arquivadas”. Minhas expectativas iniciais giravam em torno da necessidade de compreender melhor o processo educacional, de como ser uma educadora diferente de muitos daqueles vistos por mim na época de escola, de como seria pôr em prática todos os meus ideais, meus valores. E mesmo tendo me deparado, por um momento, com inúmeras incertezas quanto ao caminho que definitivamente ia seguir, tive a clareza de que entrei na faculdade sensibilizada por muitas questões, sobretudo, aquelas

⁸ Dança que tinha como principais instrumentos dois pedaços de cabos de vassoura que eram batidos um no outro com o intuito de reger os passos/o ritmo das pessoas que, ao ver dos seus idealizadores “assemelhava-se” às danças típicas dos povos indígenas.

relacionadas à pobreza, às injustiças sociais, às questões de raça/cor e de identidade e foi pensando seguramente nestes pontos que permaneci na certeza de que a educação era realmente o caminho que me faria encontrar ferramentas para transformar o mundo, as situações que por infinitas vezes me causavam inquietações e ao mesmo tempo me exigia posicionar-me, contribuindo para possíveis mudanças/saídas às realidades cruéis que a mim se apresentavam.

Sinto a necessidade de, neste momento, abrir um “parêntese” e esclarecer que a escolha pela pedagogia, foi fortemente motivada pela vontade que eu tinha de mudar a realidade que crescia junto comigo, uma realidade humilde e carente de instruções. Meus pais, assim como o restante da minha família, que até hoje residem próximo a mim, que acompanharam meu crescimento, que me deram instruções para a vida, por alguma circunstância não chegaram a concluir seus estudos. Esse fato, ao invés de gerar em mim uma postura negativa diante do meu desempenho escolar, fez com que eu me impulsionasse firmemente na busca por melhoria desta realidade.

Hoje, sou a primeira da minha geração (da família) a ter o Ensino Superior e alcançar a Pós-Graduação. Vale ressaltar que minha trajetória escolar sempre se deu em escolas públicas e, nos tempos de ensino fundamental, os estudos eram baseados completamente em livros didáticos, a prática do “decorar” os conceitos era constante e “saber” a tabuada era quase que obrigatório. Aprender a lidar com tais situações foi um exercício difícil na minha caminhada escolar, mas, que ao longo do tempo me possibilitou “olhar” a escola como um espaço democrático, de lutas e de comprometimento com a formação intelectual dos indivíduos e como não como uma repressora.

Mais à frente, ao ingressar em uma escola também pública, denominada Senador Petrônio Portela - escolhida na época para inaugurar o modelo de ensino em tempo integral no estado - foi possível vivenciar uma nova dinâmica de ensino. Entre as ações diferenciadas

promovidas pela escola notava-se que aliar o estudo das disciplinas com a prática de atividades artísticas, físicas, musicais, literárias e dinamizar o processo de aplicação de provas transformando-os em grandes simulados com o intuito de nos fazer sentir a realidade dos vestibulares eram as mais estimuladas/desenvolvidas entre os alunos. Assim, com o auxílio dos professores, fomos nos preparando para os desafios que haveríamos de encontrar fora dos muros da escola. Penso que me aproximei não da escola ideal, mas de uma escola empenhada na reflexão de suas práticas pedagógicas e considero ter sido a partir dessa experiência escolar que percebi a universidade como um ideal a ser inteiramente concretizado.

O primeiro período da faculdade, especialmente, marca o início de significativas oportunidades na minha vida acadêmica, porque me possibilitou a re-aproximação com a temática indígena, desta vez, mais especificamente com o Ensino Superior e Povos Indígenas. Na verdade, duas foram as importantes e decisivas experiências vividas, que acabaram por dar origem ao projeto que aqui apresentamos: a primeira, com pesquisas realizadas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)⁹, onde tivemos a oportunidade de verificar o posicionamento dos alunos dos cursos de Pedagogia, História, Geografia, Matemática e Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sobre a presença indígena na universidade; a segunda, com os estudos junto ao Grupo de Pesquisa “Formação do(a) educador(a) no contexto amazônico” da Linha de Pesquisa 3 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFAM, denominada “Formação e Práxis do(a) Educador(a) frente aos desafios amazônicos” da qual participo há cinco anos. É válido ressaltar que o referido grupo tem assumido atualmente o compromisso de executar, através do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), o Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas junto ao povo Mura no Município de Autazes, alvo dos nossos estudos e pesquisas.

⁹ Projeto realizado sob a orientação da Profa. Dra. Lucíola Inês Pessoa Cavalcante nos anos de 2007 e 2008.

Foi então que, seguindo o curso dessas trajetórias de estudo e investigação – que serviram como base e incentivo para o desenvolvimento e concretização deste projeto – optamos por nos aprofundar na dinâmica do Curso de Licenciatura Específica buscando conhecer através do olhar dos alunos o grau de atendimento de suas expectativas quanto ao ensino universitário, se este está atendendo suas necessidades enquanto educadores e o que almejam diante desta nova conquista.

Desse modo, esperamos que as constatações aqui apresentadas possam nos auxiliar no fortalecimento do compromisso com a formação acadêmica indígena, na visualização de novas possibilidades para efetivação de processos de formação acadêmica intercultural nas universidades, no entendimento (tanto pelos alunos indígenas quanto pelos não-indígenas) de que o Ensino Superior pode ser uma ferramenta de aproximação de sujeitos e saberes, capazes de direcionar os olhares a tantos outros desafios postos pela diversidade e ainda tão poucos discutidos no âmbito social e cultural da universidade. Acreditamos que para avançar nesta perspectiva não existam caminhos traçados, mas rotas a serem desenhadas e trilhas a serem continuamente percorridas. Que esta dissertação seja uma pequena parte deste processo.

OS MURA E O CURSO DE LICENCIATURA ESPECÍFICO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS: uma breve contextualização

Foto 1:

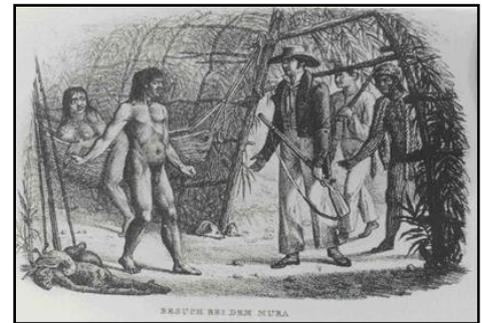
Índio Mura do Séc. XVIII



Fonte: <sinaisdamente.com>

Foto 2:

Colonizador na cabana dos Mura



Fonte: <antropologiavisual.cl>

A história nos mostra que:

Os índios Muras apareceram para os colonizadores portugueses da Amazônia no início do século XVIII. [...] Ficaram conhecidos pela violenta belicosidade com que reagiram à colonização durante todo o século XVIII, continuando, inclusive, até as proximidades de meados do século XIX. Constituíram o paradigma dos índios bárbaros ou de “corso”, contra os quais dever-se-ia mover a mais enfurecida guerra, como queriam as autoridades da época (SANTOS, 2002, p. 67 e 68).

Aguerridos, rebeldes, violentos, abomináveis, cruéis, índios de má índole eram, portanto, apenas alguns dos “adjetivos” utilizados para denominar os Mura, como nos mostram e reconhecem estudos e obras baseados em registros históricos da época em que se estabeleceu o contato português/colonizador:

A historiografia construída com base nos relatos oficiais do século 18 e nas narrativas dos viajantes do século 19, acompanha a representação etnocêntrica atribuída aos povos indígenas desde o século 16. A historicidade dos Mura não foge à regra das observações marcadamente preconceituosas (INPA, 2007, p. 14).

Se, por um lado, perceber as designações pejorativas atribuídas aos Mura seja uma tarefa simples, por outro, é possível afirmar que difícil está sendo romper com os preconceitos

construídos historicamente e que continuam refletindo negativamente nas relações até os dias atuais. Conflitos de identidade, perda de alguns aspectos culturais e lingüísticos, descrença por parte da sociedade envolvente, por exemplo, têm sido aspectos constantes na relação desse povo com a comunidade não-índia da região em que habitam como nos confirma a seguinte fala:

[...] analisando a situação atual do grupo Mura no município de Autazes, dizem que, pelos enfrentamentos em defesa territorial os Mura conseguiram além do decréscimo populacional, realçar e atrair ao grupo uma antipatia e sérios preconceitos que são demonstrados até os dias atuais. A visão do colonizador e os entraves para o processo civilizatório imposto por eles, são passados através de dados históricos, permeados de malquerença. Preconceito este comum no confronto entre populações etnicamente diferenciadas (Souza & Zuardi (s/d) *apud* FUNAI, (s/d)).

Apesar dessa situação conflitante, consequência dos fortes embates travados com os “brancos”, das lutas em defesa de seus territórios e da grande resistência ao processo de colonização os Mura têm buscado, de forma cada vez mais intensa, a reversão desse quadro opressor ao qual foram submetidos por séculos e protagonizam uma nova história de conquistas, como podemos perceber no trecho a seguir:

Contrariando as expectativas negativas geradas por toda a história de contato, que sempre esteve marcado pela violência e por um forte preconceito, em 1990 os Mura criam uma organização política, o Conselho Indígena Mura (CIM), sediado em Autazes, de onde passaram a traçar estratégias para seu fortalecimento e autodeterminação étnica (INPA, 2007, p. 15).

E como uma das estratégias aliadas a esse processo de afirmação identitária e reafirmação político-cultural destaca-se a escola, na perspectiva indígena.

Conforme nos aponta Januário (2005),

Os novos marcos legislativos e a pressão dos movimentos indígenas, juntamente com a mobilização da sociedade em geral, criaram as condições para uma nova prática escolar, entendida como instrumentos de defesa e a afirmação dos interesses dos povos indígenas (p.13).

Frente a essas novas condições constitucionais, organizado politicamente e consciente dos seus direitos, o povo Mura hasteia uma de suas principais bandeiras de luta nesse processo de reafirmação cultural: a educação escolar, e exige o cumprimento do Art. 210 que trata de uma educação escolar específica e diferenciada, intercultural e bilíngüe, que respeite seus processos próprios de ensino e aprendizagem. Com isso, as reivindicações atuais têm se concentrado no atendimento aos seus direitos educacionais e no fortalecimento da escola indígena tornando cada vez mais possível o sonho de uma pedagogia escolar própria e, de maneira marcante, buscar vivenciá-la em todos os níveis de ensino.

Articulados através da Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), órgão de representação coletiva criado a partir das movimentações e lutas de professores e lideranças para a garantia de uma educação específica, diferenciada e de qualidade - como assim lhes assegura a Carta Magna de 88 - o povo Mura da região de Autazes alcança uma de suas primeiras conquistas nesse processo de busca por continuidade escolar: o Curso de Magistério Indígena. Implantado pela Secretaria do Estado de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) em diversas regiões do estado com o objetivo de preparar os professores indígenas das próprias comunidades para atuar nas séries iniciais, ganhou entre os Mura a denominação “Mura-Peara” para contemplar as especificidades da política educacional deste povo. O Curso, conforme Santos e Silva (2009), foi

[...] iniciado em 1999 e concluído em 2003 – coordenado pela SEDUC/AM em parceria com SEMEC/Autazes. Para os Mura a expressão “*peará*”, advinda da língua geral – Nheengatu significa a pessoa norteadora, que conduz os demais de maneira solidária em busca de alcançar os objetivos para a transformação de uma realidade desfavorável e que precisa ser conquistada com competência, ou seja, o *peará* guia o seu povo com destreza e determinação. “*Vai na frente que tu é peará*” é uma frase usada pelo movimento dos professores Mura, demonstrando seu entendimento da figura do professor enquanto responsável, líder (p. 5).

Desde a finalização do Curso de Magistério Indígena, no ano de 2003, “[...] os 42 professores Mura, articulados pela OPIM, têm buscado dar continuidade à sua formação”

(SILVA e COSTA, 2007, p.3). Destaca-se ainda que no momento de composição da Turma de Licenciatura, a grande maioria dos graduandos eram aqueles que já haviam participado do Mura-Peara enquanto que os outros, os “novatos” indicados/escolhidos¹⁰ por suas comunidades para o preenchimento do restante das vagas do Curso (e para tornarem-se futuros professores nas aldeias) vinham do Ensino Médio regular.

Com o intuito de dar seguimento à sua formação inicial e preparar seus próprios formadores para os desafios surgidos nas escolas, os Mura seguiram almejando um nível superior de ensino, um curso que contemple as especificidades educacionais de seu povo, com qualidade elevada, a fim de que a autonomia e a identidade cultural sejam efetivamente garantidas.

Tornando-se a universidade prioridade nesse contexto de lutas, conquistas e formação, é que surge o debate sobre o Ensino Superior Indígena e, conseqüentemente, o desafio de repensar políticas, concepções e práticas que viabilizam ou inviabilizam a presença indígena em territórios acadêmicos.

Foto 3:

Turma do Curso de L.F.P.I./Turma Mura



Fonte: Grupo de Pesquisa

¹⁰ Para a inscrição no processo seletivo específico, critérios foram elaborados pela OPIM e assumidos pela UFAM. Ser escolhido e avaliado em reunião pela comunidade com registro em ata (UFAM/PROEG, 2007, p.7).

Fruto de uma extensa discussão coletiva entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), da região de Autazes, desencadeada nos anos de 2006 e 2007, o Curso de Licenciatura teve seu projeto aprovado pela PROEG/UFAM em 2007 e foi implantado em maio de 2008¹¹. A partir de então, ganhou impulso e projetou-se firmemente no cenário acadêmico trazendo à tona os dilemas, as propostas, as reflexões que cercam inevitavelmente o tema dos povos indígenas e a universidade.

Silva e Costa (2007) - junto com o grupo de pesquisa responsável por sua efetivação/coordenação - sobre esse desafio, argumentam que:

O Projeto de Elaboração do Curso de Licenciatura configura-se como um terceiro momento de nossa atuação junto aos professores Mura. A arquitetura do Curso foi sendo construída, sob a coordenação da OPIM e da Comissão de Professores da UFAM [...] Assim, a proposta foi elaborada num processo participativo que incluiu ouvir a comunidade, indo às aldeias, reunindo a população indígena destas para discutir/debater/construir o projeto de formação que a ela interessava. Desse modo, a construção deste projeto de formação Mura foi feito com a participação intensa das lideranças e das comunidades desta etnia e os Fóruns de Formação Continuada Mura representaram mais um dos canais de participação das comunidades, possibilitando o diálogo entre as necessidades das comunidades, as aspirações frente à escolarização, o projeto de escola Mura e a formação de seus professores (p. 3 e 4).

Em meio aos anseios que circundam o processo de concretização do Ensino Superior para os povos indígenas, as políticas de inclusão e os programas de financiamento exercem papel fundamental no que diz respeito à garantia e permanência desses povos nas universidades. O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND - elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), da Secretaria de Ensino Superior (SESu) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, é hoje a principal via de financiamento que tem oportunizado aos povos indígenas, através das

¹¹ Conferir Resoluções da CEG/CONSEPE nos anexos do trabalho – (ANEXO A)

Universidades públicas, a continuidade de seus projetos de formação de professores em nível de superior. Ao mesmo tempo, o Prolind – que funciona através de Editais - tem gerado incertezas e descontinuidades nas perspectivas futuras dessas populações, no que diz respeito à formação superior de seus professores, por ser um programa instável com prazos previstos para seu fim. Isto tem se dado apesar das reivindicações das Instituições públicas de Ensino Superior que mantém Cursos de Licenciaturas Específicas/Interculturais para que o Prolind deixe de ser um programa e se torne uma política pública.

Sobre essa problemática/inconstância do Prolind, Barnes (2010) nos esclarece que:

Esses programas são muito mais caracterizados como projetos, pois são formulações circunscritas a um ciclo de execução finita. Em outros termos: dispõem de recursos financeiros por tempo limitado para a execução e a avaliação de suas ações. Há grande expectativa para que esses projetos – em caso de avaliações positivas dos atores governamentais, indígenas, atores vinculados a universidades e organizações não-governamentais (ONG) de apoio – se transformem em políticas públicas, com orçamentos de longo prazo (p. 63).

Nessa discussão, também nos importa saber que,

O Prolind apóia projetos desenvolvidos pelas instituições de educação superior públicas, em conjunto com as comunidades indígenas, voltados para a formação superior de docentes indígenas para a Educação Básica, bem como para a democratização do acesso e da permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior. [...] cujo objetivo é implementar uma política de promoção da igualdade racial nas universidades brasileiras, apóia projetos de pesquisa, ensino e extensão que contribuam para o fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e grupos correlatos, mobilizando toda a sociedade para um diálogo aberto acerca da necessidade de políticas públicas que garantam iguais oportunidades para todos [...] (NETO, 2006, p. 28).

Em 2005, ano em que o primeiro Edital¹² desse Programa foi lançado, o mesmo se subdividiu em três eixos e no eixo dois - que se reportava ao apoio à constituição de novos cursos universitários de formação de professores indígenas (BARNES, 2010, p. 72) - a

¹² Edital de Convocação nº5 de 29 de junho 2005 (DOU nº 124, 30/6/2005, seção 3, p. 49).

Universidade Federal do Amazonas com o projeto do povo Mura (região de Autazes) foi contemplada para dar andamento às etapas de elaboração do Curso de Licenciatura em questão.

Naquela ocasião, uma consulta foi enviada pela UFAM à Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI/SECAD/MEC), tratando de dois itens do Edital: 1) a exigência de que houvesse na proposta a indicação de um coordenador indígena já graduado e 2) de que cada Instituição poderia inscrever até duas propostas não sendo aceitas inscrições por uma mesma IES de propostas nos eixos I e II (I- implantação e manutenção, II- elaboração de projetos de Curso de Licenciatura). Na avaliação do grupo que enviou a consulta, a exigência de um coordenador indígena com formação superior inviabilizaria muitas propostas, tanto no Amazonas, como Brasil a fora. Da mesma forma, cada Instituição de Ensino Superior (IES) pública ter que escolher apenas um dos eixos I e II diminuiria as oportunidades de ampliação das iniciativas institucionais.

A interlocução da UFAM com o então coordenador da CGEEI, Prof. Kleber Gesteira, resultou em alteração no Edital: a exigência de titulação do coordenador indígena foi subtraída e passa a ser permitida a participação da mesma instituição com projetos nos Eixos I e II.

No âmbito desta conquista o Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura seguiu com o objetivo de formar, em nível superior, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, professores Mura para atuar na 2ª etapa do ensino fundamental e no ensino médio, nas escolas Mura, com habilitação plena nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Biológicas e Letras e Artes. Em conjunto com este objetivo central o ingresso de indígenas no Curso lançou à universidade a tarefa de repensar políticas que garantam a permanência desses alunos e uma saída exitosa caracterizando assim novos percursos acadêmicos.

Procurando dar conta desta preocupação – de garantir não apenas a inclusão, mas trajetórias exitosas no ensino superior – a UFAM concorreu a novo Edital Prolind¹³ (2008) com Projeto de Apoio ao desenvolvimento do Curso, tendo sido aprovado.

É importante registrar ainda que a UFAM incluiu em seu Projeto REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2008)) – no item “Reestruturação acadêmico-curricular por meio de revisão e elevação da qualidade do ensino de graduação, reorganização e diversificação de modalidades” proposta apresentada pela Faculdade de Educação (FACED) de “formação de curso para formação de professores indígenas no Município de Autazes, com 60 vagas” (p. 3). No mesmo Projeto, no quadro “Cronogramas gerais de implementação e execução das ações” (p. 8) indica-se o ano de 2008 para o início da Licenciatura com os Mura (Autazes), com contratação¹⁴. No quadro “Cronograma de execução 2008” (p. 9) figura novamente o Curso, com vestibular previsto para aquele ano, como de fato aconteceu.

Com base no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura (2007) destinado inicialmente ao povo Mura (da região de Autazes), o curso terá a duração de cinco anos e se constitui de três grandes e intensas etapas:

1ª) Formação Geral (1320h): período compreendido por dois anos onde a turma estará reunida dando início aos estudos dos fundamentos básicos da educação e das disciplinas pedagógicas a serem abordadas nas três grandes áreas do conhecimento;

2ª) Etapa de Formação por Grandes Áreas (840h): divisão da turma nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Biológicas e Letras e Artes, período compreendido por dois anos destinado ao estudo que complementar a etapa de Formação Geral e aos conteúdos de cada grande área;

¹³ Edital de Convocação nº 3 de 24 de julho de 2008 (DOU nº 121, 26/6/2008, seção 3, p.39).

¹⁴ Destas oito vagas seis já foram preenchidas com concurso em 2009 e 2010.

3ª) Etapa de Integração das áreas (600h): período que compreende a um ano reunindo todos os alunos da turma. A divisão da carga horária se define pelas 400h às práticas como componente curricular e 200h às outras atividades acadêmicas-científicas-culturais (p. 25 e 26).

Diante desse longo percurso, é possível afirmar que atualmente a Turma de graduandos Mura conseguiu cumprir as etapas iniciais e intermediárias do Curso e segue em direção às etapas finais de sua formação. Embora as dificuldades (sobretudo as que dizem respeito à dinâmica de instabilidade financeira) tenham sido constantes nesse processo de inserção no ensino superior e de construção de conhecimentos científicos, a Turma tem se mantido firme no compromisso coletivo de participação, diálogo, reflexão e promoção da interculturalidade firmado com a universidade e com o seu povo.

Importante reflexão apresentada por Novantino (2005), indígena do povo Paresi aponta para a complexidade desse enorme desafio do acolhimento da diversidade pela universidade – diversidade representada neste estudo pelos povos indígenas:

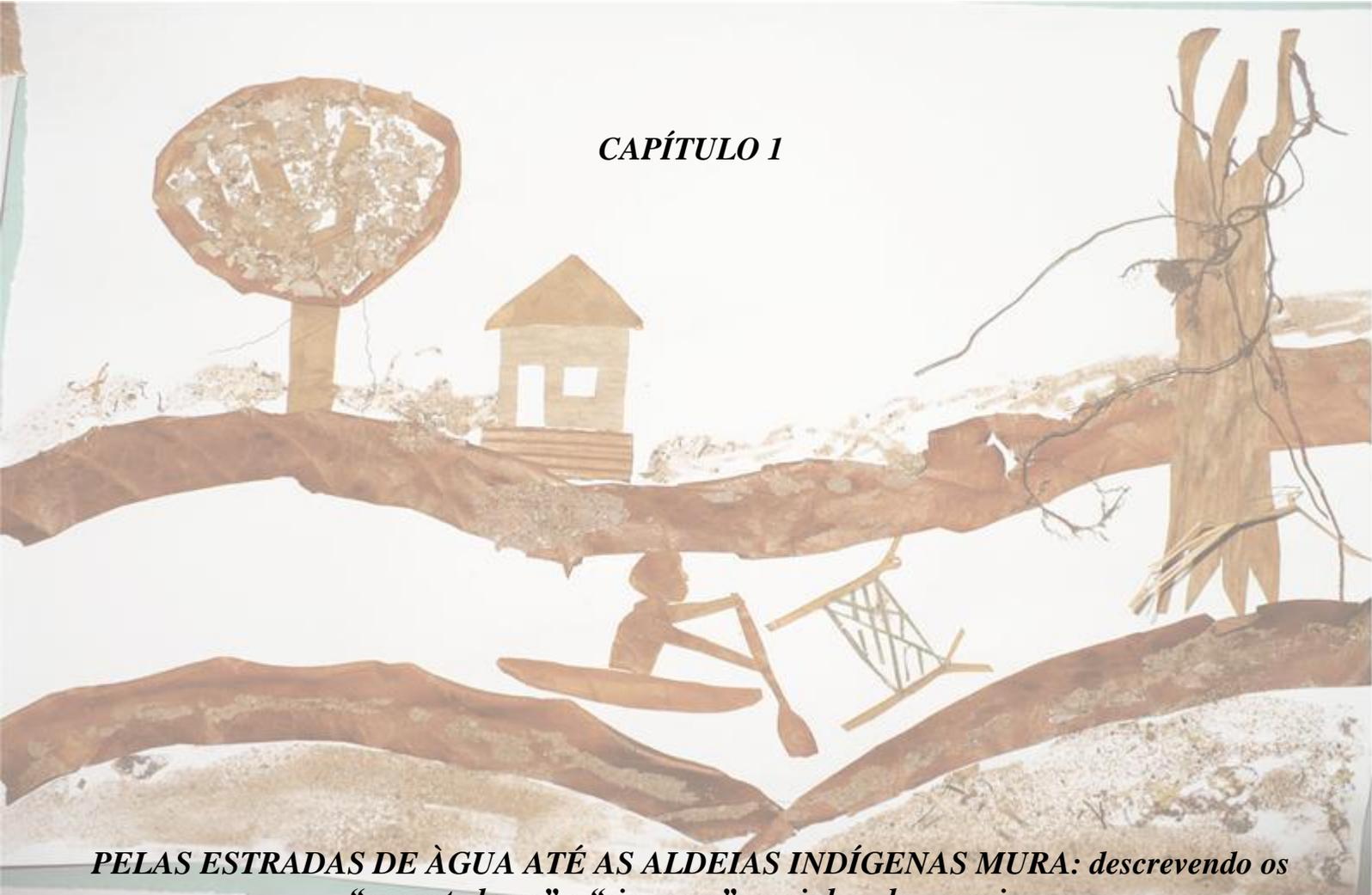
Pensar numa universidade que atenda a diversidade é assegurar a cidadania a todos que fazem parte dessa diversidade, sendo um compromisso social político para uma educação de qualidade. Cabe a universidade exercer a sua autonomia, não só como produtora de conhecimento, mas como instituição formadora de cidadãos, socialmente importante e necessária nas relações com a sociedade, considerando os seus problemas locais, regionais e nacionais, sem imposições dos interesses do mercado e do poder do Estado; mas principalmente na incessante busca da excelência acadêmica (p. 130).

Pensar a universidade nesses moldes é, sem dúvida, uma aspiração para quem de fato caminha na busca por melhores condições educacionais e de vida para os povos indígenas, mas, ao mesmo tempo, torna-se um desafio constante que coloca como exigência uma reflexão mais profunda por parte das Instituições Públicas de Ensino Superior que se propõem a um estreitamento nas relações com esses povos.

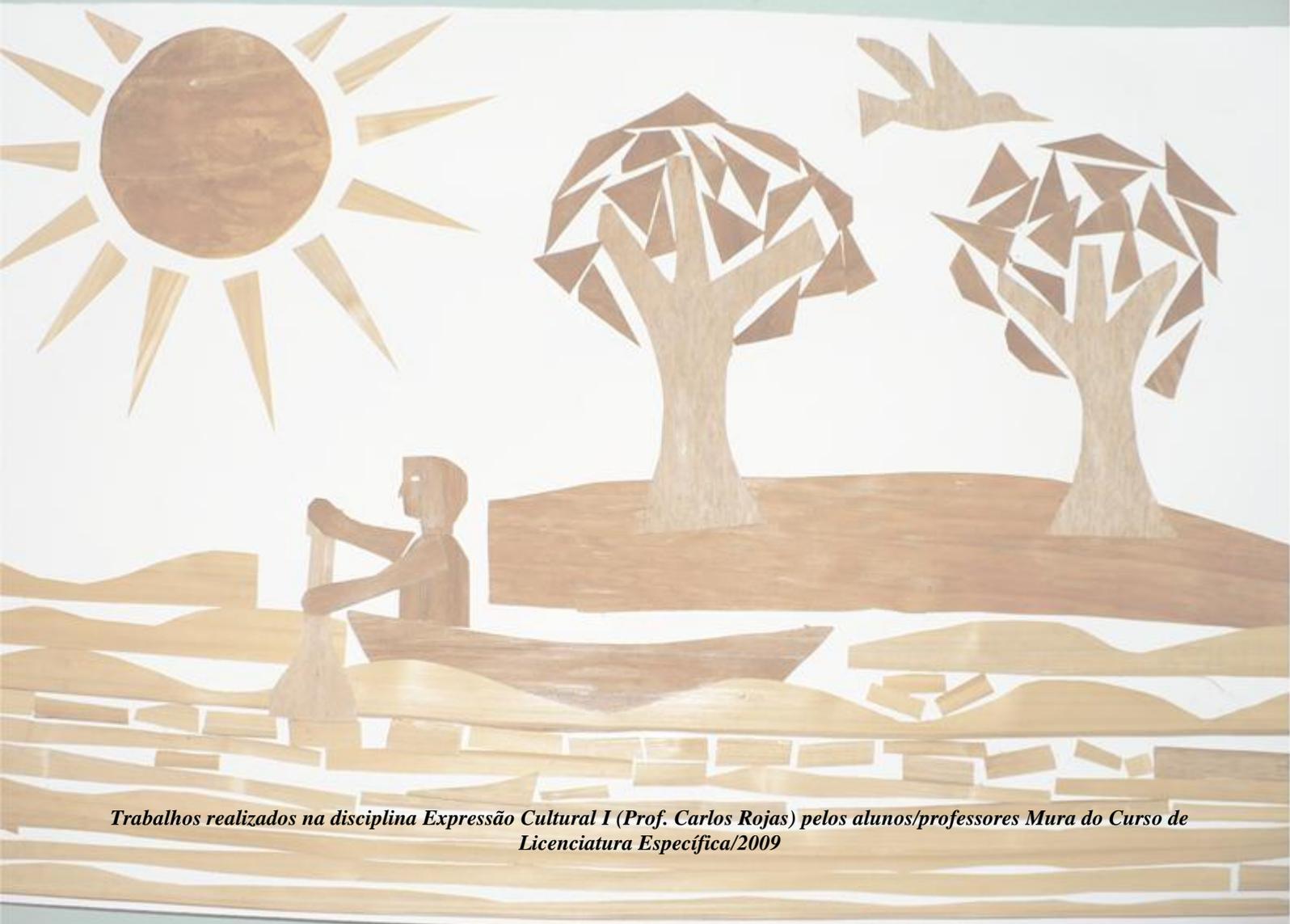
As experiências/conquistas vividas por diferentes povos indígenas no país, de modo particular a dos Mura (para quem nosso olhar tem se voltado), nos apontam indícios de que as universidades têm hoje demonstrado maior abertura e sensibilidade às questões indígenas e mostram-se empenhadas na busca da construção de uma formação cidadã/intercultural. Mas, nos questionamos: o quanto ainda é necessário prosseguir institucionalmente até que as expectativas indígenas centradas no campo da educação escolar e da formação de seus professores sejam efetivamente atendidas?

Consideramos que, ao longo desta dissertação, será possível travarmos um breve diálogo sobre essa e outras questões pertinentes à problemática aqui estudada.

CAPÍTULO 1



PELAS ESTRADAS DE ÀGUA ATÉ AS ALDEIAS INDÍGENAS MURA: descrevendo os “encantadores” e “sinuosos” caminhos da pesquisa



Trabalhos realizados na disciplina Expressão Cultural I (Prof. Carlos Rojas) pelos alunos/professores Mura do Curso de Licenciatura Específica/2009

CAPÍTULO 1

1 - PELAS ESTRADAS DE ÁGUA ATÉ AS ALDEIAS INDÍGENAS MURA: descrevendo os encantadores e sinuosos caminhos da pesquisa

A presente investigação, atendendo aos objetivos estabelecidos e explicitados anteriormente, adota uma abordagem qualitativa que, segundo a compreensão de Oliveira (2007),

[...] pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem mensuração quantitativa de características ou comportamento (p. 59).

Considerando que, para os povos indígenas, os fatos da sua realidade concreta não estão desconectados dos aspectos subjetivos do seu universo simbólico é que reforçamos a nossa escolha e o nosso entendimento de que:

A opção por uma abordagem qualitativa deve ter como principal fundamento a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito; portanto, uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Neste sentido, a pesquisa teve seu desenvolvimento no Município de Autazes/AM, principalmente, por ser a localidade onde o Curso de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura ocorre e por termos uma relativa facilidade de acesso, destacando-se as alternativas de locomoção que, podem se dar totalmente por via fluvial ou por via terrestre e fluvial alternadamente, sendo essa última, a opção mais vivenciada por nós nas viagens até o município. Esse trajeto, mais especificamente, é de aproximadamente 108 km em linha reta (partindo da cidade de Manaus) e tem duração de três horas e meia de viagem até a chegada na sede do município de Autazes.

Autazes é atualmente um dos municípios mais conhecidos de nossa região. Baseando-nos em dados históricos, foi possível “navegar” pelas águas do passado dessa localidade e compreender o motivo pelo qual hoje é conhecida como a “cidade do leite”. Vejamos:

La región de Autazes ya era a mediados del siglo 18, cuando en ella vivían los indios Mura, famosos por su resistencia al colonizador portugués. El nombre del municipio viene de los ríos Autaz-Açu y Autaz-Mirim, que cortan sus tierras. La exploración de la región comenzó a través del río Madeira, en 1637 por los recolectores de cacao y demás productos naturales. [...]. La producción agropecuaria se basa en la cría de ganado lechero, lo que le valió a Autazes el título de ciudad de la leche y del queso (BRASIL, 2005, p. 134).

Neste município, ao longo de seus rios e lagos, situam-se as dez aldeias/comunidades indígenas assim denominadas: Capivara, Cuia, Gapenú, Igarapé-Açú, Jauari, Josefa, Murutinga, Paracuúba, São Félix e Trincheira, campo de nossa pesquisa e habitat dos sujeitos que dela participaram, os universitários indígenas do povo Mura.

Foto 4:

Imagem aérea do Município de Autazes/AM



Fonte: < skyscrapercity.com/Juliasapecafotos>

Foto 5:

Brasão e mapa do Município de Autazes



Fonte: Diário de classe dos Professores Mura

Neste sentido, tendo optado por esse tipo de pesquisa que nos impõem, sobretudo, desafios de diferentes naturezas, é que conscientes devemos estar sobre suas vantagens e desvantagens, claramente expostas por Marconi e Lakatos (2010). Segundo as autoras, as vantagens seriam:

Acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisadas por outros pesquisadores, com objetivos diferentes. Facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos (p.172).

E as desvantagens destacadas são:

Pequeno grau de controle sobre a situação coletada de dados e a possibilidade de que fatores, desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados. O comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos poderem falsear suas respostas (p. 172).

Nos caminhos dessa investigação, que, como já foi enfatizado, se deu em territórios amazônicos, propícios a tantas mutações, consideramos importante elegermos outros critérios que se tornaram fundamentais para a adequação e concretização da mesma. São eles:

- Realizar os procedimentos metodológicos com os sujeitos da pesquisa em suas respectivas comunidades, ao invés de fazê-lo na Sede do Município de Autazes, local onde se realizam os módulos de disciplinas do Curso evitando, com isso, possíveis interferências desnecessárias, o que poderia vir a representar, mais especificamente, prejuízos à dinâmica das aulas;

- Abranger o universo total dos alunos-graduandos: os 55 atualmente matriculados¹⁵ no Curso de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura para que, conseqüentemente, tivéssemos também um universo maior de dados/informações;

- Obedecer ao critério de inclusão/exclusão que exige que o graduando deva estar regularmente matriculado no curso e estar cursando todas as disciplinas do desenho curricular;

- Efetivar as viagens previstas na pesquisa de campo nos meses de Julho à Setembro/2010 obedecendo aos períodos de cheia e vazante dos rios que, por vez, definem o trânsito nas escolas: facilidade ou dificuldade de acesso às mesmas (seja por terra ou via fluvial);

¹⁵ Matriculados no ano de 2010 (PROEG/UFAM).

Quanto ao universo dos alunos, é necessário esclarecer ainda que, no início do curso (2008) a turma de professores indígenas/graduandos Mura contava com um total de 60 alunos e hoje (2011) conta apenas com 55 devido a diferentes motivos: 2 falecimentos e 3 desistências, todos ocorridos no decorrer dos dois anos iniciais de implantação da Licenciatura (2008-2009).

Quando falamos das escolas indígenas Mura, estamos falando de escolas regidas pelo sistema municipal de ensino. Escolas estas que, por sinal, ainda permanecem na luta por legalização e reconhecimento, situação similar à demarcação de suas terras.

Quanto à viabilidade prática da pesquisa, esta se deu após a apresentação prévia do projeto aos próprios professores Mura, fato ocorrido no mês de fevereiro de 2010, em uma das reuniões mensais da Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), com o intuito de discutir coletivamente a relevância da proposta do trabalho para o aprimoramento das ações referentes ao Curso de Licenciatura. Nessa direção, tivemos, posteriormente, a oportunidade de dialogar com os representantes dessa organização e do Setor de Educação Escolar Mura, da Secretaria Municipal de Autazes (SEEM/SEMEC) e adquirir as informações necessárias que nos levaram à complementação de dados juntamente com os documentos, projetos e relatórios já existentes no Grupo de Pesquisa “Formação do(a) educador(a) no contexto amazônico” sobre os professores/graduandos indígenas, nossos entrevistados¹⁶.

É necessário destacar que a realização dessa sondagem foi importante à medida que nos possibilitou uma aproximação inicial ao contexto em que breve estaríamos sendo inseridos. Tais informações nos trazem conhecimento quanto aos nomes, às comunidades de origem, às atuais e aos cargos exercidos pelos professores/graduandos nas escolas, no movimento indígena (nas comunidades, nos órgãos de caráter públicos) e os graduandos residentes nas aldeias ou na Sede do Município (APÊNDICE A) e que, inescapavelmente, se juntam à nossa

¹⁶ Trata-se de documentos frutos de mais de dez anos de atuação deste grupo junto aos professores Mura (região de Autazes) através de pesquisas e processos de formação continuada que se iniciaram em 2000.

“expressiva” experiência de viagens pelos territórios amazônicos e à relativa convivência com os sujeitos da pesquisa consolidada a partir dos trabalhos investigativos em algumas comunidades indígenas Mura e, especialmente, dos executados no próprio Curso de Licenciatura Específica.

Portanto, a criação dessas estratégias para a obtenção desses dados contribuíram decisivamente para a definição final da nossa “rota” de viagem rumo às escolas indígenas. Esta organização das viagens está disposta em um breve cronograma (APÊNDICE B) que traduz os trajetos diários percorridos por nós¹⁷.

Partindo dos critérios estabelecidos (é já mencionados) e do desafio de se realizar uma pesquisa com toda essa gama de dados e sujeitos, resolvemos optar pela utilização de entrevistas, por compreendermos que este instrumental metodológico:

É um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 178).

A respeito das entrevistas é importante destacar que se caracterizam como semi-estruturadas (CRUZ NETO, 1994, p. 58). Fizemos uso de um tema gerador baseado nos depoimentos/expectativas dos professores indígenas Mura expressos em dois diferentes momentos do Curso de Licenciatura: o de sua elaboração (2006-2007) e o de sua implantação (2008).

O primeiro aconteceu nos Fóruns que ocorreram em Autazes e nas aldeias e as expectativas então identificadas naquele momento estão registradas em diversos relatórios do grupo de pesquisa. Assim, este primeiro registro de expectativas apresentadas refere-se ao depoimento construído coletivamente, que chamamos de depoimento coletivo/por aldeia e

¹⁷ Na perspectiva metodológica, definir os caminhos que íamos percorrer nas etapas da pesquisa de campo constituiu-se numa atividade menos complexa do que imaginávamos que ser.

retoma a fala/expectativa expressa no momento em que o Curso ainda estava sendo pensado/elaborado tendo como espaço principal de interlocução com as comunidades Mura o Fórum dos Pólos em 2006, no contexto do Projeto Prolind.

O segundo registro de expectativas retrata o depoimento individual do professor/graduando indígena já no contexto de funcionamento do Curso, durante o Seminário de Implantação – e a Aula Inaugural, em maio de 2008.

Após a reunião e a organização dos depoimentos dos alunos, partimos para a formulação de duas questões abertas que nos permitiram analisar o grau de atendimento das referidas expectativas (APÊNDICE C e D).

Segundo Marconi e Lakatos (2010),

A entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência. Exige habilidade e sensibilidade; não é tarefa fácil, mas é básica. Quando o entrevistador consegue estabelecer certa relação de confiança com o entrevistado, pode obter informações que de outra maneira talvez não fossem possíveis (p. 182).

Neste sentido, a minha aproximação e interação com os sujeitos de nossa pesquisa se deu a partir do ano de 2006, através dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa “Formação do(a) Educador(a) no contexto amazônico”, dos quais participei. Desta forma, coerente com os aprendizados que vivenciei junto ao grupo de pesquisa, meu contato com os professores Mura sempre foi pautado pelo respeito às diferenças, especificidades e necessidades desse povo. A relação amistosa de trabalho e convivência, que foi se estendendo com o tempo, nos permitiu construir, além de um vínculo de parceria ímpar, a confiança por parte dos Mura para desenvolvermos trabalhos de pesquisas, como o que estamos apresentando nesse momento. E, foi visando a manutenção/consolidação dessa relação é que sempre nos colocamos no dever de consultá-los e indagá-los sobre a pertinência das pesquisas, dos trabalhos para sua comunidade, sua escola e para si. Procuramos sempre

discutir coletivamente sobre os caminhos mais adequados na empreitada que se colocava para a realização da pesquisa, assim como apresentar os resultados obtidos no final de cada experiência.

Para tanto, a presente pesquisa contou, como já dissemos anteriormente, com o aval dos professores indígenas Mura e a aplicação das entrevistas se deu após a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde nos comprometíamos a resguardar a identidade dos entrevistados e a manter o sigilo das informações, a respeitar o direito do entrevistado de conceder ou não sua palavra, assim como o uso de imagens.

Nessa direção, acolhendo as solicitações da maioria dos professores/graduandos entrevistados para que seus nomes e suas aldeias não fossem divulgados quando suas falas fossem postas em destaques no trabalho, fizemos uso apenas da palavra “professor” seguida de uma identificação aleatória para designar o sujeito/entrevistado (por ex: professor A ou professor 1, Aldeia 1).

Vale ainda a ressalva de que a escolha das falas/depoimentos selecionados para compor essa dissertação se deu levando em consideração no nosso foco de análise dos dados: as expectativas individuais, familiares, coletivas e de movimento, como explicitaremos a seguir.

Afirmando desde início nosso reconhecimento de que os Mura muito contribuíram para a realização deste trabalho, ou mais, de que sem eles, não teria sido possível realizá-lo, foi com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/AM¹⁸ que partimos para a efetivação de todos os procedimentos planejados, inclusive as visitas nas escolas, que ocorreram nos meses de Julho e Agosto de 2010, como está posteriormente disposto no fim desse trabalho (APÊNDICE B).

¹⁸ Aprovado posteriormente pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa de Brasília (CONEP/BR), em 30 de setembro de 2010 (Conferir pareceres nos Anexos (C e D) dessa dissertação).

Com o intuito de analisar de modo mais claro e proveitoso as falas dos alunos indígenas é que nos debruçamos na busca e inclusão das fitas de vídeo¹⁹ como material/fonte da pesquisa. Estas fitas registram o momento da aula inaugural do Curso (01.05.2008), proferida pelo Professor Gersem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa (ANEXO F). Em sua reflexão Gersem classificou e discorreu sobre três importantes expectativas – foco de análise dos dados desta dissertação – que devem estar fortemente relacionadas ao processo de Ensino Superior e Povos Indígenas:

- Expectativa 1: individual;
- Expectativa 2: coletiva (da aldeia/do povo);
- Expectativa 3: Política (Movimento Indígena).

Nesse processo de análise, também ganham destaque as expectativas relacionadas à família, à formação/atuação docente e às atribuídas ao fato de ser universitário da UFAM. Tais expectativas, como verificaremos mais adiante, surgem visivelmente entrelaçadas nas falas dos graduandos indígenas e dada a importância atribuída a cada uma delas nesse processo coletivo, educativo, cultural e de vida como um todo do povo Mura consideramos imprescindível analisá-las.

E para a complementação do processo de análise dos dados utilizamos também a análise de documentos, o que fez com que nossa pesquisa adquirisse características também de uma pesquisa documental onde, de acordo com Ribeiro (2003),

São investigados documentos a fim de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Estuda a realidade presente e não o passado, como ocorre com a pesquisa histórica. [...] trabalha com fatos ou dados colhidos de documentos (da própria realidade). São utilizados como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário (p. 57).

¹⁹ Referente à primeira aula dos Professores Indígenas Mura realizada em 01/05/2008 no Município de Autazes/AM.

Os documentos consultados e analisados foram os relatórios dos Fóruns de Formação Continuada realizados em Autazes juntamente com os Mura, em especial os que ocorreram durante o processo de elaboração da proposta do Curso ao longo do ano de 2006 e início de 2007, onde é possível verificar as expectativas dos futuros alunos e suas comunidades.

Nesta direção, as respostas obtidas e interpretadas através da análise de conteúdo (BARDIN, 2003; MINAYO, 1994; GOMES, 1994) foram, de igual modo, analisadas com o auxílio de diversas teorias e estudos referentes ao tema Ensino Superior e Povos Indígenas, em especial as Licenciaturas Específicas/Interculturais em andamento no país. Destacam-se as temáticas da interculturalidade, do protagonismo indígena e da formação de professores indígenas.

Diante de tais apontamentos, que nos direcionaram a um estudo que se mostrou e continua se mostrando desafiador e complexo, é que apresentamos os resultados obtidos nesse sinuoso terreno da educação escolar indígena, “chão temático” no qual escolhemos caminhar.

1.1 – Dos sinuosos caminhos dos rios e lagos às aldeias/escolas indígenas Mura: uma breve descrição

De acordo com o planejamento realizado, com o cronograma disponibilizado pelos representantes do SEEM/SEMEC e da OPIM - também professores/graduandos Mura do Curso de Licenciatura - e considerando as facilidades e dificuldades para chegarmos às aldeias por via fluvial, devido o período de cheia ou vazante dos rios, que “dita” o trânsito nesses lugares durante alguns meses do ano, demos início à nossa jornada de viagens, que se dividiu em duas significativas etapas:

• 1ª ETAPA: realizada no período de 05 à 09 de Julho de 2010 nas seguintes aldeias indígenas:

- **Capivara (06/07/10):** comunidade indígena situada à margem esquerda do Rio Mamori e distante da Sede do Município de Autazes aproximadamente 01h15min por via fluvial. O meio de transporte utilizado para se chegar a essa comunidade, assim como na maioria das comunidades indígenas Mura, é a voadeira²⁰, barco cedido pela Secretaria de Educação do município de Autazes/AM e no qual fomos transportados durante as duas etapas de viagens.

A comunidade indígena Capivara possui uma escola funcionando em sua Sede Social e se denomina Escola Municipal Indígena Isabel Barroncas; nesta, a professora e graduanda do Curso de Licenciatura ministra a Educação Infantil. Ao lado da Sede Social, outra estrutura escolar pode ser vista e é onde se oferta o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o restante da comunidade estudantil da aldeia.

Foto 6:

Escola Municipal Indígena Isabel Barroncas



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 7:

Vista parcial da entrada da Aldeia Capivara



Fonte: Fabiana Freitas

- **Jauari (07/07/2010):** comunidade indígena situada no Lago do Jauari e que recebe o mesmo nome do referido lago por encontrar-se ladeada por uma extensa área composta de Jauarizeiros, uma espécie de palmeiras relativamente altas, com muitos espinhos e comumente encontradas nas matas amazônicas. Dado o difícil percurso até essa aldeia, os

²⁰ Barco de pequeno porte movido a motor de diferentes potências e muito utilizado como meio de transporte pela população ribeirinha e indígena da região amazônica para a locomoção em seus rios e lagos.

caminhos estreitos, os bancos de areia ao longo da viagem e os fortes banzeiros, características comuns dos momentos de vazante dos rios, é possível chegar à comunidade, partindo da Sede de Autazes, num tempo estimado de 01h40min.

A Escola Municipal Indígena Novo Sonho, como assim é nomeada, recebe alunos de idades variadas, residentes da própria comunidade e dos arredores da mesma e oferece desde a Alfabetização ao 4º ano do Ensino Fundamental e no atual momento conta com apenas um professor.

Foto 8:

Escola Municipal Indígena Novo Sonho



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 9:

Alunos da E.M.I. Novo Sonho indo para a casa



Fonte: Fabiana Freitas

- **Paracuúba (07/07/10)**: distante da Sede do município de Autazes quase 15 minutos, está localizada à margem direita do igarapé que recebe a mesma denominação: Paracuúba e está rodeada por vários terrenos separados apenas por diminutos “intervalos de água”. A escola, que recebe o nome de Sete de Setembro, é dividida em dois compartimentos, um para cada professora (sujeitos de nossa pesquisa) que ministram aulas para as crianças do 1º ao 4º ano, em turnos matutinos e vespertinos.

Foto 10:

Escola Municipal Indígena Sete de Setembro



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 11:

Sala de aula da E.M.I. Sete de Setembro



Fonte: Fabiana Freitas

- **Igarapé-Açú (08/07/2010)**: é uma comunidade indígena que se situa na terra indígena da aldeia Capivara, estando distante dessa apenas a alguns metros. O percurso até a chegada nessa comunidade é de 01h05min. e as dificuldades, por conta do movimento contrário à descida do rio, são desafiantes e exaustivas; mas a chegada é certamente gratificante. A escola da aldeia é designada Capitão Getúlio e segundo os professores, a quem fomos entrevistar, essa foi uma forma de homenagear o primeiro líder da comunidade, Artur dos Santos. As séries em funcionamento na escola são as do primeiro segmento do Ensino Fundamental e, atualmente, a responsabilidade de ministrar as aulas centra-se em três professores que, além atenderem a demanda de alunos da própria comunidade, recebem alunos de comunidades vizinhas.

A visita à Escola Municipal Indígena Capitão Getúlio encerra a primeira etapa da pesquisa de campo que nos propomos realizar nesse cenário amazônico que, além de nos apresentar os desafios, as aventuras e os medos/cuidados indissociáveis aos processos investigativos, nos apontam alternativas para a compreensão de realidades únicas e instigantes, como a dos povos indígenas, nos aproximando - através das experiências conjuntas de diálogo com esses “outros” - das “respostas” que incansavelmente buscamos.

Foto 12:

Escola Municipal Indígena Capitão Getúlio



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 13:

Paisagem vista da E.M.I. Capitão Getúlio



Fonte: Fabiana Freitas

• **2ª ETAPA: realizada no período de 08 à 13 de Agosto de 2010 nas seguintes aldeias indígenas:**

- **São Félix (09/08/2010):** é uma comunidade com duas vias de acesso, uma por via fluvial (de quem sai da Sede do município de Autazes), a outra por via terrestre, através de um ramal localizado próximo do fim da estrada (BR 319 – AM 254) e localiza-se à margem esquerda do paraná do rio Autaz-Açú (SILVA, 2008, p. 278). O espaço dedicado ao ensino na comunidade indígena São Félix recebe a nomenclatura de Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina. Reconstruída há pouco tempo, recebe alunos desde a etapa de Alfabetização ao 9º ano do Ensino Fundamental, em turnos matutinos e vespertinos. Com um número expressivo de alunos freqüentando a escola, faz-se importante a presença dos sete professores, que em busca de aperfeiçoamento para atender de modo qualitativo a crescente demanda de estudantes em seus espaços educativos tornam-se também alunos no Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura.

Foto 14:

Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 15:

Área externa de lazer da E.M.I. Dr. Jacobina



Fonte: Fabiana Freitas

- **Cuia (09/08/2010):** Ao sair pelo ramal que dá acesso à comunidade indígena São Félix e seguindo pela BR 319, ainda na rodovia AM 254, após 10 minutos, chegamos à Aldeia Cuia, que situa-se à margem do paraná do Cuia. Em um formato visivelmente circular, a aldeia Cuia dispõe de uma escola funcionando nos turnos da manhã e da tarde, no sistema multisseriado. Chamada de Escola Municipal Indígena Coronel Rondon, a mesma é composta de três salas de aula e compartilha do espaço da Sede Social da comunidade. Isto se dá em decorrência do intenso calor da região razão porque algumas turmas se vêm na necessidade de serem deslocadas passando a receber as aulas na Sede, lugar que, de certo modo, torna-se mais agradável, por ter suas laterais abertas. O corpo docente da escola, no atual momento, é composto por quatro professores que ministram aulas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e ambos fazem parte da turma do Curso de Licenciatura, sendo, assim, sujeitos da pesquisa.

Foto 16:

Escola Municipal Indígena Marechal Rondon



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 17:

Centro/Sede Social da Aldeia Cuia



Fonte: Fabiana Freitas

- **Gapenú (10/08/2010):** Percorrendo os caminhos do sinuoso Rio Madeira por quase 35 minutos chegamos à comunidade indígena do Gapenú, localizada no lago também denominado Gapenú, à margem esquerda do rio Autaz-Açú. Diante de uma íngreme subida, avistamos a escola da comunidade, identificada pelo nome de Novo Sonho. Divida em oito salas de aulas, a referida escola é uma das que agrega o maior número de professores dentre as comunidades indígenas Mura, com um total de oito professores. O Ensino fundamental, o Ensino médio (na modalidade de Ensino tecnológico são trabalhados atualmente na escola. O acesso à comunidade, de maneira mais freqüente, se dá por meio dos rios; mas nos momentos em que a vazante do rio é muito intensa, as estradas/ramais tornam-se fundamentais.

Foto 18:

Escola Municipal Indígena Novo Horizonte



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 19:

Paisagem à frente da E.M.I Novo Horizonte



Fonte: Fabiana Freitas

- **Murutinga (11/08/2010):** O tempo destinado para se chegar à comunidade indígena de Murutinga é de 15 a 20 minutos na época das cheias dos rios. Mas, em decorrência do período de vazante, tivemos dificuldade de percorrer o caminho habitual para a aldeia necessitando, assim, recorrer a uma outra rota, mais longa e mais sinuosa, por cerca de quarenta e cinco minutos, aproximadamente, até a chegada ao nosso destino. Na entrada da aldeia, situada à direita do Lago Murutinga, somos como que “recebidos” pela Escola Municipal Indígena Manoel Miranda já que ela foi construída bem na frente da aldeia. São oito salas de aula, incluindo a diretoria que divide seu espaço com a secretaria da escola, um

refeitório que, por vezes, também funciona como sala de aula e dois banheiros. A Escola Manoel Miranda também possui um número expressivo de professores, nove ao todo, ministrando aulas para o primeiro e segundo segmento do Ensino fundamental, além de contar com o Ensino Médio Tecnológico para jovens e adultos da comunidade. Segundo os graduandos, essa é uma das escolas indígenas mais numerosas e, devido ao aumento significativo na quantidade de alunos por ano, algumas turmas são deslocadas para a Sede Social da comunidade para que, de forma ininterrupta, possam receber suas aulas.

Foto 20:

Crianças estudando na Sede Social da aldeia



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 21:

Escola Municipal Indígena Manoel Miranda



Fonte: Fabiana Freitas

- **Josefa (12/08/2010):** Comunidade indígena localizada em um dos lagos que compõem o Rio Madeira, tal lago recebe a denominação de Lago da Josefa. De acordo com o que dizem os professores indígenas da comunidade, o nome “Josefa” originou-se por dois fatos: o primeiro se dá pela morte de dois padres que por muito tempo habitaram as terras onde se situa a aldeia, um chamado Padre José e o outro Padre Sampaio e o segundo pela presença de uma antiga moradora índia chamada Josefa que permaneceu na aldeia após a morte dos dois padres. O trajeto até a chegada na aldeia, partindo da Sede do município de Autazes, pode ser feito inteiramente por estrada e dura aproximadamente trinta minutos; o caminho de acesso à comunidade indígena da Josefa é dificultoso (chão de barro e pouco linear), mas assim como

os das outras comunidades, nos apresenta paisagens exuberantes. Antes de chegarmos ao local onde se situa a escola, podemos avistar parte da comunidade: suas casas, seus moradores, suas plantações e, uma curiosa construção em formato arredondado, a igreja adventista do local.

Mais adiante avistamos a escola da comunidade que recebe o nome da antiga moradora, Elcy de Almeida Prado - que é professora aposentada e cordialmente nos recepcionou ao chegarmos ao lugar. A escola, composta por quatro salas de aula, conta com um universo de sete professores que atuam em diferentes turnos, ministrando aulas nas turmas de educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental e em salas multisseriadas. Na escola também há o ensino médio – na modalidade de ensino tecnológico ofertado aos jovens da própria comunidade e aos do entorno. Os alunos que residem em pontos distantes da comunidade podem contar com um transporte escolar diariamente²¹.

Foto 22

Alunas gêmeas e trigêmeas da escola



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 23

Escola Municipal Indígena Elcy de A. Prado



Fonte: Fabiana Freitas

- **Trincheira (13/08/2010):** Distante da Sede do município de Autazes por aproximadamente 30 minutos, a comunidade indígena Trincheira localiza-se à margem esquerda do Lago também conhecido como Trincheira que, por sua vez, situa-se no Rio Preto

²¹ Um fator que nos chamou muita atenção na escola Elcy de Almeida Prado é presença de alunos gêmeos e trigêmeos. No turno matutino, por exemplo, há dois pares de alunas gêmeas e um de alunas trigêmeas. Afirma o gestor da escola - que também é pai de crianças gêmeas – que a incidência de nascimentos duplos e triplos na aldeia têm sido recorrente.

do Pantaleão. Segundo Silva *et al* (2008), o nome que deu origem à aldeia Trincheira surgiu em virtude das táticas de guerra (por ocasião da Cabanagem) que utilizavam para se defender, como as armadilhas de pau-a-pique (p. 334). A escola recebe o mesmo nome dado à aldeia, Trincheira, e possui uma arquitetura diferente (próximo de um formato circular) das que vimos anteriormente²². O ambiente escolar é dividido por quatro salas de aulas, uma sala da diretoria, uma cozinha, um espaço destinado à recreação/merenda dos alunos, uma biblioteca e dois banheiros. O número de professores atuando no primeiro e segundo segmento do ensino fundamental é de 8 e todos atualmente, se vêm no desafio de cursar um nível superior de ensino: são alunos da Licenciatura e, portanto, sujeitos da pesquisa. A visita à comunidade Trincheira marca o término dessa segunda etapa investigativa e nos coloca à frente de outro desafio caracterizado, sobremaneira, por um novo e extenso circuito de reflexões.

Foto 24:

Escola Municipal Indígena Trincheira



Fonte: Fabiana Freitas

Foto 25:

Alunos em horário de merenda



Fonte: Fabiana Freitas

É importante salientar que, a trajetória investigativa da pesquisa não se limitou apenas nas aldeias indígenas sobre as quais acabamos de discorrer, pelo contrário, seguiu paralela às entrevistas realizadas na Sede do município de Autazes, na qual 4 dos 55

²² Esta é a única escola Mura da região de Autazes que foi construída pelo Fundo Escola (MEC) e por isso tem esse formato padrão.

professores/graduandos residem atualmente. O processo de aplicação das entrevistas para esses quatro professores, nesse caso, se deu do seguinte modo:

- Na primeira etapa de viagens, após o retorno das aldeias Jauari e Paracuúba, ocorrida no dia 07/07/2010 – um professor foi entrevistado;
- Na segunda etapa, após retornarmos da comunidade São Félix e Cuia, no dia 09/08/2010 – um professor foi entrevistado;
- No retorno da aldeia Murutinga, no dia 11/08/2010 – o último professor/graduando foi entrevistado.

É válido ressaltar que, por ocasião do acompanhamento nas duas etapas de viagens, a entrevista com o outro professor/graduando residente na Sede do município foi realizada juntamente com as aplicadas aos professores da escola Capitão Getúlio da aldeia Igarapé-Açú, no dia 08/07/2010.

Nesse circuito de visitas às escolas, além da presença constante da Professora Elciclei Faria dos Santos²³, da UFAM, nos dois ciclos de viagem, também contamos com a companhia e orientação dos professores Alcilei Vale Neto²⁴, Jerson Ferreira²⁵ e da professora Luciana Gomes²⁶ que tão sabiamente nos guiaram pelos “sinuosos” e fascinantes caminhos até as comunidades indígenas Mura.

A respeito da nossa presença nos territórios Mura, é indispensável citar o quanto fomos bem acolhidos, tanto pelos professores indígenas, sujeitos da nossa pesquisa, quanto pelas lideranças de cada comunidade. Em cada aldeia em que chegávamos, era inevitável nossa surpresa pelas especificidades dos lugares, pelos rios, pelas matas, pelo ir e vir das pessoas da comunidade, pela liberdade e a alegria das crianças, pelos olhares curiosos nas janelas das

²³ Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e atual Coordenadora da Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura.

²⁴ Coordenador da Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM).

²⁵ Representante do Setor de Educação Escolar Mura (SEEM) da Secretaria Municipal de Educação de Autazes/AM.

²⁶ Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Autazes/AM.

casas, pelos potes de barro, as plantas medicinais nos quintais, as pequenas hortas, características/símbolos que vão se juntando formando tamanha diversidade, construindo os ideais de vida que se transformam, se reinventam e se ressignificam, sobretudo, através da coletividade.

Nesse caminho, sabe-se que, para quem percorre os rios da Amazônia, a instabilidade climática da região é um dos fatores mais constantes e mais perigosos que existem e foi diante desse aspecto que também nos surpreendemos, uma vez que, durante os quase 9 dias de viagens, fomos acompanhados, incessantemente, por um tempo ensolarado e sem qualquer ameaça de chuva. Esse foi, sem dúvida, um dos fatores que mais contribuiu para a continuidade exitosa de nossa pesquisa na sua etapa de trabalho de campo.

Quanto à dinâmica adotada para a organização e efetivação das entrevistas, assim procedemos:

- Reunimos os professores/graduandos, nas suas respectivas escolas, relembramos o motivo pelo qual estávamos fazendo as visitas, retomamos o objetivo da pesquisa/da dissertação;
- Esclarecemos o modo como foi construído o nosso instrumento de pesquisa – as entrevistas com seu tema gerador;
- Não estabelecemos ordem nenhuma para a realização das entrevistas, seja pelo fator idade, tempo de escola, série em que atua, etc. o que ocasionou a efetuação aleatória das mesmas.
- Explicamos que todas as participações na dinâmica das entrevistas estavam apoiadas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (ANEXO C) seguindo assim, pela leitura e assinatura de tal documento por cada um dos sujeitos da pesquisa;

- Deixamos à escolha do grupo de professores de cada escola, o lugar em que seriam feitas as entrevistas. Em algumas escolas, as entrevistas foram aplicadas em uma das salas de aula e outras na parte exterior das mesmas (nos quintais, terreiros, debaixo de árvores, nas Sedes Sociais da comunidade) possibilitando, dessa maneira, mais privacidade àqueles que discorreriam sobre as questões apresentadas;
- Resolvemos não estipular um tempo limite para cada entrevista e, aclaramos que, essa decisão foi tomada levando em consideração primeiramente a necessidade de destinar um dia somente àquelas comunidades que tivessem um número expressivo de professores a serem entrevistados, para que assim pudessem ser mais bem ouvidos. Também pensamos na distância entre uma comunidade e outra, o que nos fez verificar a impossibilidade de dividir duas ou mais escolas por turno. No que se refere às comunidades mais próximas e com um número reduzido de professores, conseguimos em um único dia visitar duas comunidades, uma pela parte da manhã e outra pela parte da tarde sendo que não houve problemas quanto ao tempo de entrevista para nenhum dos entrevistados;
- Reservamos um momento após o término das entrevistas para que os professores/graduandos pudessem retirar dúvidas surgidas no processo, sobre o TCLE, sobre a própria pesquisa, o retorno da mesma para a comunidade e para a escola;
- Discutimos juntamente com os professores/graduandos a possibilidade de utilizarmos gravadores de voz e máquina fotográfica como instrumentos de registros;

Diante da exposição metodológica acima, é válido ressaltar que entre os pontos debatidos, duas solicitações ainda foram feitas por grande parte dos professores/graduandos a serem entrevistados:

- a) Que o nome das pessoas e das comunidades entrevistadas não fosse divulgada. No caso da não identificação dos nomes das comunidades, o cuidado direcionasse ao sigilo daquelas com apenas um ou dois professores que, se identificadas facilitaria o reconhecimento das falas e das pessoas podendo vir a ocasionar situações conflituosas por algo que foi dito;
- b) Que o uso de gravadores ou filmadoras se desse somente nos casos excepcionais, onde algumas falas fossem mais rápidas ou difíceis de serem interpretadas, evitando assim constrangimentos ou limitações por parte dos entrevistados na hora de discorrer sobre as questões apresentadas.

Com a compreensão de que as solicitações apontadas no processo de investigação eram pertinentes e que se tratava de uma maneira de evitar conflitos e constrangimentos aos entrevistados - e não resultaria na inviabilidade da prática da pesquisa - seguimos na rota de concretização das entrevistas.

O ciclo de entrevistas, portanto, se caracterizou como um dos momentos mais fecundos da nossa trajetória de busca: todos os professores indígenas em comum acordo se prestaram solicitamente em participar e, de forma, muito ordenada e espontânea, iniciaram o diálogo conosco e com eles mesmos, uma vez que o momento era de reencontro com suas próprias expectativas, expressas no momento em que ainda sonhavam em cursar uma faculdade ou que estavam apenas iniciando (Fóruns de elaboração e Seminário de Implantação do Curso).

O tempo médio de duração das entrevistas individuais variou entre 20 a 30 minutos, tempo que, de acordo com os próprios professores/graduandos, foi suficiente para a reflexão das perguntas e a concessão das suas respostas.

Após o encerramento das etapas de entrevistas, ainda permanecemos nas aldeias e na tentativa de mergulhar um pouco mais nesse universo rico por seus aspectos culturais, históricos, sociais, políticos, buscando estabelecer, de modo intercultural, relações de troca e aprendizado com todas elas, acabamos recordando o que diz Itani (1998):

[...] precisamos construir uma atitude para com o outro, com aquilo que é diferente, com que nos parece diferente. Por exemplo, os grupos sociais diferentes na composição do processo produtivo, bem como as origens étnicas ou raciais, a filiação religiosa, o lugar de origem devem ser elementos enunciados e respeitados como tais (p. 128).

Mesmo diante dos desafios que uma pesquisa dessa natureza nos coloca, das dificuldades, por vezes, mais ocorrentes que as facilidades, do medo e da aflição de ficar à deriva por minutos - como ficamos, por uma pequena falha no motor, na imensidão de um rio como o Madeira, conhecido pelos seus fortes banzeiros e sua alta densidade - ainda assim é possível afirmar que esta foi uma rota trilhada com muito êxito. Os fenômenos naturais com os quais nos deparamos, como a seca, a vazante, a dificuldade de locomoção, o calor, os estreitos caminhos de água, os exaustivos ir e vir de barcos, as íngremes subidas para se chegar aos locais desejados, são aspectos que assistem habitualmente a realidade amazônica e que tornam, sem dúvidas, difíceis o nosso caminhar mas, que tornam-se pequenos detalhes diante das realidades vividas/enfrentadas cotidianamente por esses povos da florestas, os povos indígenas.

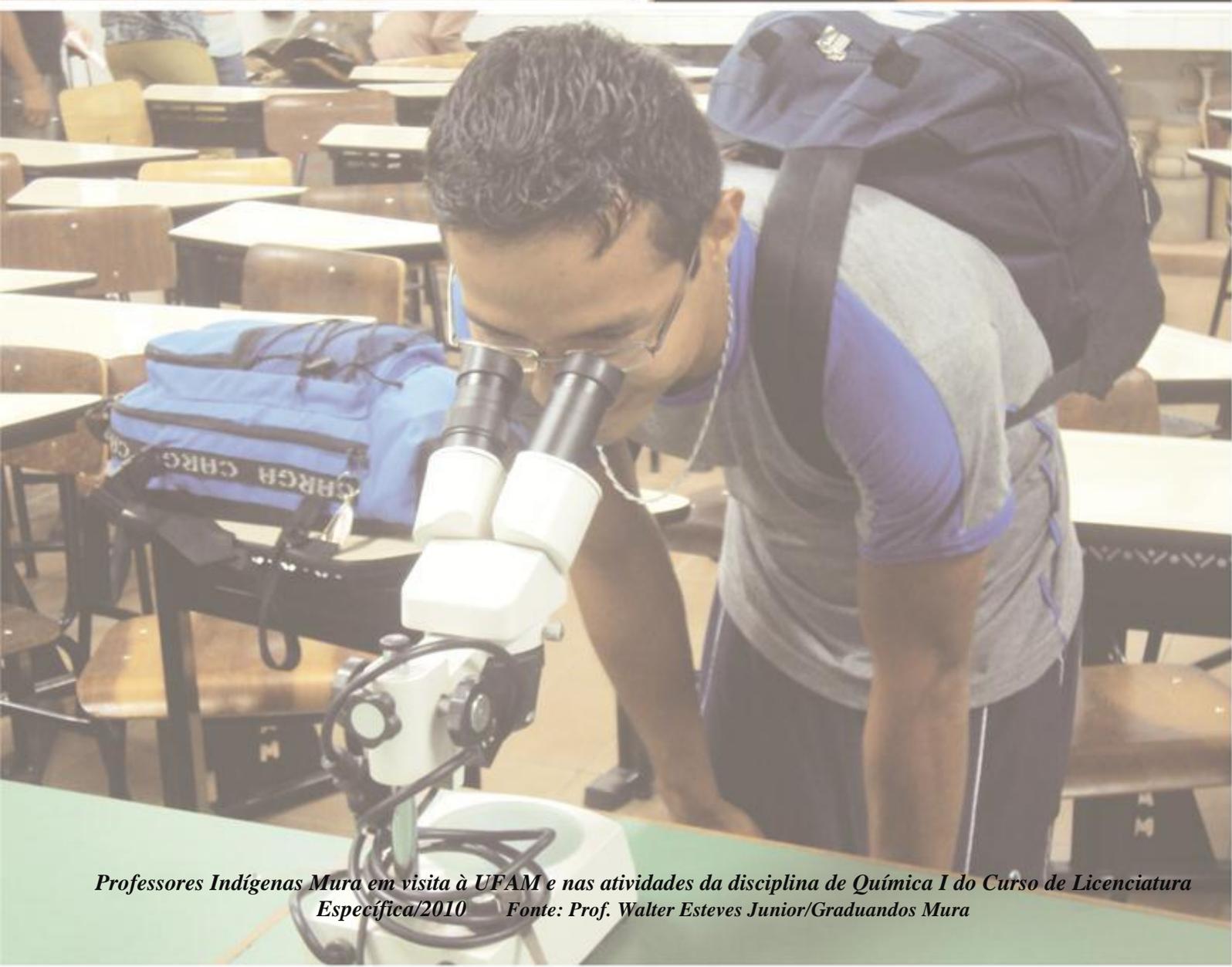
Tomando como referência, nessa empreitada, as facilidades reveladas muito mais que as dificuldades que emergiram no caminho - como a riqueza adquirida pela aproximação, a convivência, a participação e o diálogo construído nesse cenário indígena - é possível afirmar que galgamos passos importantes em direção à ampliação da temática do Ensino Superior e Povos Indígenas, que tanto nos impulsiona.

Contudo, viver a experiência de visitar as dez escolas indígenas, como nos propusemos e conseguir entrevistar os cinquenta e cinco professores indígenas Mura é, enfim, chegar ao “fim” dessa etapa da jornada diante de uma realização que coaduna com nossas aspirações enquanto professores, pesquisadores e estudiosos, é retornar por águas mais tranqüilas, mas provocados por novas reflexões e pelo alerta do muito que ainda é preciso caminhar se almejamos reverter o difícil quadro em que se insere a realidade educacional indígena, principalmente no que se dirige à educação superior. Sendo um dos dilemas a serem enfrentados pelos povos indígenas e por seus aliados nesse novo século, acreditamos ter construído algumas alternativas e as dividiremos mais adiante.

CAPÍTULO 2



ENSINO SUPERIOR E POVOS INDÍGENAS: um diálogo que rompe as fronteiras e os desafios para a universidade



Professores Indígenas Mura em visita à UFAM e nas atividades da disciplina de Química I do Curso de Licenciatura Específica/2010 Fonte: Prof. Walter Esteves Junior/Graduandos Mura

CAPÍTULO 2

2 - ENSINO SUPERIOR E POVOS INDÍGENAS: um diálogo que rompe as fronteiras e os desafios para a universidade

Ao vivenciarmos um tempo de globalização cada vez mais crescente em nosso país, vemos que a educação está se tornando uma exigência primordial e, com isso, aguçando uma demanda expressiva por parte daqueles que a vêem como uma possível “saída” para os problemas que permeiam a vida em sociedade nos tempos atuais. Com os povos indígenas não está sendo diferente. A luta por uma educação escolar de qualidade e que vise suprir suas necessidades e garanta de seus direitos - enquanto povos com suas especificidades/diferenças - chama cada vez mais atenção nos debates promovidos nacionalmente e nos discursos indígenas e, como consequência, destaca-se o impulso e iniciativas concretas frente às novas reivindicações, que alcançam repercussão, visibilidade e espaço até em territórios internacionais.

A idéia equivocada que há muitos anos tem acompanhado o imaginário da sociedade dita “civilizada” - de que lugar de índio é só na aldeia ou que os povos indígenas são incapazes de acompanhar a realidade dos tempos atuais (com seus problemas e avanços e mesmos seus dilemas) - já não encontra sustentação. Prova disso, é a presença cada vez mais assídua desses povos em territórios acadêmicos, políticos e sociais, protagonizando uma nova versão de sua história: de conquistas, de resistências e de possível busca por simetria nas relações estabelecidas com a sociedade envolvente.

Segundo Corry (2004), devemos reconhecer que, os povos indígenas são sociedades viáveis e contemporâneas, com complexos modos de vida, assim como com formas progressistas de pensamento, que são muito pertinentes para o mundo atual (p.3). O pensamento deste autor vem confirmar nosso entendimento sobre a capacidade indígena e sua

autonomia frente às questões que lhes são primordiais, como terra, saúde, luta por igualdade (de direitos, inclusive do direito à diferença) e de modo particular, a educação.

De um lado, pode até parecer que os vestígios dos massacres ocorridos no período de colonização já não existem mais. Por outro, é possível perceber que muitos fatores que dificultam hoje as populações indígenas de se reconhecerem/redescobrirem como povos com projetos de vida próprios ocorrem exatamente por estes povos ainda viverem sob um certo tipo de medo (que poderíamos chamar aqui de “traumas históricos”) causado pelas atrocidades cometidas com seus antepassados, de modo que não podemos negar que os reflexos desses acontecimentos continuam presentes deixando muitas lacunas, conflitos de identidade e de auto-estima e mesmo visões preconceituosas.

Luciano (2009), sobre essa problemática, nos conduz a um pensamento crítico, que aponta para a construção de alternativas que nos auxiliem na reversão desse quadro, sobretudo, quando se relaciona à educação voltada aos povos indígenas e aos demais direitos que lhes são garantidos por lei. Vejamos:

O diálogo pode ser o único caminho capaz de produzir soluções efetivas aos vários problemas enfrentados pelos povos indígenas no Brasil, pois a exclusão deles reside na invisibilidade e nos rótulos errôneos e preconceituosos estabelecidos no imaginário das pessoas. O sistema educacional necessita de profundas mudanças – o indígena precisa ser visto como um cidadão especial, esteja vivendo na cidade ou na aldeia, pois ele sempre o será. Ser indígena é ter coração, alma e corpo diferente, mas nem melhor nem pior que os demais. As políticas de inclusão devem garantir os direitos indígenas e preservar sua relação com os recursos naturais e a sustentabilidade de seus territórios e de suas unidades socioculturais (p. 39)

Apesar das dificuldades vividas pela população indígena desde os primórdios do contato e daquelas inerentes aos processos de vida contemporâneos, é importante ressaltar que, paralela ao esforço de manter viva sua cultura, tradição e costume está a busca contínua de caminhos e alternativas que preservem seus ideais e mantenham sua identidade valorizada, através do conhecimento e do saber escolar.

E é, nesse sentido, que a educação escolar indígena vem despontando no cenário nacional e internacional e se tornando alvo de interesses também, mas não nos moldes do que ocorria no passado, mas daqueles interesses que visam à solidificação de uma educação indígena “superior” e de qualidade. É importante realçar que essa é uma situação que vem se concretizando graças à consciência construída por muitos povos, de que a educação escolar pode ser - e está se tornando - um instrumento que contribua na superação da relação histórica extensa de subordinação e permita construir um novo protagonismo de vida, apoiado pelos processos escolares. Peralta (2009), em um longo relato permeado de alertas nos diz que:

[...] Este país foi feito para atender uma parcela exploradora da sociedade, que não entendem que já estávamos aqui e que temos nossa própria religião, arte, ciência, história e sabedoria. Acreditou-se que íamos atrapalhar o progresso, que não corresponde ao nosso, pois o dele acaba com tudo: matas, minérios, água. Observo uma coisa muito importante, que é a existência de gente preocupada, não só com os indígenas, mas com o planeta, porque só existimos se o planeta existir. Hoje precisamos estudar os códigos não-indígenas, utilizados muitas vezes para nos prejudicar, pois não se mata um povo somente na bala, se mata também tirando sua língua, religião, cultura, mata, água etc. Devemos nos recuperar do que fizeram conosco, porque nossa ciência, história, geografia e conhecimento não servem somente para nós, mas para o planeta. Somos raiz da ciência e da história, e às vezes não estamos nessa porque antigamente não escrevíamos; quem escreveu, o fez de seu modo, do jeito não-indígena, mas hoje percebemos o valor de escrever e estudar. Até muito tempo, eu não acreditava no estudo, porque até então quem estudava abandonava o povo, mas vi que há vários caminhos para seguir o estudo [...] (p. 40).

Gouveia (2004), indígena do povo Cambeba também expressa o importante papel exercido pela educação escolar na dinâmica de vida dos povos:

[...] Hoje em dia, quem não tem educação não pode administrar sua própria vida, levar conhecimento para a comunidade – a educação é a base de tudo. Com ela, é possível reivindicar direitos, administrar a sua comunidade, ter algum projeto. A nossa deficiência é esta: falta de formação. Mesmo que já tenhamos adquirido isso na Constituição, continuamos lutando (p. 47 e 48).

Hoje, a educação escolar e, de modo especial, o ensino superior já não se limita nos livros e discursos. Ao contrário, fruto de uma forte mobilização do movimento indígena, hoje

ela é um direito constitucionalmente garantido e exercido, uma realidade em muitos estados brasileiros.

Segundo Secchi (2009, p. 85) esse é um quadro que se constitui, uma vez que a crescente demanda pelo ensino superior deixou de ser uma expectativa de poucos, para tornar-se uma reivindicação indígena expressa por dezenas, centenas de estudantes, professores, líderes, técnicos e auxiliares de outras áreas.

A Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), por exemplo, surge nesse contexto como sendo a pioneira na execução do ensino superior para os povos indígenas e baseando-se em uma proposta de educação intercultural concretiza, no ano de 2001, o projeto 3º Grau Indígena. Conforme nos aponta Januário (2005) esse Projeto,

[...] consiste numa proposta de ensino fundada numa educação específica e diferenciada, voltada para a realidade das comunidades indígenas, buscando um diálogo intercultural entre os diversos saberes. Tem como objetivo formar professores indígenas em serviço para o exercício da docência nas escolas das aldeias, respeitando a cosmovisão e os valores das diferentes etnias (p.153).

Após a experiência vivenciada pela UNEMAT, outras universidades do país seguiram impulsionadas pela possibilidade de colocar em prática seus projetos e planos ligados à formação superior dos povos indígenas e, comprometidas com o estabelecimento de um novo modelo de educação - específico, diferenciado e intercultural - vão revelando à sociedade uma nova visão: o índio como cidadão pleno de direitos e deveres, alcançando assim o desafio de concretizar uma educação que valoriza, respeita os povos e a sua diversidade. Nesse contexto, reconhecemos que tais experiências nos aproxima do ideal de universidade almejado por nós e por muitos outros que assim a concebem: enquanto uma instituição que possa estar mais envolvida com o ser humano e suas causas sociais, culturais e políticas.

Na linha das experiências já concretizadas, podemos ainda citar a da Universidade Federal de Roraima (UFRR) com o Curso de Licenciatura Intercultural inaugurado no ano de

2003 e criado a partir do Núcleo Inskiram de Formação Superior Indígena. O referido curso, também possui como uma de suas características mais marcantes o princípio da interculturalidade. Este princípio:

[...] permite estabelecer uma relação de respeito entre culturas diferenciadas. Entretanto, a efetivação desse princípio não implica em simplesmente reconhecer o valor de cada uma dessas culturas e defender o respeito entre elas. Mais que isso, a interculturalidade parece ser um princípio que fornece apoio para o enfrentamento, o desvelamento e a posterior busca de soluções para os conflitos originados do contato e do relacionamento, que gera aprendizagens contínuas. Pelo seu caráter a um só tempo relacional e contrastivo, esse princípio tornou-se uma importante ferramenta pedagógica (CARVALHO, FERNANDES, REPETTO, 2008, p.20).

Partindo desse princípio - que têm fomentado as ações entre os povos indígenas e as instituições públicas de ensino superior - é que devemos nos atentar mais ainda para a crescente demanda que surge, objetivando patamares mais elevados de formação escolar e, sobretudo, aprofundar nossas reflexões a respeito de como as universidades brasileiras têm dialogado com essas novas experiências e como têm buscado construir esse processo de formação acadêmica intercultural em seus espaços.

Nos últimos anos, por exemplo, a criação de cursos específicos tem sido freqüente: já são 23 as Licenciaturas Interculturais que vigoram em todo o país nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

No Amazonas, como já informamos anteriormente, a UFAM, através da Faculdade de Educação e com a participação de mais quatro Unidades Acadêmicas, elaborou e implantou o Curso de Licenciatura “Formação de Professores Indígenas”. Além da Turma de Professores Indígenas Mura, atualmente, outras experiências começam a se firmar, como a dos índios do povo Munduruku (com uma Turma inaugurada nesse ano de 2011) e logo mais, a Turma de Professores Indígenas Sateré-Mawé. Ambas as novas Turmas (Munduruku e Sateré), assim como a Turma primeira, a Mura, estão empenhadas na busca e atendimento de uma formação

acadêmica/universitária voltada principalmente para o fortalecimento de seus projetos enquanto povos culturalmente diversos.

De modo a reforçar nossa discussão sobre a conquista do Ensino Superior, buscamos apoio me Januário (2005). Este autor assinala que:

Nos últimos anos do período de 1990, cresceu a oferta de educação específica para atender as etnias em toda a América Latina, principalmente no que diz respeito à oferta de educação superior indígena. Em todos os países houveram esforços na implementação de políticas públicas, com a criação de programas na tentativa de levar adiante o compromisso gerado no seio das Nações Unidas, que considerou o período de 1995-2004, como Decênio Internacional das Populações Indígenas no Mundo [...] (p. 11 e 12).

Sendo a década de 90 caracterizada como cenário/momento histórico-político que representa o início do processo de redemocratização do país, é necessário, com relação ao tema da educação superior e povos indígenas, o entendimento de que a criação de cursos de licenciatura específicos apenas, não basta. É fundamental, pois, rever o modelo de universidade que está posta no país, suas dinâmicas, suas estruturas, seus currículos. Desse modo, pensar o ensino/formação superior indígena sob esse ângulo implica repensar concepções, posturas e práticas que compõem o cotidiano da vida na universidade. Mas de que maneira tais reflexões podem “atingir” as universidades? E como estas podem responder a essas questões e aos anseios suscitados pelos povos indígenas?

Na busca por respostas, estudiosos nos apresentam algumas pistas/saídas:

[...] para que os projetos de ensino superior em discussão nesse momento nas diversas regiões prosperem na direção indicada pelas populações indígenas, é fundamental que as Universidades e seu corpo docente se capacitem para tal, com ênfase no estudo dos processos de mudança cultural, atualizando conceitos e posturas metodológicas que perpassam as propostas indígenas (BRAND, 2004, p.143).

A formação universitária [...] corresponde a importante instrumento de apoio complementar para a solução dos problemas atuais dos povos indígenas. Neste sentido, ela teria, no campo ideal, alguns objetivos relevantes. O primeiro – instrumentalizar os indígenas com os conhecimentos técnicos e científicos para nivelar as relações de diálogo e de negociação de seus direitos. O segundo – possibilitar acesso e apropriação adequada de

conhecimentos técnico-científicos necessários para melhorar as condições de vida das comunidades; o terceiro é instrumentalizar os indígenas de conhecimentos técnicos e tecnológicos que os auxiliem na gestão adequada e qualificada de seus territórios e de seus recursos naturais. Por fim, a universidade é vista como um espaço instrumental para aperfeiçoar, enriquecer e complementar os conhecimentos e saberes tradicionais (LUCIANO, 2009, p. 33).

[...] se a universidade do futuro buscar assumir a reforma universitária com democracia e justiça social, sem resistência a mudanças nos seus currículos, e se prestar a dar serviços de qualidade a população, propiciando novas oportunidades sem exclusão social, e reconhecer a diversidade cultural existente no país, deixará de ser uma universidade prestadora de consultorias e serviços, como querem os mercantilistas do saber, mas sim uma universidade preparada para o século XXI. [...] Portanto, o desafio das universidades será pensar políticas públicas com os povos indígenas, num diálogo que beneficie o campo de formação acadêmica, e que converja com a educação básica, construindo um processo intercultural universitário capaz de respeitar e atuar com base num compromisso social com a realidade das minorias étnicas e a sociedade (NOVANTINO, 2005, p. 133).

Não se pode negar que, dentro dessa perspectiva formativa, os desafios a serem enfrentados pela universidade, são muitos. Dentre eles: os freqüentes impasses existentes em torno de uma educação específica e de qualidade - que assegure aos povos indígenas a melhoria de suas condições de vida na aldeia/escola; o respeito por suas condições sócio-culturais; o conhecimento necessário para a construção de uma pedagogia própria ainda são pontos geradores de tensões no campo da educação escolar indígena, principalmente no que diz respeito ao Ensino Superior e suas políticas (sejam aquelas já formuladas ou as que estão em processo de formulação) voltadas para o investimento, para o acesso, a permanência a conclusão exitosa nos cursos em que estes povos estão inseridos.

Mas, nesse contexto de responsabilidades, onde a universidade passa a exercer um papel intransferível²⁷ no processo de consolidação do Ensino Superior para os povos indígenas é

²⁷ Sobre esta responsabilidade, O Prof. Roberto Jamil Cury, na época Conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE), ao receber uma consulta dos povos indígenas de Roraima, através de suas organizações (em especial a de professores: a OPIR – Organização dos Professores Indígenas de Roraima) foi o relator do Parecer nº 010/2002, aprovado em 11/03/2002. No Parecer podemos ler que “as Universidades dos Sistemas de Ensino e outras instituições de ensino superior credenciadas, em especial aquelas mais próximas das populações indígenas, serão espaços institucionais de ensino superior que preencherão a necessidade de formação dos professores indígenas em nível universitário e garantam a formação expressa na lei 10.172 de 9/1/01 (Plano Nacional de Educação), na meta 17” (BRASIL, 2002).

pertinente a indagação: E quanto aos índios, como eles podem contribuir nesse processo de “transformação” acadêmica?

Freire (2009), de modo a contribuir com essa discussão, nos aponta que, dentre outras coisas:

A presença indígena na universidade pode produzir também mudanças significativas na grade curricular, com introdução de novas disciplinas. [...] Os acadêmicos indígenas com suas simples presenças nas universidades, podem contribuir para o enriquecimento do acervo das bibliotecas, sua diversificação, bem como para a criação de novos laboratórios. Nossas bibliotecas, como regra geral, são deficitárias no que diz respeito aos conhecimentos indígenas e sobre os índios (p. 191).

Desse modo, é inegável a percepção do quanto a presença/participação indígena torna-se indispensável na construção desse espaço pluri/multicultural que se pretende na universidade e como podem trazer consigo uma mudança no cotidiano acadêmico, uma vez que nos apontam possibilidades para a convivência com o diferente, a promoção de novas concepções acadêmicas e a abertura e promoção de um diálogo fecundo e efetivamente intercultural.

Em nosso entendimento, esse diálogo só rompe as fronteiras se se conecta a um projeto cujo ideal baseia-se na solidariedade, criticidade, coletividade que se politiza junto aos povos, empreendendo assim uma discussão marcadamente democrática, pois participativa, e oferece condições para as transformações necessárias nas estruturas universitárias.

Focando nosso olhar no desafio de formar professores indígenas na perspectiva da interculturalidade, baseando-nos nos estudos, na pesquisa e nos apontamentos dessa discussão já elaborados nesta dissertação, é possível afirmar que pensar numa formação acadêmica e intercultural para os povos indígenas, como no caso dos professores indígenas Mura no município de Autazes, é pensar em uma educação onde possamos interagir com eles, possibilitando a troca de experiências, conhecendo suas realidades, seus planos e interesses futuros. Nesse sentido, discutir a compreensão que temos sobre interculturalidade,

reconhecendo a sua importância e implicações nesse processo de construção de conhecimento via inserção na universidade, torna-se fundamental.

Segundo Fleuri (2000),

[...] a relação intercultural indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação. [...] a estratégia *intercultural* consiste antes de tudo em promover a *relação entre pessoas*, enquanto membros de sociedades históricas caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos (p. 8 e 9).

Urquiza (2009), no âmbito da discussão dos conceitos referentes à interculturalidade, define que a mesma:

Tratase de una propuesta étnico-política orientada a perfeccionar el concepto de ciudadanía. Para muchos teóricos contemporáneos, el concepto de Interculturalidad avanza en la práctica de la inclusión “activa”, y no solo de reconocimiento de una sociedad plural. Se enfatiza el hecho de que los distintos pueblos viven en constante relación e interacción, pero a partir de condiciones distintas y de inequidad. Respetando la diversidad cultural existente, se destaca la necesidad de la convivencia mutua a partir de la reelaboración de los modelos culturales originales. [...] La interculturalidad significa fundamentalmente construir una plataforma social más rica y consistente ante la realidad de los Estados Nacionales (p. 13).

O exercício da interculturalidade, nessa direção, também coloca em questionamento, por um lado, o fato da sociedade negar as diversidades que a compõem, ou tentar apagá-las e, por outro lado, luta para que as identidades se confirmem e sejam reconhecidas. Assim, uma prática genuinamente educativa – que se quer intercultural - é aquela que não cria artifícios para sufocar as diferentes expressões e identidades culturais.

Importante, na perspectiva intercultural, é a valorização da bagagem cultural do povos, suas raízes, bem como reafirmação das identidades de cada um, fazendo da experiência vivida (inter)culturalmente um motivo para o estabelecimento de novas relações sociais e a criação de novos saberes/conhecimentos. A partir de uma convivência mais igualitária (que busca a simetria entre saberes, valores e poderes) a postura e atitude intercultural têm como principal

exercício o diálogo entre os indivíduos/grupos/culturas cujos modos de ser e conviver diferem um dos outros.

Associando a experiência vivida pelo e com os professores indígenas Mura no Curso de Licenciatura Específica no Município de Autazes ao conceito de interculturalidade, tão enfatizado (enquanto uma espécie de exigência, de mudança nas relações) na esfera dessa discussão - Ensino Superior e Povos Indígenas - percebemos o quanto tem sido importante o investimento na direção de uma prática plural, coletiva, dialógica e interativa.

É o que nos mostram Abramowicz, Barbosa e Silvério (2006) ao afirmarem que

A educação, na perspectiva intercultural, deixa de ser assumida como um processo de formação de conceitos, valores, atitudes, baseando-se em uma relação unidirecional, unidimensional e unifocal, conduzida por procedimentos lineares e hierarquizantes. A educação passa a ser entendida como o processo construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos que, justamente por se conectar dinamicamente com os diferentes contextos culturais em relação aos quais os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidades, se tornam um ambiente criativo e propriamente formativo, ou seja, estruturante de movimentos de identificação subjetivos e socioculturais (p. 150 e 151).

Empenhado, portanto, em executar na prática, nas relações, o princípio da interculturalidade é que o grupo de docentes²⁸ da UFAM envolvido na elaboração e implantação do Curso tem buscado desenvolver ações que aproximem os universitários indígenas do ambiente acadêmico, oportunizando-os participar de seminários, debates, palestras e outros eventos, com o intuito de diminuir as distâncias, já que seu Curso não acontece no Campus em Manaus. A preocupação que se persegue é que os graduandos indígenas Mura possam se sentir, de fato, parte integrante da universidade na qual estão inseridos.

²⁸ Tal grupo é composto por professores da Faculdade de Educação, em especial os ligados ao Grupo de Pesquisa “Formação do(a) educador(a) no contexto amazônico” e outros docentes das seguintes Unidades: Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF).

Entre as ações promovidas/efetivadas pela UFAM - direcionadas à Turma Mura - destacamos aqui a visita ocorrida no dia 29 e 30/04/2010, momento em que os graduandos dessa turma tiveram a oportunidade de conhecer as dependências do Campus Universitário em Manaus e relacionar-se, mesmo que num espaço de tempo reduzido, com os universitários/graduandos das diversas áreas do conhecimento que compõem a matriz curricular da Licenciatura Formação de Professores Indígenas.

Com a consciência de que promover uma ação nesse sentido pode gerar impacto(s) quanto à presença indígena na universidade, e ao mesmo tempo consciente de que não pode furtar-se ao compromisso essencial de acolher, dialogar e inserir os povos na dinâmica da vida acadêmica/universitária, é que a o grupo envolvido nesta iniciativa institucional da UFAM tem assumido, com responsabilidade, o desafio de construir, de forma coerente, um diálogo intercultural. Neste processo, tem ampliado suas experiências junto às populações indígenas com quem tem se proposto a caminhar. Cabe enfatizar que, neste desafio, esforços são concentrados para que, do mesmo modo, que a universidade vai ao encontro da Turma de graduandos indígenas Mura em seu local de realização da Licenciatura – a Secretaria Municipal de Educação, no Município de Autazes – estes alunos também possam vir até a universidade e realizem junto à comunidade acadêmica não-indígena o intercâmbio de saberes, de experiências e conhecimentos, como bem nos exige a prática intercultural.

Depoimentos dos universitários indígenas Mura²⁹ (que datam o momento da visita na UFAM e que foram escritos pelos próprios Mura na forma de pequenos relatórios) expressam as positivas impressões/sensações sobre a experiência do “ser” universitário e “estar” na universidade:

²⁹ Tais depoimentos fazem parte do arquivo do Grupo de Pesquisa “Formação do Educador(a) no contexto amazônico”. Estão identificados sequenciadamente apenas por letras do alfabeto, que em nada se relacionam aos nomes dos professores/graduandos. Esse critério decorre da necessidade de mantermos preservadas as identidades dos professores indígenas e que estamos adotando/atendendo em todos os momentos em que as falas dos indígenas precisam ser destacadas no trabalho.

“A visita que foi realizada na UFAM pra mim foi inesquecível e muito importante, porque serviu como experiência pra mim como professor indígena e aluno universitário. Na verdade, depois de conhecer parte da UFAM, me fez refletir o valor que a instituição tem comigo e ao mesmo tempo tenho com a UFAM. Faço questão de ressaltar que fiquei muito alegre em conhecer alguns departamentos de diferentes áreas do conhecimento, onde pude aprender um pouco sobre o trabalho que cada responsável desenvolve nos diferentes departamentos. Outra questão interessante, que me chamou bastante atenção, foi o diálogo dos professores indígenas junto a universitários não índios, que possibilitou um pouco a troca de experiência no sentido da educação, ou seja, a educação na interculturalidade. Mas, infelizmente, o tempo disponível foi bastante curto, deixando a desejar muitas questões importantes que poderiam subsidiar essa interculturalidade. Mas é interessante dizer que ainda vamos ter outras oportunidades. [...] percebo que a UFAM é uma instituição que vem contribuindo com a sociedade no sentido de conhecimento científico nas diversas áreas. E atualmente, o povo Mura faz parte desse processo do conhecimento. Portanto, tenho consciência do papel que - como Mura - tenho que assumir junto a minha sociedade, onde os conhecimentos científicos por meio das minhas atitudes terão de ser repassados, discutidos e aproveitados dentro das perspectivas Mura. E com certeza UFAM terá a sua contribuição”. (Professor A)

“Para despertar a minha curiosidade e interesse, a visita na Universidade Federal do Amazonas foi ótima. Posso salientar, como universitário, que na minha vida, naquele momento, foi um nascimento rodeado de mistérios e que foi um momento histórico: nós da Licenciatura Mura de Autazes estar conhecendo a UFAM. Depois de todo um diálogo da “Pedagogia no plural”, foi dividido em três grupos a turma universitária Mura, para conhecer um pouco de cada departamento, lembrando que, naquele momento, os professores foram muito pacientes conosco! Há algum tempo atrás, era um sonho de conhecer a UFAM e hoje se tornou a pura realidade. Quando voltei para a minha aldeia, os comunitários curiosíssimos para saber as novidades, e fui falar para aquelas pessoas sobre aquele momento que eu estava vivenciando lá dentro. Eu pude aprender coisas interessantes como, por exemplo, as diferenças em se comunicar enquanto colegas de aula. Tive a oportunidade de conhecer o museu amazônico e a pessoa responsável pelo departamento nos explicou os diferentes tipos de urnas que existem lá dentro, mil coisas que ainda não tinha visto, tudo isso foi novidade para mim, gostaria que essa visita se repetisse, e que fosse mais dias, sei que é difícil, mas sempre com essa expectativa de esperança”. (Professor B)

“Nos dias 29 e 30 de abril de 2010 estivemos visitando o campus universitário em Manaus. Com essa visita, demos o primeiro passo, apesar de tantas lutas, conseguimos chegar até lá, uma experiência única. Aprendi o possível, tinha tantas coisas importantes e interessantes, que muitas vezes despertou curiosidades. Me perdi no mundo tão grande que tem no Campus da universidade. Projetos que me chamaram atenção como: avicultura (galinhas), Sauim de coleira - que também recolhe outros animais, e também outros e até mesmo o “Idoso feliz participa sempre”, entre outros. Sabemos que a universidade não atende só o Campus, mas as pessoas que não fazem parte da universidade, como o atendimento médico pelo CAIS. Significou muito, a cada momento que lembro, passa um filme na minha cabeça, e fico sem palavras diante de tantas experiências que tivemos e podemos fazer na aldeia. Já fui outras vezes na

UFAM... mas não foi como agora - que conhecemos detalhes ou até mesmo nos sentir próprio daquele setor, ou seja, se sentir universitário”. (Professor C)

“[...] Pude perceber que cada faculdade que era visitada havia sempre uma nova descoberta, as informações que as pessoas nos traziam enriqueciam mais os nossos conhecimentos; deslumbrei-me muito com a participação de muitos jovens na faculdade de ensino, ou seja, a participação dos jovens como acadêmicos. Também observei a presença de várias raças de pessoas, bem como: índios, negros, pessoas de determinados sexos e até deficientes físicos. Vejo assim que a universidade tem quebrado preconceitos e abraçado a educação, os paradigmas vividos pela sociedade. Eu acredito que esse tipo de visita é um momento ímpar para os Mura de Autazes [...]”. (Professor E)

“Quando me perguntam o que é UFAM, ou o que ela significa para nós, talvez não soubesse responder, ou pelo contrário, seria uma universidade que tem inúmeras fontes de conhecimento entre outras. Talvez fosse um campo imenso de atividade e pesquisa ou um mundo de conhecimento ao nosso redor. Quero citar que a visita a UFAM pra mim trouxe inúmeras formações e conhecimentos, o qual antes nunca tinha visto. Quando saímos para visitar os setores e ou funções que cada um tem ali dentro, que momento foi concedido a nós, pude observar de maneira tão prazerosa, tudo que olhei e observei a minha volta, deu ainda mais força, mais vontade de estudar. Sei que é uma caminhada difícil de enfrentar, mas com essa força de vontade e de coragem de ser alguém na sociedade é que faz o nosso povo Mura caminhar em frente, em busca do conhecimento para suprir as necessidades de nosso povo, busca de conhecimentos, conhecimentos que são divididos juntos com as nossas crianças que estão lá na base e lideranças que pregaram toda confiança em nós como professores educadores que saímos. Então acredito que a UFAM seja isso, um mundo de conhecimento para nós educadores, talvez seja ainda, mais do que isso, porque a UFAM forma, cria e emprega seus próprios alunos, então vejo que a UFAM é muito competente, basta nos aprofundarmos, buscar e se habilitar com os conhecimentos que são propostos a nós como alunos”. (Professor F)

Os depoimentos e sentimentos descritos acima pelos professores/graduandos indígenas Mura, nesse sentido, reportam-nos à reflexão de que estar distante de tudo o que faz parte do “nosso mundo” e adentrar em outras realidades é viver de modo concreto a interculturalidade que defendemos. É vermo-nos iguais e diferentes ao mesmo tempo, abertos ao encontro com o “outro” e “seus mundos” e sensibilizados pelas diferentes formas de ser/estar no mundo.

Ao nos aproximarmos ainda mais dessa experiência vivida pelos professores/graduandos Mura através de seus relatos, percebemos que a presença indígena que se “defronta” com esse “novo” universo (a universidade) também reconhece que as

formas de agir, de viver e de se relacionar constituem marcas culturais que nos ensinam não haver cultura melhor ou pior, mas sim culturas se manifestando diferentemente umas das outras. Tal reconhecimento nos parece estar firmemente apoiado no pensamento de Freire (1985), que nos assegura que:

A cultura não é apenas a manifestação artística ou intelectual que se expressa através do pensamento: a cultura se manifesta acima de tudo nos gestos mais simples da vida cotidiana. Cultura é comer de maneira diferente, é dar a mão de maneira diferente, é relacionar-se com o outro de maneira diferente. De forma que a mim parece que é o emprego desses três conceitos, cultura, diferenças e tolerância, são utilizações novas de velhos conceitos. Cultura para nós, insisto, são todas as manifestações humanas, inclusive a cotidianidade, e fundamentalmente na cotidianidade está a descoberta do diferente, que é essencial (p. 31).

Não há dúvidas, portanto, de que a interculturalidade ganha cada vez mais destaque no campo educacional/social/cultural por se processar no respeito que devemos ter para com o “outro” e no entendimento de que esse fato não implica apenas em entender ou respeitar suas diferenças, mas enfrentar as relações de poder que, por vez, encarregam-se de firmar (e reafirmar) desigualdades e injustiças.

Com base nas iniciativas promovidas pela UFAM e por tantas outras universidades do país que trabalham para a concretização de uma formação de qualidade e para o estabelecimento de uma relação igualitária entre os povos indígenas e a sociedade acadêmica não-indígena dentro de uma proposta de ensino intercultural, é possível afirmar que trilhar os caminhos da interculturalidade ainda se constitui num longo e difícil exercício. Aproximar culturas, viabilizar trocas de experiência com os diferentes grupos sociais, promover o diálogo intercultural, por exemplo, ainda tem sido ações realizadas esporadicamente em nossas Instituições de Ensino Superior. Sinalizam, porém, para uma mudança nesse cenário e para que isso possa acontecer, a mesma precisa se valer de todos os recursos disponíveis para estimular a comunidade acadêmica a refletir sobre suas posturas frente à presença indígena na universidade, criar mais alternativas e espaços favoráveis para o estreitamento das relações

entre os acadêmicos indígenas e não-indígenas e desencadeie assim, uma série de transformações positivas dentro e fora do ambiente universitário, distanciando-se dos discursos que inferiorizam esses povos (ainda existentes em nosso meio) e passe a ser, dessa forma, um espaço/palco de encontro entre culturas onde todos possam conviver apesar das barreiras históricas que ainda circundam os espaços acadêmicos e sociais.

Para o enriquecimento de nossas reflexões, trazemos o pensamento de Fornet-Betancourt (1995) *apud* Chamorro (2009) que nos apresenta as seguintes alternativas para o estabelecimento de uma proposta intercultural na universidade:

[...] (1) cultivar uma abertura descentrada frente ao “outro”, deixar-se interpelar pela sua alteridade e tratar de encontrá-lo a partir de seu horizonte próprio. Porém, como o diálogo não é um exercício de pacificação das controvérsias nem de dissolução das diferenças, (2) ele não pode ser uma tática para que, em nome da harmonia, a opinião do parceiro supostamente prevaleça. (3) É necessário sairmos de um modelo mental que nos fixa na “verdade” como algo dado em si mesmo para um modelo que leva em conta o transcurso. (4) A inteligência deve ser exercitada para perceber que as coisas aprendidas e ensinadas são “respectivas”, ou seja, que elas dizem respeito a algo ou alguém. (5) Deve-se arrancar o que é culturalmente “estranho” do domínio dos conceitos e colocá-lo no plano da convivência com o outro, ensaiando uma compreensão respeitosa, embora vagarosa, do que nos parece culturalmente “estranho” e evitar as definições apressadas (p. 17)

A interculturalidade, contudo, acompanha indiscutivelmente os povos indígenas em seus processos de formação que, conseqüentemente, ganham vitalidade em seus Cursos de Licenciaturas específicas e além de ser debatida, compreendida, estimulada precisa ser vivida em seu sentido mais plural. A prática intercultural precisa, decisivamente, ultrapassar o campo dos anseios e atingir o cotidiano, a realidade de vida dos povos, sejam eles tradicionais ou não, e captar a riqueza embutida nessa perspectiva para que as relações humanas adquiram cada vez mais sentido. A consciência de que a interculturalidade pode desencadear um processo transformador nas sociedades e nas universidades (que por vez, tem promovido esporadicamente o encontro, o diálogo, a troca de experiências) torna viável a construção de

um futuro mais igualitário aos povos e possível a aproximação dos diversos atores sociais através de suas diferenças sem que isso se revele numa afronta, que é o que almejamos.

CAPÍTULO 3



***LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS
MURA: um reencontro com as expectativas passadas através dos olhares presentes dos
graduandos***



TURMA DE PROFESSORES INDÍGENAS MURA/2008



Fonte: Grupo de Pesquisa “Formação do(a) educador(a) no contexto amazônico” da FACED/UFAM.

CAPÍTULO 3

3 - LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MURA: um reencontro com as expectativas passadas através dos olhares presentes dos graduandos

Tomando como referência para a análise a fala proferida pelo professor Gersem José dos Santos Luciano³⁰, do povo Baniwa - na ocasião da aula inaugural do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas/Turma Mura, por ele ministrada, no dia 01 de Maio de 2008, vamos apresentar os depoimentos dos professores/acadêmicos Mura e seus posicionamentos em relação ao atendimento (ou não) das suas expectativas no processo de formação superior.

Como já citamos anteriormente, buscaremos analisar as falas dos graduandos/entrevistados relacionando-as com as seguintes expectativas: 1) individual, 2) coletiva (de povo/aldeia) e 3) política (de movimento), além das relacionadas à família, à formação/atuação docente e à categoria de aluno da UFAM (expressas na idéia de o que significa ser aluno da UFAM) que surgem imbricadas às três primeiras. Vale ressaltar ainda que, estas foram categorias elencadas também pelo professor Gersem Baniwa no momento inaugural do curso e que, segundo ele, são expectativas importantes na consolidação de um Curso de Educação Superior voltado para os povos. Vejamos o trecho principal que nos inspira nesse processo de análise³¹:

[...] me parece uma conquista muito grande quando ingressamos na universidade, é digno de festejo, de comemorações, porque são conquistas importantes. Mas, para nós

³⁰ Mestre em Antropologia, Doutorando em fase de conclusão da tese no Curso de Antropologia Social da UNB (Universidade de Brasília), Coordenador da Coordenação Geral da Educação Escolar Indígena (CGEEI) na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC). É, desde 2009, por concurso público de ingresso na carreira universitária, professor da UFAM.

³¹ Dada a importância do texto, em especial na análise proposta nesta dissertação, e pelo fato de não ser um texto publicado, o que dificulta a sua publicização/socialização, a fala do Prof. Gersem foi incluída na íntegra, na forma de anexo.

indígenas, também significa uma enorme responsabilidade não é uma responsabilidade unicamente individual com cada um de nós, mas principalmente porque começamos a levantar e a criar expectativas grandes, muitas expectativas por parte das nossas comunidades, muitas expectativas por parte dos nossos filhos, dos nossos pais, dos nossos colegas, dos nossos companheiros, dos nossos parentes de aldeias e de comunidades. É uma cobrança que virá, com certeza, eu digo isso por experiência própria e às vezes, mesmo formados, mesmo diplomados, às vezes nos sentimos impotentes para responder à altura aquilo que é cobrado e esperado pelas nossas comunidades legitimamente, com todo direito. Porque, na maioria das vezes, essas conquistas não são conquistas individuais, são conquistas coletivas, são conquistas dos nossos povos, são conquistas das nossas comunidades e isso nós não podemos perder de vista se esperamos que todos - daqui a quatro, cinco anos - todos os sessenta novos universitários, professores em formação, ao concluírem sejam também realizados do ponto de vista da sua contribuição com as comunidades. Quero centrar minha reflexão em 3 perguntas/respostas que precisam ser trabalhadas: primeiro, eu já disse, é preciso que essa nossa formação responda a nossa expectativa individual, isso é fundamental! Porque nós não podemos ser indivíduos frustrados, indivíduos decepcionados; nós temos que ser indivíduos suficientemente primeiro respondendo aos nossos próprios interesses e demandas, porque isso é próprio do ser humano. Essa formação tem que trazer para nós auto-estima, auto-confiança, tem que ter resultado positivo na medida em que formos capazes de corresponder as expectativas e demandas das nossas comunidades. A segunda pergunta/resposta que temos que trabalhar é a expectativa da nossa comunidade, o quê que a comunidade espera da minha formação? Por que a comunidade me apóia para que eu freqüente com sacrifício, com dificuldades a formação de cinco anos? Nós não podemos esquecer dessas três questões: no plano individual, essa determinação, essa convicção, essa necessidade para a nossa própria auto-realização como indivíduo, como cidadão; a segunda questão com relação ao que a comunidade espera da nossa formação, do nosso papel como professor e a terceira: não podemos esquecer os direitos indígenas principalmente no Brasil. Esses direitos só têm sentido, só são respeitados e aplicados de acordo com o tamanho da capacidade da luta diária dos povos indígenas e qual é o nosso papel como professor, mas principalmente como professor formado em nível de Ensino Superior em Licenciatura Intercultural? Eu acho que são três dimensões da nossa formação que não podemos esquecer enquanto demanda, enquanto perguntas/respostas que temos que, no processo da nossa formação, trabalhar, aprofundar, pesquisar se for necessário, mas, sobretudo, procurar conhecimento, procurar experiências para que a gente possa responder então a essa demanda porque são demandas nossas - individualmente e coletivamente. Por fim, tudo isso, por outro lado, terá sentido e eu tenho certeza disso, o esforço da equipe da Universidade Federal do Amazonas esse esforço de corresponder a essa expectativa é fundamental e eu tenho certeza que será absolutamente possível alcançar esses resultados esperados na qualidade da formação que vai gerar mudanças na possibilidade de cada um de vocês contribuir para melhorar as condições de vida das comunidades. E aí essa formação, respondendo a esses três níveis: individual, comunitário e o movimento indígena! (ANEXO F).

Em um universo de 55 pessoas entrevistadas, com características e pensamentos diferenciados, não é difícil imaginar a diversidade de respostas obtidas e o confronto existente

entre elas mesmo, em se tratando de apenas dois anos de funcionamento do curso³². Cientes de que se tratava de uma prévia avaliação do curso que ora estavam a construir, os professores graduandos Mura não pouparam esforços para, em algumas frases, exporem os seus olhares atentos e presentes diante dos olhares passados, quando ainda idealizavam o sonho da universidade.

Neste sentido, o esforço de coletar cada depoimento se pautou, sobretudo, no respeito a cada ponto de vista, na busca da sensibilidade necessária para captar o significado de cada expressão - fosse ela positiva ou negativa - e em um cuidadoso processo de escuta.

Guiados, então pelo interesse de saber como os alunos do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas/ Turma Mura avaliam o grau de atendimento às suas expectativas iniciais e como identificam/avaliam o porquê das expectativas estarem ou não sendo atingidas, navegamos durante dias pelo extenso e “sinuoso” rio Madeira até as 10 aldeias em que habitam. O objetivo era nos aproximarmos - através das declarações (colhidas no contexto das entrevistas, com suas “frases” geradoras) - dos graduandos Mura. A avaliação (feita através da ótica discente) sobre se o Curso, em seus dois primeiros anos, estava atingindo as expectativas de cada um nos permitiu visualizar o perfil atual do curso traçado por eles. Estas reflexões certamente ganharão impulso e servirão como parâmetro quando da criação pela UFAM de novos cursos superiores direcionados aos povos indígenas, e mesmo, no caso da Faculdade de Educação, na ampliação da Licenciatura com outros povos, a exemplo da Turma Munduruku e Sateré-Mawé.

Antes de partimos para os depoimentos dos universitários Mura, consideramos indispensável apresentar o nosso ponto de partida, que nos possibilitou chegar às expectativas atuais dos graduandos da Licenciatura Específica/Turma Mura o que, por sua vez, nos

³² É importante lembrar que nos dois primeiros anos do Curso – caracterizado como de Formação Geral – todos os alunos estudam juntos. No terceiro e quarto ano anos – momento da Formação Específica - eles são divididos de acordo com suas opções por uma das três Grandes Áreas: Humanas e Sociais, Exatas e Biológicas, Letras e Artes. No quinto e último ano – da Integração das Áreas - eles voltam a estudar todos juntos.

permitem fazer um balanço dos dois primeiros anos do Curso e, logo, verificar se esse tem atendido ou não os anseios indígenas.

Os Fóruns dos Pólos (2006), os Seminários de Elaboração da proposta do Curso (2006-2007) e a sua Implantação (2008) podem ser definidos como importantes momentos na trajetória de conquista do Ensino Superior para os Mura. Tais ocasiões e eventos oportunizaram que as suas expectativas frente ao sonho da universidade fossem expressas. Eles puderam refletir e se posicionar sobre o que esperavam da formação superior para os professores de suas aldeias, como imaginavam ser o Curso e quais os desafios a serem enfrentados, dentre outras questões relevantes e pertinentes.

Todo este significativo processo de construção da proposta do Curso foi sistematizado em relatórios e tais escritos se tornaram fundamentais para nossa pesquisa, uma vez que nos traziam a possibilidade de fazer com que, passados dois anos de concretização/andamento do Curso, esses registros das expectativas fossem retransmitidos aos seus autores levando-os a refletir, comparar e analisar suas expectativas passadas, verificando se elas ainda permanecem inalteradas ou se passaram por mudanças ao longo da vivência universitária no Curso.

Na busca por uma metodologia apropriada para utilização das expectativas passadas, decidimos destacar aquelas formuladas coletivamente nos Fóruns, durante o projeto de elaboração do Curso, entre 2006 e 2007 (depoimentos por aldeia) e, posteriormente, aquelas expressas de modo individual (no Seminário de Implantação do Curso, em 2008). A ordenação dessas expectativas iniciais nos possibilitou aproximá-las, dos pareceres atuais de quem as formulou. E foi partindo dos olhares dos próprios graduandos Mura, que consideramos ter conseguido construir esse balanço parcial do Curso.

Observemos, nesse sentido, algumas das expectativas passadas que nos serviram de temas/frases geradores para a efetivação de nossas entrevistas/coleta de dados:

Expectativas I: Depoimentos construídos coletivamente/grupos por aldeias

“Nós professores Mura da escola (...) esperamos que aconteça o Curso de Licenciatura Indígena para que fiquemos mais capacitados, e que possamos atender as demandas que estão surgindo entre nosso povo. Que a Licenciatura seja específica, baseada na realidade do povo Mura. Que os técnicos que irão ministrar as aulas conheçam a realidade do povo Mura. Que estudemos todas as disciplinas que forem obrigatórias, mais a língua nheengatú e arqueologia”. (Aldeia 1)

“Nossa expectativa é que se realize esse curso para que nós, professores, possamos melhorar a nossa prática de ensino em sala de aula, para que nossos alunos tenham mais conhecimentos quanto à educação”. (Aldeia 2)

“Queremos uma qualificação melhor para os professores indígenas, onde possam transmitir às comunidades os conhecimentos, de acordo com suas necessidades. Queremos a licenciatura para aperfeiçoar e ampliar o nosso conhecimento pedagógico. Imaginamos o curso por período, dividido por duas etapas. Queremos estudar: português, matemática, história do nosso povo e outros”. (Aldeia 3)

“Nossa expectativa é que os professores possam aprender coisas que sirvam para os alunos de 5ª à 8ª série e tenham mais conhecimentos. Imaginamos o curso com novas dinâmicas, novos métodos, novos docentes, mais disciplinas e conteúdos que possam ser adaptados na nossa realidade. Docentes que tenham segurança no que vão repassar. Queremos as áreas: ciências naturais, língua portuguesa, matemática, história, física e química. [...]”. (Aldeia 4)

“Queremos, no curso superior, dar continuidade à educação diferenciada estudada no Mura-Peara. Que os professores em formação no curso superior já possam assumir as salas de aula do Ensino Médio. Queremos o ensino superior para formar cidadãos Mura preparados para o dia-a-dia da aldeia, valorizando sua própria cultura e modo de vida, com bom relacionamento com todos. Queremos formar cidadãos Mura preparados para enfrentar o mundo moderno, que vive dos cursos e concursos. Imaginamos que o curso qualifique de forma crítica os alunos e professores, respeitando a cultura, os costumes, as tradições e o modo de vida em cada aldeia. Quanto às disciplinas, queremos no geral todas a que temos direito”. (Aldeia 5)

Expectativas II: Depoimentos expressos individualmente

“Espero que o Curso de Formação Específica em Ensino Superior, me dê condições de melhorar a minha prática pedagógica e política. [...] Além disso, busco também compreender o contexto político, econômico e cultural da sociedade do entorno. Detectar dispositivos frágeis na minha cultura e construir soluções de como fortalecê-los; tirar angústias quanto ao processo de mudança em que passa o movimento local, regional e mais amplo; busco também realização profissional”. (Professor 1)

“Como universitária, espero me aprofundar mais nos conhecimentos que vêm me trazer novas concepções de como ser uma professora Mura, onde possamos contribuir de forma coletiva na aldeia indígena Mura e saber associá-las interculturalmente, levando ensino de qualidade, onde os alunos possam ter visão ampla de como garantir os seus

espaços dentro da sociedade que ele mora e fora dela, trabalhando em cima das suas necessidades”. (Professor 2)

“É importante o índio na universidade por questões próprias, familiares, por incentivo e necessidade de continuar um caminho que vem de muitos anos atrás. Relato aqui que seja por uma grande luta e sonho dos professores indígenas Mura e também mostrar para a sociedade envolvente não-índia que os Mura estão vivos e subindo quanto à educação indígena e em outros níveis sociais. Nós professores Mura temos que evoluir cada vez mais, sempre estar igualados às sociedades envolvidas, senão a educação não seria uma educação diferenciada, temos que adquirir conhecimentos para levar aos nossos alunos, à nossa aldeia, ao nosso povo que confia na nossa capacidade e responsabilidade”. (Professor 3)

“Penso que é uma porta que se abriu. Um novo espaço para alimentarmos o conhecimento, para podermos melhorar os ensinamentos Mura. Penso também na minha capacitação tornando-me um bom educador Mura. [...] queremos mostrar que somos capazes de sermos iguais em termos de conhecimentos, em dar nossas opiniões e mostrar nossos valores”. (Professor 4)

“Fazer parte da universidade hoje como universitário é muito importante para mim, pois além de ser um direito, é também um privilégio que, com certeza, vai ampliar mais os meus conhecimentos, como também melhorar a minha vida particular e profissional, no sentido de me qualificar profissionalmente para desenvolver um trabalho produtivo e de qualidade junto à minha comunidade. [...] espero que os conhecimentos que serão adquiridos ao longo da universidade possam servir de suporte na orientação para a solução dos problemas que a aldeia venha a passar”. (Professor 5)

No processo de leitura dos depoimentos acima explicitados vimos que, embora tenhamos tentado classificar as expectativas em dois grandes grupos, coletivo e individual, as mesmas continuam entrelaçadas a outras importantes expectativas. Esse fato nos alerta para a necessidade de criação de novos blocos de expectativas para que assim possamos analisá-las, de acordo com as suas especificidades. Ou seja, além dos grupos de expectativas apontadas na fala do Professor Gersem Baniwa - a individual, a de movimento (política) e a coletiva (comunitária) – destacam-se àquelas voltadas à família, à melhoria da formação/atuação docente (através do Curso de Licenciatura) e ao significado de ser universitário da UFAM.

Os depoimentos que expressam a avaliação sobre o atendimento das expectativas iniciais, expostos a seguir, também nos conduzem a esse entrelaçamento de expectativas e foram coletados através das seguintes perguntas:

- **Suas expectativas têm sido atendidas?**
- **Por quê? De que modo?**

Na tentativa de melhor analisá-los, como mencionamos anteriormente, agrupamos os depoimentos coletados de acordo com as:

→ **Expectativas individuais**

Dentre as aspirações que circundam o universo humano, a realização pessoal desponta como uma das principais. Entre os professores indígenas Mura, essa também é uma pretensão recorrente (mas em nada se associa a uma prática individualista, por vezes, egoísta como nós, os não-índios costumamos entender) e faz-se concreta através do Curso de Licenciatura Específica.

Esta foi também a visão trazida pelo Prof. Gersem Baniwa na aula inaugural, em 2008.

Destacamos novamente um trecho de sua fala que aborda tal questão:

*[...] primeiro, eu já disse, é preciso que essa nossa formação responda a nossa **expectativa individual**, isso é fundamental! Porque nós não podemos ser indivíduos frustrados, indivíduos decepcionados; nós temos que ser indivíduos suficientemente primeiro respondendo aos nossos próprios interesses e demandas, porque isso é próprio do ser humano. Essa formação tem que trazer para nós auto-estima, auto-confiança, tem que ter resultado positivo na medida em que formos capazes de corresponder as expectativas e demandas das nossas comunidades.*

Como poderemos perceber, no que se refere ao atendimento dessas expectativas - que como já dissemos, não se constituem exclusivamente individuais, uma vez que se entrelaçam a outras características, e desse modo vão se complementando - expressivo número de graduandos indígenas acena positivamente para o atendimento de suas expectativas individuais e relata de que forma o curso tem viabilizado o alcance das mesmas:

“Eu estava refletindo a partir das disciplinas que eu estava estudando e tenho plena certeza de que melhorei muito. O curso está suprimindo minhas necessidades, passo o conhecimento de forma melhor, porque antes era difícil, agora a

mudança ta surgindo, o conhecimento está sendo transmitido de uma maneira melhor. Era a transformação que eu precisava, o curso é um complemento a mais, ainda mais que é meu sonho ser um bom educador. O curso só tem me ajudado... está muito bom. Vendo pelo lado bom da crítica, só queria que a gente tivesse muito mais tempo. A comunidade gosta quando a gente chega, já querem saber o que tem de novo, como foi a experiência. E se não fosse por um bom motivo, ter que ficar longe por um tempo de lecionar, os pais, com certeza, “xiariam”. Eu penso que um dia o tuchaua deveria ir para ver como é e ver que a gente vai buscar é para o benefício da comunidade” (Professor 1)

“[...] eu já me sinto mais envolvida do que antes com a turma de professores, pois antes eu nem conversava muito com as pessoas e me sinto envolvida também com minha prática de sala de aula. Todos os dias eu me esforço bastante para não cometer tantos erros. O meu português, por exemplo, do ponto de vista de falar e escrever, mudou. Peço a Deus que a cada dia que passe eu melhore na formação da faculdade, mais do que já melhorou e que eu não esqueça o que aprendi. O que eu estou aprendendo, estou divulgando, só que na minha turma de 2ª série, o que eu estou aprendendo no curso ainda é um pouco difícil de repassar para eles poderem entender. Então, para mim, está sendo uma boa formação e é um orgulho dizer para meus amigos, para as pessoas que conheço por aí, que sou universitária, a gente se sente bem. E no momento que eu tava quase caindo na minha vida, a faculdade me ajudou, me levantou” (Professor 2)

“Em relação a minha primeira expectativa, eu penso que [...] não é só conhecer a realidade, aprender a lidar com a realidade... Dela nós já sabemos. Nós temos que ter domínio e conhecer os conteúdos universais. O magistério foi fácil e tem coisas a respeito dos conteúdos que a gente nunca viu, e é por isso que digo, se estudássemos os conteúdos universais, não estávamos tendo tanta dificuldade. [...] Em relação a minha segunda fala, permanece o que eu disse: eu, individualmente, pessoalmente, quero e tenho sede de aprender, tenho curiosidade de aprender ainda no curso, como dominar a química, a biologia e os conteúdos para o nono ano, isso complica. Nisso o curso está me ajudando a pensar, a ver melhor o que preciso”. (Professor 3)

“[...] da minha parte, eu vejo que a falta de um grau de escolaridade mais avançado me fez valorizar e buscar a faculdade. [...] a minha fala é testemunha que esse é meu sonho e todas as dificuldades vão influenciando no conhecimento, na formação e a universidade tem feito o máximo por nós [...], então as pessoas vão se adaptando, se adequando. Às vezes há desencontros de informações no processo e isso, para o curso, é ruim porque faz as pessoas perderem de vista a coletividade [...]. As expectativas, portanto, são as melhores, as notas baixas me deixam triste, mas a gente vem superar como acadêmico”. (Professor 4)

“Como eu falei antes, eu não tinha o conhecimento do Mura Peara como muitos tiveram e eu não estudava a nossa realidade, a da aldeia. Então, a faculdade me ajudou a conhecer. Lá a gente aprende coisas novas, coisas de outras aldeias, daqui de dentro e da sociedade, a gente aprende um com o outro”. (Professor 5)

“Os conteúdos que eu estudei desde o início é o conhecimento universal e depois ele é bem traduzido para a nossa realidade. Além dos professores serem dedicados e tirarem todas as nossas dúvidas, ensinam e aprendem com a gente e todos os momentos são avaliados. A gente no curso tem a oportunidade de dialogar para melhorar o que não entendemos”. (Professor 6)

“No início era uma coisa que eu não sonhava, até pela dificuldade. Antes, para nós indígenas, era preciso ter dinheiro para pagar esse estudo. Mas agora a gente vê que é uma oportunidade que surgiu para a gente buscar os conhecimentos. Com o curso, a gente fica sabendo mais e eu queria ajudar minha comunidade, porque antes tinha não-indígena nas escolas e isso prejudica a aldeia. Hoje, também, a sociedade respeita, a comunidade, meus colegas, por causa da faculdade e é bom ver que as coisas saíram do papel e ver meu sonho realizado. O curso ainda é desafiante e ainda é uma chance muito boa”. (Professor 7)

“Desde que eu comecei, eu percebi que minha visão era diferente da que eu tenho agora, depois do curso. Por exemplo, na questão da territorialidade, antes eu não tinha conhecimento, mas com a faculdade me ajudando nesse sentido, eu já posso ajudar as lideranças. A faculdade, como eu falei, abriu mesmo novos horizontes, novas idéias e quando eu disse que ela deveria ser nas aldeias, hoje eu vejo que por um lado seria bom, por causa da família. Mas vejo que, pela distância das aldeias, seria difícil. E tem também a área de exatas, que eu escolhi, que está me ajudando a entender muita coisa. E [...] eu tenho me esforçado para seguir os critérios da faculdade, para poder aplicar na sala de aula. E eu só acho difícil planejar, mas o curso tem sim me ajudado a atender as necessidades da escola e as minhas individualmente” (Professor 8)

“Eu acredito que sim. Acredito que tenho me esforçado para cumprir o que eu disse, tanto no grupo, quanto no individual. Porque nem tudo depende só do curso. Hoje eu consigo relacionar os conhecimentos universais que aprendemos na faculdade com os conhecimentos da realidade dentro da série que eu trabalho. Por exemplo, antes eu me detinha só com o material da região, agora não consigo só com isso, precisamos ir mais adiante. E o curso tem me ajudado, a área da matemática que escolhi, tem me ajudado no específico e na escola tenho usado como trabalho lá no curso. Embora aqui seja outra realidade, a gente então “engatinha” para ir melhorando aos poucos.” (Professor 9)

“Para começar, eu sempre achei que a universidade era um sonho mesmo. E hoje eu vejo que está sendo realizado. E assim, antes de entrar em alguma coisa, a gente precisa de formação. Nos meus textos, meus escritos, eu sempre digo que a universidade veio melhorar, suprir, abrir portas para mim e para meus colegas. Então, até o momento, o meu sonho está chegando lá. Como vamos formar para lidar com 5ª e 8ª série, eu penso que as disciplinas estão me ajudando e eu me garanto, porque a gente tem que ir aos poucos, de baixo para cima, ganhando experiências. Então, o curso foi uma coisa sonhada e eu como professor, no mundo do conhecimento, estou satisfeito!”. (Professor 10)

Uma parcela dos entrevistados também considera que algumas de suas expectativas individuais não foram atendidas em sua totalidade e entre os argumentos apontados para expressar esse atendimento parcial de suas expectativas, voltam-se à dificuldade de adequarem os conteúdos aprendidos no curso à dinâmica da escola da aldeia, ou seja, para a realidade de ensino dos alunos de 5ª à 8ª série. Vejamos como essa questão foi problematizada pelos entrevistados:

“Na verdade, está me fortalecendo na busca de conhecimentos gerais. Em relação ao ensino de 5ª à 8ª... o curso de licenciatura tá formando professores, mas não estão aplicando conhecimentos para que eu possa aplicar nas séries que estou atuando. Eu estou aprendendo, meu conhecimento está amplo, mas temos que ter jogo de cintura para arrumar um jeito de aplicar nas séries iniciais. Eu penso que o curso não está ajudando nesse sentido. Estou aprendendo a dosar os conhecimentos e quero aprender as especificidades da série. Os textos que estudamos no curso, às vezes, são técnicos demais, têm que ser desdobrados para aplicar na realidade da aldeia e têm uns que não dão para aplicar. Conciliar a vida pessoal e trabalho é difícil, por isso eu acho que deve ter uma maneira para suscitar as idéias, para desenvolvê-las melhor. A interculturalidade, por exemplo, temos poucos materiais para trabalhar essa questão e a interdisciplinaridade também, como temas para dialogar, conhecer a cultura dos nossos outros parentes, outras etnias. Às vezes eu penso que vou lá, aprendo, busco conhecimento e quando eu chego na minha aldeia, cadê os materiais? Como vou fazer?”. (Professor 11)

“Em partes. Por que de certa forma, como eu penso, na formação em relação à intelectualidade, sim. Mas tem algo que deixou a desejar, por exemplo, a Antropologia, a questão de estudar o “ser Mura”, o “homem Mura”, o contexto desse povo, da história, deveria aproveitar mais o material que existe entre nós e

explorar mais, ou seja, mais assuntos relacionados ao povo Mura. O outro ponto é: como trabalhar com os alunos de 5ª à 8ª série? Porque muitas coisas que a gente absorve descontextualiza o pensamento que a gente tinha. Mas, por mais que as dificuldades existam, eu quero continuar pensando que a faculdade ainda vai nos ajudar mais. O P.P.P. também está demorando a ser efetivado e espero que isso mude. Quando entrei no Mura Pearsa, eu via que a gente aprendia mais, mas muitas coisas não conseguíamos pôr em prática como a gente pensava. Os conteúdos às vezes é isolado para se trabalhar, mas eu faço a leitura, reflito para contextualizar, mas é difícil, pois muitas coisas ficam por minha conta e contar com a coletividade é uma preocupação. Então, nesse caso, procuro fazer o melhor, mas a participação da escola é importante”. (Professor 12)

Seguindo nesse processo de avaliação do Curso vimos que os saldos negativos também dividem espaços nessa trajetória formativa. Segundo dois dos entrevistados, o Curso tem demonstrado falhas na doação de conteúdos considerados complexos para a realidade da escola da aldeia, bem como na falta de aplicação de métodos para prática de ensino e, a seu ver, isso tem impedido o atendimento de suas expectativas. Vejamos as fala/depoimentos em destaque:

“Não. Porque primeiro eu pensava que a faculdade estava nos capacitando para sermos professores para lidar com a realidade que estamos vivendo, vinha nos ensinar métodos para dar aula. Mas só dá conteúdo difícil da gente transmitir na sala de aula. Então, desse jeito, a gente tem que estudar e se esforçar para poder transmitir para nossos alunos. Desse jeito é preciso muito empenho. Essa é a dificuldade de hoje. Mas da fala de dois anos atrás, é realidade! Eu pensava daquela forma. Nas áreas, por exemplo, não emitem o que é preciso para aplicar aqui na sala. Os fóruns, os seminários são legais, nos dão uma noção... Nas exatas então, como vou transformar aquele conteúdo para nossa realidade? Os fóruns dão noção, mas as áreas só dão conteúdos. É difícil essa situação, principalmente para mim, porque eu nunca tinha tido formação para dar aula para crianças. Por isso, eu acho que o que curso passa, dá para ensinar as crianças maiores, mas as crianças menores, não!”. (Professor 13)

“Pra mim, o curso está deixando a desejar e o que eram minhas expectativas já não são mais. E uma das coisas que não estou conseguindo é contextualizar o que é passado dos livros, na universidade, para a nossa realidade. Os conteúdos, por exemplo, não estou conseguindo adaptá-los para a 5ª e 8ª série. Então, eu vejo que a universidade não conseguiu ainda ver essa nossa realidade. Eu não sei se

também depende de mim, mas eu acho que a universidade não tem deixado claro esse ponto. Se isso tivesse acontecido, o aluno teria mais clareza. Eu acredito assim, que deve ter assuntos mais voltados para nossa realidade. Eu sempre digo que estou sendo realista, porque seria pior se eu escondesse isso. Então não sei como a faculdade vê isso. Por outro lado, eu vejo que, do que eu era antes, eu estou muito diferente, porque a faculdade me trouxe mais conhecimentos que têm me mudado. A UFAM é excelente, estou aprendendo bastante, mas tem esse detalhe”. (Professor 14)

→ **Expectativa coletiva/de aldeia**

Os depoimentos a seguir colocam em evidência as expectativas expressas pelos graduandos Mura que, segundo eles, contemplam diretamente os anseios da coletividade do seu povo. Tais expectativas reafirmam que a coletividade é uma das características mais evidenciadas entre os Mura e nos trazem a comprovação de que os povos indígenas são sociedades historicamente movidas pelo espírito coletivo, do agrupamento, da aliança firmada pelos laços sócio-culturais. É importante ressaltar que, embora tenhamos analisado os depoimentos, cada qual em sua categoria/expectativa, o aspecto da coletividade foi o que se mostrou mais presente entre todos, nos parecendo, muitas vezes, inseparáveis dos aspectos relacionados à família, ao movimento político e à individualidade. Quando indagados, portanto, se o Curso tem atendido suas expectativas coletivas e de que modo, os entrevistados respondem:

“Com certeza. Porque o que aprendemos, beneficiamos a comunidade. O conhecimento hoje é baseado no que aprendemos lá no curso. O curso realmente nos fortalece como grupo. Ele é rápido, pois estudamos em 7 dias, por exemplo, assuntos para 1 mês. Gostaria que tivéssemos mais tempo para aprender mais. O que aprendo hoje, por exemplo, é avanço e está se refletindo; nada é inventado, é aprendido através do curso, que é um avanço. O meu ensino médio, se fosse me basear pelo que aprendi, vejo que é diferente do de hoje, que é ampliado. Hoje a gente não tem que ler o texto, responder e fazer um trabalho; temos mais dinâmicas. E antes, as lideranças achavam que as crianças iam aprender menos por irmos para a faculdade. Mas hoje, conseguimos provar que só vamos ganhar com isso... Antes perguntavam, criticando e hoje perguntam, incentivando”. (Professor 15)

“Com certeza. Nesses quase três anos, a faculdade só veio somar, multiplicar e dividir conhecimento, por isso está atendendo as expectativas. Antigamente, em nossas aulas, a gente tinha dificuldades porque não tínhamos formação e com a universidade hoje, a gente já planeja melhor, consulta o P.P.P. - que a gente tem como um guia - e com o Mura Peara também tudo começou a melhorar. Hoje os comunitários elogiam a gente, diferente de antes, porque não queriam que a gente lecionasse, por falta de formação. A sociedade respeita a gente. Antes as pessoas achavam que não era possível e a credibilidade é grande hoje. É um sonho ainda, um orgulho. A gente lutou muito para isso, desde o Mura Peara, agora a gente está aí. Antes eu tinha vontade de desistir de tanto que demorou, aí a gente teve que adequar algumas coisas, criar um pedido, um projeto e encaminhar. Hoje temos o nosso curso, que tem nos ajudado a organizar nosso trabalho em sala de aula” (Professor 16)

“Sim. Porque a partir do momento que começamos a trabalhar dentro de um sistema na comunidade, nos reunindo e vendo as necessidades, também vemos o quanto estamos preparados e como podemos aplicar o que aprendemos lá no curso. Trabalhar depois de ter estudado a ética na comunidade, por exemplo, resgatar aquele respeito pelas pessoas, pelos mais velhos, é muito importante, muda. O curso tem feito coisas acontecerem, por exemplo: para muitos, os melhores professores eram os não-índios; mas agora, com o curso se aprimorando, a comunidade passou a acreditar no nosso trabalho e viram que não eram somente os brancos que eram os melhores. O diálogo em sala e na comunidade mudou, é mais freqüente. Hoje o trabalho é confiável, o relacionamento é outro e quando eu falo em igualdade, eu penso que em nível de estudo, cada um tem a sua capacidade. De cultura, somos diferentes, mas de pessoas e direitos, somos iguais. Cada um pensa de uma forma e o curso ajuda no auxílio que um deve ter com o outro. Então, o curso trouxe sim melhoria!” (Professor 17)

“Com certeza. Porque está atendendo não só minhas expectativas, mas como as da minha aldeia. O curso está suprimindo a necessidade. E eu não vejo só como um curso de formação, é de formação e de responsabilidade. Eu acredito e estou indo adiante porque eu não quero que as pessoas passem pelo que eu já passei [...] hoje eu me sinto privilegiado por conduzir outros em sala de aula, buscando ser um bom educador. A minha expectativa é de terminar esta e outras formações, porque o meu esforço é sempre pelo coletivo. Eu penso no amanhã, na aldeia [...] A questão da aula está boa, a gente se esforça, a aula é em todo lugar. Hoje temos alunos prestativos, pra gente não tem obstáculo, são todos encorajados. A gente se esforça para conseguir avançar, porque tudo que vem fácil, vai fácil e esse curso veio com dificuldade. Pra gente vê... na cidade, o preconceito ainda é muito grande, as pessoas acham que o Mura é pitiú e é para mudar isso que

estamos nos formando, para conseguir fazer essa mudança no pensamento. Nós tivemos colega que se formou e não continuou. Eu morei 12 na cidade, mas sempre foquei no meu povo, na minha comunidade e aonde vou, vou com essa estampa na cara, com essa identidade: Mura. E pra onde a escola vai, estou indo, estou lá, estou fazendo parte do meu coletivo. Tenho que zelar pelos meus alunos, porque tudo isso faz parte do meu futuro, que quero que seja melhor”. (Professor 18)

“Tem sim. Porque quando a gente está lá no curso, estudando, a gente não esquece um minuto a comunidade, a família, o aluno. As aulas ajudam a gente a melhorar o planejamento quando sinto dificuldade de passar o conteúdo, aí o conhecimento que eu ganho lá direciona melhor a aula. Lá os docentes me ajudam para que minha aula seja prazerosa e isso dá uma injeção de ânimo. Aprendo muito quando estou na base e tomamos como exemplo o curso convivendo com outros colegas. É uma soma de conhecimentos. Às vezes eu pergunto: ai meu Deus, será que estou fazendo certo? Agora já sei planejar com a comunidade e a educação diferenciada ajuda a trabalhar mais a nossa realidade. Agora repasso o conteúdo com um objetivo, nada é mais aleatório, tem sentido quando associamos com o curso superior” (Professor 19)

→ Expectativa de Movimento/Política

Ao longo dos estudos que realizamos no campo da educação escolar indígena Mura é perceptível que muitas conquistas se deram a partir de suas movimentações políticas. Ao nos aproximarmos dos depoimentos, através das entrevistas, vimos que o Curso tem se tornado instrumento importante para o fortalecimento da luta através dos movimentos indígenas e, diante do que nos foi colocado, muitas opiniões políticas tem sido fomentadas nesse processo de formação. Diante dos depoimentos relacionados abaixo, verificamos que o atendimento das expectativas aqui caracterizadas como “políticas/de movimento”, tem, no olhar dos alunos Mura, se dado de modo divergente:

“Sempre. Porque a gente que acompanha o curso desde o início, se dedica, a gente vê que o que a gente sonhou é uma realidade hoje. Hoje estamos tendo conhecimentos diferentes, conhecimentos que somam e melhoram o nosso jeito de ver o mundo e, por isso, temos que zelar. Só tem uma coisa que eu não estava esperando, que o curso está passando muito conteúdo e não como aplicar em sala

de aula, ou seja, pra gente transformar, temos que entender e daí poder passar. Outra coisa é o que foi dito e que era o pensamento de outro grupo, que agora já não é mais. Mas a intenção continua, de buscar conhecimento, auto-sustentação para nossa comunidade, para a gente não precisar sair daqui. Então a gente está fazendo parte da faculdade e ela está sendo além do que a gente esperava, era um sonho desde o Mura Peara. A universidade não é uma banana madura, que é só descascar e comer. Então permanece o que eu disse e além, que o curso está sempre fazendo a gente buscar formação e informação, e é o que a comunidade espera da gente. Eu só tenho a dizer que as expectativas são as melhores, estamos atingindo nossos objetivos, estamos mudando e ampliando e aplicando o que aprendemos lá em nossa escola. A visita na UFAM foi ótima e ajudou nos nossos projetos e isso é tudo fruto da universidade”. (Professor 20)

“Em partes sim e em partes não. Na verdade a maior dificuldade que a gente tem nessa questão é a influência da sociedade que está muito próxima da aldeia, as pessoas estão muito envolvidas e a gente tenta conscientizar para não sermos iludidos. A respeito de o curso ser específico, a gente tenta que seja, e de qualidade. A gente está conseguindo. Hoje, muita coisa já melhorou, porque antigamente, era o professor branco que ocupava os lugares nas escolas indígenas e o curso garantiu que os professores indígenas fiquem em maioria e os brancos em minoria, e está sendo bom para o desenvolvimento dos alunos e da comunidade em geral. O curso ajudou na valorização da cultura e eu acho que se não tivesse o curso... com a ajuda dele, ninguém mais se identificava como índio, porque na época do magistério, o pessoal meio que tinha vergonha de dizer que era. A partir do momento que a faculdade veio para dentro da aldeia, ajudou muito e hoje a gente luta pelo direito que tem. No magistério, eu pensava que o curso superior era de um jeito, e agora vejo que é bem diferente. E, me ajudou no reconhecimento da minha identidade, da minha realidade e do que é ser Mura”. (Professor 21)

“Sim. Porque tem muita coisa que a gente esperava aprender e estamos aprendendo e muita coisa boa que ajudou a fortalecer meu conhecimento. E isso, foi sempre na linha do Mura Peara, como pedimos e sabemos que a faculdade é diferente, mas os dois trabalham a realidade. Outra coisa boa é que a gente pode comparar o conhecimento dos índios com os dos não-índios, estamos vendo as culturas mudando e as pessoas evoluindo. Hoje a gente tem a tecnologia e podemos conhecer o mundo lá fora, melhorou a qualidade da aula. As dificuldades ainda existem e sempre vão ter, mas a gente vai levando e hoje, eu ainda tenho orgulho de dizer que a gente tem universidade de qualidade, é diferenciada e que eu sou índia e que eu tenho orgulho da minha identidade étnica. E que só vem gente preparada para dar aula pra gente e que nós somos índios e merecemos coisas boas”. (Professor 22)

“Em partes, mas para mais, eu diria que se fosse em porcentagem, seria 80% sim e 20% não. Os 80% é em relação aos conteúdos, o grupo de professores que temos no curso é bom... Essa minha resposta, eu penso que tem a ver com a avaliação final dos componentes e os professores que nos atendem tirando nossas dúvidas e dialogando culturalmente. Dos 20% ainda percebo que é relacionado a alguns componentes onde há um diálogo imposto, ou seja, às vezes o diálogo não se dá de igual para igual. Nem todas as disciplinas querem o diálogo, pois já tem seus conceitos formados, sem querer se abrir para novos conceitos. O curso também me serviu na atuação do movimento político e também os conteúdos universais. A fala do coletivo que, muitas vezes, é difundida, por exemplo, há alguns que não pensam assim como coletividade, é individualizada, é como se fosse máscara, hipocrisia, não possuem uma visão do todo. Eu vejo que o movimento do povo ainda está frágil, embora o movimento dos professores tenha se fortalecido. O curso trouxe condições para tentar sanar as angústias que me referi enquanto movimento. Acho ainda que falta criar um espaço, um canal, um meio para que o curso seja mais divulgado, onde as lideranças possam participar e ter recurso financeiro garantido, buscado através de apoio, projeto, alianças, recurso que pudesse envolver todos os professores também. Estabelecer uma proximidade cada vez maior, para sabermos o que está acontecendo na educação. Sobre minha realização profissional, em todos os aspectos, a faculdade está me ajudando e, às vezes, fico angustiado porque diante de uma nota baixa, às vezes a responsabilidade e cobrança cai sobre mim. Uma responsabilidade... porque, do mesmo jeito que o curso forma coletivamente, ele forma individualmente”. (Professor 23)

“Sim. Porque consegui deixar todos os professores indígenas nas escolas, resolveu a situação dos efetivos e contratados. Todos estão em sala de aula [...]. Ajudou também porque, quando tem uma formação, a gente tem prioridade. Ajudou também nos embates que a gente tinha com o SEEM. A licenciatura também deu um peso a mais no contrato de professores indígenas. Antes os professores não eram capacitados, por exemplo, a falar sobre os conteúdos de todas as disciplinas. Agora, temos segurança em relação a elas e até pela experiência que a gente teve no magistério. Tudo o que aprendi, jamais pensei que poderia aprender antes. O ensino superior possibilitou isso... E também a questão do material didático enviado para nós, para as escolas, nos auxiliou muito, inclusive, com o recurso tecnológico. Em relação ao que eu disse sobre estarmos “em pé de igualdade”, estamos não só em nível de município, mas de Estado, o curso deu impulso para falar, dialogar” (Professor 24)

“Em partes. O meu conhecimento tem se ampliado sim, porque antes, a gente aprendia coisas que nem conhecíamos e que hoje já podemos dizer que conhecemos. A gente sabe que essa questão do conhecimento, da faculdade, depende do empenho e não podemos esperar só pelo curso. A comunidade, sobre essa questão, está apoiando e a conscientização está sendo feita, até mesmo

porque, assim como o Mura Peara, a faculdade é uma questão nova. Mas hoje, eu vejo que a questão partidária afeta muito a escola, há muita interferência que às vezes acaba nos dividindo. Por outra parte, eu vejo que, com o curso, eu passei a ver meu trabalho de outra forma, porque falar é fácil, mas aplicar é que é difícil. Eu gostaria de um acompanhamento pedagógico mais de perto, por parte da UFAM, para a gente colocar melhor em prática o que aprendemos. E eu ainda sinto um privilégio ser universitário e é bom ver que a minha família está me vendo se capacitando. Baseado também nas avaliações do seminário, há ainda várias problemáticas a serem resolvidas, mas a coletividade precisa ser efetiva, falar a mesma linguagem e entender que a questão partidária reparte o pensamento” (Professor 25)

“Em partes, até porque o curso ainda não foi concluído. Porque, pelo que temos estudado até hoje, temos conseguido credibilidade. A expectativa que temos em aprender o nheengatú é um desafio e eu entrei nessa área pelo desafio que é aplicar na escola, depois que voltamos para a aldeia. E, até terminar, eu espero que as expectativas se concluam. Para a comunidade, estamos trazendo benefícios, embora em parte ela não tenha nos apoiado. Em relação ao orgulho de ser universitário, eu ainda tenho; mas não é aquele orgulho hipócrita, é um orgulho pelas relações que tenho estabelecido e por estar perto de concluir e o curso serve de espelho para quem ainda vai entrar na luta. Os pais, os alunos vêem a diferença que o professor “fulano” está fazendo, com segurança e respaldo. E, até concluir, ainda temos que caminhar, porque o conhecimento é infinito e quero testar na 5ª até a 8ª série. A prática pedagógica está melhorando em relação ao passado e vemos como é diferente o magistério da licenciatura e quanto a fazer uma pós ainda é uma interrogação, porque temos a questão da família, que pesa [...]” (Professor 26)

“Sim. Porque o curso tem dado subsídio para irmos em busca do conhecimento e, mesmo existindo barreiras, a gente tem adquirido espaço na sociedade e, nesse sentido, temos tido credibilidade, diferente de antes. O preconceito, por exemplo, era muito grande. A política da aldeia tem se fortalecido e não há preocupação em mostrar uma política diferenciada. Hoje a gente entende que o conhecimento não pode ser individual, tem que ser partilhado com a comunidade, porque estamos neste contexto. Então, o curso tem ajudado bastante e é importante nessa etapa, pela luta que tivemos pela escola, que é o nosso retrato e pela universidade, que é um dos nossos direitos” (Professor 27)

Tendo em vista a gama de informações adquiridas no processo de entrevistas e que, a nosso ver, não podem deixar de ser analisadas, uma vez que, se mostram indissociáveis às expectativas já citadas anteriormente e apontam contribuições positivas para o Curso de

Licenciatura, nos deparamos com a necessidade de categorizar outras expectativas importantes e continuamente citadas pelos entrevistados no decorrer da pesquisa. Alguns dos depoimentos atestam que os atendimentos das expectativas estiveram relacionados diretamente às famílias, os motivos são diversos, uns atestam que foi por causa da família que hoje estão podendo atuar no Curso de Licenciatura, outros afirmam que a permanência no curso tem se dado por conta dos impulsos dados pela família. Também atestam que vêm no curso uma alternativa para a melhoria de vida da família (como anseiam também para a comunidade):

→ **Às expectativas familiares:**

“Sim. Porque antes era uma oportunidade que meus pais sonhavam e só eu da minha família consegui terminar meus estudos e fazer uma faculdade. E eu queria muito me formar e ajudar minha aldeia, passar o que aprendi. O meu objetivo, que estou realizando, era cursar a área de português, porque era o que eu ia fazer de melhor. Hoje eu vivencio a realidade da aldeia, que é diferenciada, e o que me impulsionou foi ver o que era passado na escola antes, não era pra ser daquele jeito, então eu queria ajudar. O bom de tudo é também contar com coletividade e no curso, eu procuro me superar, prestar atenção para trazer para a comunidade”. (Professor 28)

“Sim está. Porque era uma expectativa que a gente tinha que nem no Mura Peara. Eu fico pensando como teve coisas que o tempo foi modificando e abrindo pontes para a gente caminhar. Antes, o que parecia escuro, agora melhorou para mim, eu não tenho nem como explicar. O Pirayawara era uma coisa que eu nem queria entrar, comecei de supetão, e hoje eu continuo mesmo, devido o meu pai ter falecido e nas últimas palavras dele, ele disse pra eu nunca desistir dos estudos, porque foi a única riqueza que ele pôde deixar pra mim. Hoje eu olho o que passou e também vejo que está muito melhor, porque antes passei por momentos muito difíceis [...] Hoje o meu estudo me ajuda a incentivar os meus filhos a estudar e não passar pelo que passei”. (Professor 29)

→ **À melhoria da formação/atuação docente**

Na avaliação desse percurso, quanto ao atendimento das expectativas, os graduandos Mura também atribuem ao Curso de Licenciatura o que se caracteriza como valor: a tarefa de

ter aprimorado, engrandecido e dinamizado sua atuação docente nas escolas das aldeias. Os depoimentos demonstram essa mudança/transformação ocorrida em sua formação docente e que se refletem positivamente nas ações executadas no cotidiano das salas de aula:

“[...] Hoje a minha prática está mais orientada, mas ainda há alguns conflitos com o que a secretaria pede. Do curso, por exemplo, eu já ensino até algumas palavras em nheengatu, a história dessa língua para os alunos. As lideranças apóiam, mas reclamam da falta de aula quando vamos para o curso. Daí querem mandar as crianças para outro lugar, para a cidade. Mas se fizerem isso, vão piorar a situação, quando aprenderem a cultura do branco, que é o que a gente não quer. Eles precisam entender que estamos na formação para passar o melhor para os alunos. E isso a gente tem que levar à sério, porque se não tiver interesse, como vai ser? Deixamos nossos filhos, família... e por isso temos que fazer valer à pena”. (Professor 30)

“A minha prática pedagógica mudou: antes, eu dependia do livro, eu achava difícil estudar. Hoje, eu pesquiso, posso entrar na sala com um graveto, mas consigo dar aula sem contar só com o livro. E isso, porque tenho conseguido conhecimento suficiente. A aldeia tem apoiado e, em toda a reunião, a gente explica que temos que nos qualificar. Nossos alunos, a maioria, são indígenas e todos gostam do jeito que a gente ensina. Nós tivemos uma luta grande para conseguir tudo isso, uma luta com fome, mas com empenho e por isso eu tenho orgulho de ser universitária hoje. As pessoas respeitam a gente e a gente está fazendo valer à pena mesmo e não pode ser de qualquer jeito, tem que ser direitinho”. (Professor 31)

“O conhecimento que levo pra sala é diferenciado, melhorou bastante minha prática, coisas que eu não sabia e agora já sei e até o presente momento as expectativas estão sim sendo alcançadas. A nossa comunidade confia, apóia a gente e é assim que as outras pessoas vão ver que estamos crescendo e conseguindo alcançar nossos objetivos” (Professor 32)

“Com o estudo que temos tido no Curso temos conhecido e ampliado muitas coisas no Ensino Superior. De primeiro minha aula era meio sem direção, não sabia como lidar, agora consigo planejar até através do P.P.P e da educação diferenciada. Naquela época eu não tava trabalhando e agora estou. [...] Bem...o curso está bom demais [...]”. (Professor 33)

→ **Ao fato de serem universitários da UFAM:**

Entre os depoimentos firmemente expressos pelos graduandos Mura do Curso de Licenciatura, o orgulho, a satisfação por sentirem-se parte integrante da Universidade Federal do Amazonas, são claramente notados. Fragmentos das falas dos destes alunos nos revelam que, como acadêmicos dessa universidade, a sensação de “poder”, direito conquistado e autoconfiança parece ter sido aguçada. E mais, com a implantação do Curso de Licenciatura – que tem possibilitado o atendimento às suas expectativas - os sinais de respeito e credibilidade por parte dos habitantes não-indígenas da região têm sido mais evidenciados nas relações que entre eles se estabelecem. O olhar, antes deturpado, sobre esse povo, por exemplo, aos poucos está sendo alterado e os Mura começam a inaugurar uma nova fase de convivência com a população local de Autazes e de municípios vizinhos. As falas que prosseguem demonstram, nesse sentido, que além do curso estar atendendo às suas expectativas, tem reafirmado o sentido de “ser” universitário da UFAM e os auxiliado a continuar caminhando nos rumos da aquisição do conhecimento acadêmico-científico, para a melhoria das condições de vida de modo geral e a defesa de seus direitos, enquanto povos específicos:

“Sim, até porque ainda não chegou no final, mas tudo o que falei está se concretizando, a minha prática, por exemplo, muda em cada etapa da faculdade. Eu ainda sinto orgulho de ser universitário e isso nunca vou deixar de sentir. Da parte das lideranças, antes elas apoiavam, se reuniam, faziam rancho pra gente levar e agora é tudo por nossa conta. Então elas apóiam assim, em palavras, confiam na gente lá. Com o curso, o meu povo também tem se beneficiado, com as informações, até nossa família, porque quando a gente volta, eles querem saber como foi, o que a gente aprendeu”. (Professor 20)

“Ainda mais que eu tenho muito orgulho de dizer que sou universitária da UFAM, pois nem todo mundo tem esse privilégio ainda apoiado, sem ter que pagar o curso. Sendo público e ser da UFAM, cria uma certa inveja nos outros e traz status pra gente. O curso? Deus o livre, está ajudando muito!”. (Professor 11)

“Eu ainda pretendo terminar o curso sentindo esse orgulho por ser reconhecida como universitária. E tudo o que a gente aprende, a gente passa, se reúne com os pais, só o apoio da liderança que é pouco hoje. Tem pessoas que também falam

pra gente: 'lá vão de novo e os nossos filhos vão ficar aí quando os alunos voltarem não vão lembrar de nada'. E eles tem que entender que estamos indo buscar aprendizado para a aldeia” (Professor 19)

Mergulhados nesse processo retrospectivo junto aos sujeitos da pesquisa, os graduandos indígenas Mura, é viável afirmar o quanto se torna denso e complexo avaliar o atendimento às expectativas, mesmo quando se parte do olhar do “outro”, de quem é o principal protagonista. Os graduandos Mura, nessa direção, nos causaram surpresa ao demonstrar que tal complexidade não pode constituir-se em impedimentos quando o desafio é buscar melhoria para as ações educativas voltadas ao seu povo e respostas aos anseios de suas comunidades.

Dispostos a esse “reencontro” com as expectativas expressas no passado, quando ainda idealizavam um curso superior específico, que pudesse contemplar as necessidades de seu povo quanto à formação de seus professores, os Mura são incisivos em seus posicionamentos atuais e nos revelam uma precisa avaliação do Curso que, *a priori*, ainda tem sido considerado uma de suas maiores e significativas conquistas, em especial no campo da educação escolar.

Nessa direção, é importante enfatizar que essa espécie de balanço qualitativo que realizamos à luz do olhar dos alunos universitários Mura, além de nos apontar pistas (como veremos adiante) para um possível aperfeiçoamento do Curso, continua mostrando à sociedade como os povos indígenas, a exemplo da Turma de graduandos Mura de Autazes, tem conseguido protagonizar sua própria história: com autonomia, liderança e presença coletiva, apesar de todos os entraves, percalços e mesmo contradições existentes e as que surgem no caminho.

Com o intuito de estendermos esse diálogo e explicitar os resultados extraídos do “movimento avaliativo” que o balanço indígena do Curso de Licenciatura oportunizou, redirecionamos nossa atenção às reflexões que “encerram” essa dissertação.

REFLEXÕES FINAIS

Os caminhos sinuosos pelos quais nos lançamos e percorremos para tornar concreta essa experiência de pesquisa não se constituem apenas de perigosos banzeiros, de águas revoltas e barrentas, de animais selvagens e lendários, de matas fechadas, enigmáticas, talvez por isso, encantadoras. Mas constituem-se também de desafios humanos, muitas vezes marcados indelevelmente por estigmas históricos e “pré-conceitos”, que ultrapassam séculos e se propagam desenfreadamente nos diversos discursos ainda promovidos pela sociedade que têm repercussão nas relações que se estabelecem.

Os povos indígenas são exemplos de grupos humanos que desafiaram as adversidades históricas e que buscam hoje, com vitalidade, a reversão desse cenário tendo como importante e decisiva aliada a educação escolar – na perspectiva e interesse indígena – um dos principais instrumentos de luta na garantia de seus direitos, enquanto minoria étnica, com suas especificidades e diferenças. E na busca de não apenas compensar os danos causados pelos “nossos antepassados” (os colonizadores) a esses povos, mas de junto com eles aprender, dialogar e interagir é que nos aliamos na luta “com eles” por uma causa, que muito nos tem engrandecido enquanto cidadã e educadora amazônica: a educação escolar indígena e de modo especial, a formação no Ensino Superior.

Sabemos que esse é um chão temático que ainda tem sido cautelosamente “pisado” e que tem demandado muitas reflexões nos tempos atuais. E, próximos estando de uma experiência dessa natureza (a formação superior de professores indígenas) e interessados em desvelar os caminhos percorridos até a conquista de um Curso Superior é que resolvemos pesquisar o Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas voltado para o povo Mura do município de Autazes, através dos olhares/expectativas dos próprios alunos.

Lançarmo-nos nessa experiência de pesquisa - que envolveu um total de 55 sujeitos, todos graduandos do Curso de Licenciatura, distribuídos em 10 aldeias indígenas situadas ao longo do extenso Rio Madeira, onde o principal objetivo era fazer um balanço/avaliação dos dois primeiros anos de implantação do Curso - foi, sem dúvida, um desafio, que exigiu de nós muito esforço e determinação mas, que muito nos acrescentou e ajudou a ampliar e direcionar nossos olhares a outras riquezas que um trabalho de pesquisa pode nos proporcionar. A relação das comunidades indígenas com a natureza, a hospitalidade dos moradores das aldeias, a proximidade com o cotidiano da escola, da vida foram (e continuarão sendo), sem dúvida, algumas dessas riquezas.

A dinâmica de aproximação com os sujeitos da pesquisa, o diálogo estabelecido de modo tão cordial e recíproco, fez com que o processo de realização das entrevistas se convertesse em um momento de aprendizagem mútua, uma vez que cada fala/depoimento vinha indissociavelmente conectado aos ideais coletivamente defendidos por esse povo: comunidade, escola e família.

A clareza política do povo Mura, com quem tivemos a oportunidade de conviver e conhecer um pouco mais durante as nossas duas etapas de viagem - que ocorreram nos meses de Julho e Agosto de 2010 - foi um dos aspectos que também nos causou grande admiração. Vê-los se deparando e se reencontrando com suas expectativas passadas (antes do início do Curso e na sua aula inaugural, no Seminário de Implantação), quando ainda o sonhavam/idealizavam, analisando-as no clima da vivência atual dessa experiência (já como alunos universitários, tendo cursado já dois anos da matriz curricular), com a consciência de que além de estarem efetuando uma avaliação – uma espécie de balanço qualitativo - ao mesmo tempo estavam preparando um terreno mais propício de aprendizagem para os mais que virão, torna-se um exemplo, entre tantos outros, do discernimento político do povo Mura representado pela turma de universitários que ora dão ritmo a Licenciatura.

Da mesma forma, nos defrontar com uma vasta gama de informações e depoimentos cujos aspectos se entrelaçavam uns aos outros, nos dando a impressão de que separá-los era um exercício impossível (e na verdade era), nos fez perceber a importância de analisá-las cuidadosamente, levando em consideração os aspectos que mais despontavam nas falas dos professores Mura. Para tal, nos apoiamos na fala do Professor Gersem, indígena do povo Baniwa, convidado para proferir a aula inaugural dos graduandos Mura. Como pudemos ver neste trabalho, ele apresenta diferentes e complementares expectativas, essenciais a seu ver, que vão acompanhar os universitários Mura nessa trajetória de construção/concretização do Ensino Superior, que representa avanços na conquista/garantia/defesa de seus direitos. São elas: expectativas individuais, coletivas/aldeia e política. Juntam-se a estas, as expectativas relacionadas à família, à formação/atuação docente e àquelas atribuídas ao fato de serem universitários da UFAM que, por vez, destacaram-se sucessivamente nos depoimentos coletados.

Após o processo de agrupamento dos depoimentos por “tipo” de expectativa e de análise, consideramos ter chegado a algumas conclusões a respeito das expectativas indígenas (seu atendimento ou não, segundo olhar avaliativo dos próprios alunos) frente ao desenvolvimento dos dois primeiros anos do Curso de Licenciatura que nos possibilitaram responder as questões que nortearam o nosso trabalho:

- Quais são e como estão sendo atendidas as expectativas dos alunos Mura nos dois primeiros anos de Curso?;
- Qual a importância de ser um universitário Mura?;
- Se as expectativas em relação ao Curso estão sendo atendidas ou não, a quem eles atribuem o fato?.

Desse modo, o trajeto por nós percorrido até as escolas das aldeias indígenas Capivara, Igarapé-Açú, São Félix, Cuia, Murutinga, Josefa, Paracuúba, Trincheira, Gapenú e Jauari,

onde encontramos/entrevistamos os 55 graduandos da Turma Mura do Curso de Licenciatura, culminou nas seguintes constatações:

- Das 55 expectativas manifestadas pelos graduandos Mura antes da concretização do Curso de Licenciatura: 42 graduandos avaliam que elas estão sendo atendidas, 11 afirmam que elas estão sendo atendidas em partes e 02 entendem que as expectativas iniciais não estão sendo atendidas. Esses dados, portanto, demonstram de forma clara e objetiva que o Curso tem atendido satisfatoriamente a maioria das expectativas dos alunos/graduandos Mura ao longo desses dois anos;
- Embora as expectativas expressas no passado tenham sido elaboradas primeiramente de forma coletiva/por aldeia (no momento de elaboração da proposta do Curso, período entre os anos de 2006-2007) e, posteriormente, individualmente, pelos graduandos Mura (na ocasião da aula inaugural, em 2008), os depoimentos indicam que além, das expectativas classificadas na fala do Prof. Gersem como “individual, coletiva e de movimento”, expectativas mais ligadas à família e as relacionadas à melhoria da formação/atuação docente também estão sendo contempladas pelo Curso, na leitura atual da maioria dos graduandos Mura;
- Os depoimentos revelam que o Curso tem adicionado conhecimentos científicos importantes ao universo educativo dos Mura e estes, tem sido associados/somados aos saberes tradicionais do povo, com constantes esforços e exercícios de interculturalidade;
- O Curso de Licenciatura tem ajudado os graduandos indígenas a construir suas próprias ferramentas pedagógicas que, por vez, tem ajudado a aperfeiçoar a sua prática educativa/cotidiana em sala de aula;
- No que se refere aos aspectos pessoais que compõem o perfil do professor, seja ele indígena ou não, o Curso de Licenciatura tem dado suporte para que os graduandos

Mura possam se conhecerem/reconhecerem melhor como professores, de modo que os graduandos menos experientes possam vencer a inibição, a insegurança diante de seus alunos e dos próprios professores da graduação;

- Determinadas falas evidenciam o fato de que a Licenciatura também tem dado suporte teórico e prático para que os graduandos saibam lidar com suas limitações dentro do ambiente escolar, apontando a pesquisa, a leitura e o exercício da escrita como instrumentos indispensáveis para a superação das dificuldades na escola e em sala de aula;
- O Curso tem estimulado a reflexão sobre os avanços e recuos da escola, a partir do que os graduandos indígenas têm aprendido ou não no decorrer das aulas de cada disciplina e a criarem alternativas frente às necessidades surgidas no espaço da escola da comunidade;
- Em alguns relatos, pode-se constatar que o Curso tem possibilitado a construção de novas relações, não só com a comunidade, com os alunos e as lideranças, mas com a comunidade não-índia do município, por parte da qual percebem estar ganhando credibilidade e visibilidade pelo espaço que atualmente ocupam na universidade;
- O Curso tem sido instrumento de reafirmação identitária e reafirmado os propósitos da coletividade, característica tão presente nas falas e depoimentos dos graduandos Mura;
- Atribuem ao Curso o fato de poderem contar atualmente com apenas professores indígenas na maioria de suas escolas possibilitando assim um ensino que de fato atenda às especificidades do povo, das aldeias e das escolas.

Ao tecer essa dinâmica de análise através dos olhares dos graduandos também nos aproximamos de constatações que nos indicam que o Curso tem proporcionado atendimento

de forma parcial às expectativas dos alunos. Algumas afirmações, nessa direção, nos dão pistas de que:

- Ao mesmo tempo em que o Curso tem possibilitado aos graduandos a aquisição de mais conhecimentos, tem tornado difícil a sua “aplicação” dentro das salas de aulas da aldeia, ou seja, há dificuldades quanto à transposição didática dos conteúdos;
- Os conteúdos transmitidos nas disciplinas têm ampliado o universo intelectual dos graduandos. Mas, em sua avaliação, por serem técnicos demais, acabam dificultando o entendimento e o “repasso” para os alunos;
- O Curso tem impulsionado os graduandos a refletirem sobre a sua prática educativa, mas não os tem habilitado efetivamente para lecionarem nas séries de 5ª a 8ª.

Nesse intenso e, muitas vezes tenso processo de avaliação sobre o atendimento às expectativas iniciais, outros apontamentos realizados por uma minoria dos entrevistados indicaram que o Curso não tem atendido algumas expectativas e tomam como argumento o fato de:

- Que o Curso não tem articulado os conteúdos disciplinares à realidade escolar enfrentada nas aldeias, ou seja, não tem conseguido adaptá-los para que sejam transmitidos às turmas de 5ª à 8ª série, com as quais – se ainda não estão, terão que trabalhar;
- Que muitos assuntos voltados à realidade do povo poderiam ser trabalhados com mais frequência no decorrer do Curso de Licenciatura e não estão sendo;
- Que o Curso tem abordado assuntos que podem contemplar apenas o ensino voltado aos maiores e não aos pequenos e não tem ensinado métodos para o ensino das aulas.

Paralelamente às constatações apresentadas, vimos o sentimento de orgulho e, ao mesmo tempo, de satisfação por fazerem parte de uma instituição de ensino superior como a UFAM. Conceber a universidade como responsável pela difusão de conhecimentos na sociedade enquanto instituição educacional que se dispõe ao desafio de compartilhar experiências – na perspectiva da interculturalidade, promovendo diálogos entre os diferentes saberes: as “ciências” no plural – a intercientificidade junto aos povos, é algo muito presente nas falas dos graduandos indígenas.

Nos momentos em que as expectativas se voltam a esse fato - o de “ser” partícipe de um processo de produção do saber, de “sentir-se” parte de um ambiente acadêmico - mais se evidencia o quanto os povos indígenas, especificamente o povo Mura (da região de Autazes), tem encontrado na educação escolar o suporte necessário para garantir o seu futuro, autonomia e a efetivação de seus direitos enquanto sociedades tradicionais, históricas e diferenciadas. E partindo desse contexto é que a universidade se vê novamente sob o desafio de responder “à altura” as expectativas, tão objetivamente expressas na fala de seus novos protagonistas.

Reforçando o diálogo estabelecido nessa dissertação sobre Ensino Superior e Povos Indígenas vimos o quanto a universidade, enquanto instituição pública, deve estar envolvida nesse processo de acolhida, permanência e saída exitosa dos povos indígenas. E embora as universidades tenham dado alguns passos nessa direção, ainda se vêem diante dos seguintes desafios:

- Repensar suas estruturas, o modo como têm se preparado para receber/acolher e dialogar com os povos indígenas e seus saberes;
- Promover debates que aproximem os povos indígenas da comunidade acadêmica não-indígena incitando, assim, a prática intercultural entre ambas;

- Rever o modo como a temática da educação escolar indígena tem sido incluída em seus currículos (verificando se de fato estão incluídas, e com que perspectiva/abordagem);
- Analisar com que frequência se tem promovido ações com o intuito de combater/amenizar o preconceito nos espaços acadêmicos;
- Verificar o esforço empreendido institucionalmente para que os Cursos de Licenciaturas Específicas possam prosseguir sem a necessidade de renovação de intermináveis e incertos Editais e, com isso, passe a ser regido não pela inconstância dos programas que os apóiam financeiramente, mas como uma política pública de ação afirmativa;
- Refletir, de modo geral, sobre que pilares os Cursos de Formação de Professores têm se dado, se os professores responsáveis pela realização das disciplinas têm sido sensíveis à temática, se tem levado em consideração a realidade dos povos, suas culturas, seus projetos, etc;
- Construir processos avaliativos que auxiliem efetivamente na melhoria dos Cursos de Licenciaturas e não apenas que sirvam como mera formalidade institucional.

Gostaria ainda de ressaltar que conhecer, mesmo que de forma panorâmica o cotidiano das escolas indígenas foi uma das experiências mais ricas vividas por nós nessa temporada de pesquisa. E que estar presente nas salas de aula, observar os desenhos, as atividades penduradas pelas salas ou fixadas nas paredes, nos depararmos com os olhares curiosos dos pequenos indígenas toda vez que chegávamos às aldeias, acompanhar o ir e vir dos moradores da comunidade, sermos acolhidos pelos professores e lideranças, ver materializada a liberdade nas brincadeiras das crianças foi um momento ímpar que nos uniu enquanto “peças” desse mosaico rico por sua diversidade, que é a Amazônia.

As cenas que presenciamos, além de nos marcarem pelas suas peculiaridades, nos identificam por terem trazido à tona aspectos do “viver amazônico” - tão parecidos com o viver que fez de mim criança, adulta e pesquisadora envolvida com as causas dos povos indígenas, nessa situação, com a causa do povo Mura através do Grupo de Pesquisa “Formação do(a) Educador(a) no contexto amazônico”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Para “finalizar” reafirmo que esta, será uma das vivências que, certamente se juntará àquelas mais marcantes e significativas vividas nesse caminho com os povos indígenas e permanecerá guardada conosco, com expressivo zelo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições70, 2003.
- BARNES, Eduardo Vieira. Da diversidade ao Prolind: reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas. In: SOUZA, Cássio Noronha de. **Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- BRAND, Antônio. Experiências de formação de professores indígenas na UCDB/MS. In: **I Conferência Internacional sobre Ensino Superior para Indígenas: Construindo novos paradigmas na educação**. Barra dos Bugres: UNEMAT, 2005.
- BRASIL, Amazonas: **Turístico, Ecológico e Cultural** – São Paulo: Empresa das Artes, 2005. (Série Guias Empresa das Artes de Turismo Ecológico do Brasil).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 010/2002, de 11/03/2002. Relator: Carlos Jamil Cury.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND/Educação Indígena**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_153.php. Data de acesso: 14/04/2010.
- CARVALHO, Fábio Almeida; FERNANDES, Maria Luiza; REPETTO, Maxim. **Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural**. Núcleo INSKIRAN/UFRR – Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.
- CHAMORRO, Graciela. La Calidad Intercultural: Desdoblamentos – Reacción a la conferencia pronunciada por la Dra. María Elena González, de la Universidad de La Frontera, Temuco, Chile. In: NASCIMENTO, Adir Casaro [et al.] (Orgs.). **Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade**. Campo Grande: UCDB, 2009.
- CORRY, Sthepen. Guardianes de la tierra sagrada. In: **Revista Especial da Survival Internacional**, Londres, 1994.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à educação multicultural no Brasil: culturas diferentes podem conversar entre si? In: **III SEMINÁRIO EM PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL**, 2000. Anais. Porto Alegre: UFRGS – ANPED – CD room, 2000, p. 1-15.

FREIRE, José Ribamar Bessa. O que os índios podem fazer pela universidade? In: NASCIMENTO, Adir Casaro [et al.] (Orgs.). **Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade**. Campo Grande: UCDB, 2009. (GT – Práticas Interculturais em Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão).

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FUNAI/CGDOC-Manaus. **O índio**. Artigo postado por Vanessa Rodrigues em 29/11/2009 no endereço eletrônico: <http://sinaisdagente.com/blog/?tag=povo-mura>. Data de acesso: 11/05/2011.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOUVEIA, Jacimar de Almeida. Ação Afirmativa e Direitos Culturais Diferenciados – As demandas indígenas pelo Ensino Superior. In: LIMA, Antonia Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). Seminário **Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados**. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Fundação Ford Foundation; CNPq; FAPERJ, 2004.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Eletrônico 5.0**. 3ª Ed. 1ª impressão da Editora Positivo. 2004 by Regis Ltda.

INPA. Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Os Mura Contemporâneos da Amazônia: forma de sobrevivência, dinâmica social e perspectiva de organização**. Relatório do Projeto: “Os Mura: Culturas, Técnicas de Educação e Sustentabilidade para a Amazônia”. Manaus: FAPEAM, 2007.

ITANI, Alice. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

JANUÁRIO, Elias. A Educação Escolar Indígena. **Anais da I Conferência Internacional sobre o Ensino Superior Indígena: Construindo Novos Paradigmas na Educação**. Barra dos Bugres: UNEMAT, 2005.

_____. Projeto 3º Grau Indígena: os desafios da formação superior para indígenas em Mato Grosso. **Anais da I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena: Construindo novos paradigmas na educação**. Barra dos Bugres: UNEMAT, 2005.

LETRAS, Academia Brasileira de. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: NASCIMENTO, Adir Casaro [et al.] (Orgs.). **Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade**. Campo Grande: UCDB, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Fábio de; CHALITA, Gabriel. **Cartas entre amigos: sobre ganhar e perder**. -2ª. ed. – São Paulo: Globo, 2010.

NETO, Godofredo de Oliveira. A educação e os direitos humanos. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Educação Superior: os caminhos da emancipação social**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. – Petrópolis, RJ; Vozes, 2007.

NOVANTINO, Francisca. Perspectivas para a Normatização do Ensino Superior Indígena no Brasil. **Anais da I Conferência Internacional sobre o Ensino Superior Indígena: Construindo Novos Paradigmas na Educação**. Barra dos Bugres: UNEMAT, 2005.

PERALTA, Anastácio. Relato sobre o papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: NASCIMENTO, Adir Casaro [et al.] (Orgs.). **Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade**. Campo Grande: UCDB, 2009.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. 2ª ed. Editora da Universidade do Amazonas. Manaus, 2002.

RIBEIRO, Joana D`arc. **Guia para a elaboração de projetos de pesquisa**. Manaus: EDUA, 2003.

SANTOS, Luciana Gomes Vieira; SILVA, Rosa Helena Dias da. A Organização dos Professores Indígenas Mura e o processo de transformação da realidade escolar Mura no município de Autazes/AM. In: 19º EPENN Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste, 2009, João Pessoa. **Educação, Direitos Humanos e Inclusão Social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009, p. 01-12.

SECCHI, Darci. A Formação de Professores como estratégia de controle da educação escolar indígena. In: SECCHI, Darci; MENDONÇA, Terezinha Furtado de (Orgs.). **Professores Indígenas em Mato Grosso: cenários e perspectivas**. EdUFMT, 2009. (Coleção Educação Escolar Indígena, v.4).

SILVA, Aglair Gomes da. [et al]. **Aldeias Indígenas Mura**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

SILVA, Rosa Helena Dias da; COSTA, Valéria Amed das Chagas. O Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura na Universidade Federal do Amazonas. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira; FUMES, Neiza Lourdes Frederico (Orgs.). **Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude**. Editora: EDUFAL. Maceió, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Faculdade de Educação/FACED. **Projeto do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura/Autazes**. Manaus, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Amazonas. Manaus (s/d).

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. Interculturales em la universidad – El estado de la cuestión: reflexiones a partir de La Conferência de Alejandro Herrera Aguayo. In: NASCIMENTO, Adir Casaro [et al.] (Orgs.). **Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade**. Campo Grande: UCDB, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A

MAPEAMENTO INICIAL REFERENTE AOS DADOS DOS PROFESSORES/GRADUANDOS INDÍGENAS MURA (26/02/2010)

NOMES/GRADUANDOS	COMUNIDADE DE ORIGEM	COMUNIDADE ATUAL	CARGO
1. Aglair Gomes Da Silva	Murutinga	Murutinga	Gestor
2. Alcilei Vale Neto	Igarapé-Açu	Igarapé-Açu	Conselho
3. Alderico Vieira Neto	Igarapé-Açu	Trincheira	Professor
4. Aldimar Pereira Rodrigues	Gapenú	Gapenú	Professor
5. Alricélio Martins dos Santos	Igarapé-Açu	Igarapé-Açu	Gestor
6. Alzenira Dias dos Santos	Murutinga		APAE/Sede
7. Amélia Braga Cabral	Murutinga	Murutinga	Professora
8. Andreza Moreira da Silva*	Trincheira	Trincheira	Professora
9. Arlindo Ruzo Braga Filho	Murutinga	Murutinga	Professor
10. Benezete Soares da Silva	Paracuúba	Paracuúba	Professora
11. Bernardo dos Santos Soares	Josefa	Josefa	Professor
12. Carliane Braga da Silva	Murutinga	Murutinga	Professora

13. Conceição Marques Lima*	São Félix	São Félix	Professora
14. Elcilane Batista Barbosa*	Josefa	Josefa	Professor
15. Eldissandro da Silva Batista*	Josefa	Josefa	Professor
16. Elizabete dos Santos Ferreira	Gapenú	Gapenú	Professora
17. Emeson Sá Barbosa	Trincheira	Trincheira	Professor
18. Erlande Santana Lira	Gapenú	Gapenú	Professor
19. Everton Marques Monteiro*	São Félix	São Félix	Professor
20. Fabiano Oliveira dos Santos	Gapenú	Gapenú	Professor
21. Fernanda Lima de Oliveira*	Cuia	Cuia	Professora
22. Francisco Marques da Silva	São Félix	São Félix	Professor
23. Gilberto dos Santos Pereira	Trincheira	Jauari	Gestor/Professor
24. Gilcivaldo dos Santos Hiamuth	Gapenú	Gapenú	Gestor
25. Gracimare Rodrigues Filgueira	Paracuúba	Paracuúba	Gestora
26. Jerson dos Santos Ferreira	Gapenú	Trincheira	SEEM/Sede
27. Joab dos Santos Ferreira	Cuia	Cuia	Gestor
28. José Roberto Marques dos Santos	São Félix	São Félix	Professor

29. Jucinéia Gomes do Carmo	Murutinga	Murutinga	Professora
30. Jucinilda Gomes do Carmo	Murutinga	Murutinga	Professora
31. Julio Cesar Gomes da Silva*	Cuia	Cuia	Professor
32. Kleber de Almeida Prado	Josefa	Josefa	Gestor
33. Liene do Nascimento Pereira	Igarapé-Açu	Trincheira	Gestora
34. Luiz de Souza Matos*	Josefa	Josefa	Professor
35. Luzia Pacheco dos Santos	São Félix	São Félix	Professora
36. Maria José Marques da Silva	São Félix	Trincheira	Professora
37. Maria Rita Pereira Correa	Gapenú	Gapenú	Professora
38. Mariomar Moreira de Souza	Trincheira	Trincheira	Professor
39. Matilde Nascimento Laranjeira	Trincheira	São Félix	Gestora
40. Nara Costa de Matos*	Sampaio	Josefa	Professora
41. Nilmar Batista da Silva*	Murutinga	Murutinga	Professor
42. Paulo Matos Santana	Gapenú	Gapenú	Professor
43. Raimunda Rodrigues Clemente	São Félix	São Félix	Professora
44. Raimundo da Silva Caldas	Igarapé-Açu	Igarapé-Açu	Professor

45. Rosa Coelho Martins	Trincheira	Murutinga	Professora
46. Rosemberg Esmeraldo Correa	Gapenú	Gapenú	Professor
47. Rosiane de Almeida Tavares*	Jauari	Igarapé-Açú	Professora
48. Salatiel Esmeraldo Correa*	Cuia	Cuia	Professor
49. Valdiviane Prado Batista	Trincheira	Josefa	Professora
50. Valdivia Prado Batista*	Josefa	Josefa	Professora
51. Vanderlei de Souza Santos*	Trincheira	Trincheira	Professor
52. Vanilde Vieira Pereira	Capivara	Capivara	Gestora/Professora
53. Walcelane de Souza dos Santos*	Trincheira	Trincheira	Professor
54. Waldenia Mota Braga*	Murutinga	Murutinga	Professora
55. Waldir Botelho Filgueira Filho	Gapenú	Gapenú	Professor

***Referem-se aos alunos novatos do Curso, ou seja, são aqueles alunos que não fizeram o Mura-Peara (Magistério Indígena), mas o Ensino Médio Regular.**

APÊNDICE B

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS VIAGENS ÀS ESCOLAS INDÍGENAS MURA

ALDEIAS	ETAPA/DIA DA VISITA	TURNO DE VISITA	N. DE ENTREVISTADOS POR ESCOLA
1ª. CAPIVARA	1ª. - 06/07/2010	DIURNO	01
2ª. JAUARI	1ª. - 07/07/2010	MATUTINO	01
3ª. PARACUÚBA	1ª. - 07/07/2010	VESPERTINO	02
4ª. IGARAPÉ-AÇÚ	1ª. - 08/07/2010	DIURNO	03
5ª. SÃO FÉLIX	2ª. - 09/08/2010	MATUTINO	07
6ª. CUIA	2ª. - 09/08/2010	VESPERTINO	04
7ª. GAPENÚ	2ª. - 10/08/2010	DIURNO	09
8ª. MURUTINGA	2ª. - 11/08/2010	DIURNO	09
9ª. JOSEFA	2ª. - 12/08/2010	DIURNO	07
10ª. TRINCHEIRA	2ª. - 13/08/2010	DIURNO	08

OBS: Nesse cronograma, ainda encaixam-se os 04 professores/graduandos residentes na Sede do Município de Autazes onde suas entrevistas foram realizadas. Os dois primeiros foram entrevistados na 1ª etapa das viagens, no dia 07/07/2010, o segundo no dia 08/07/2010 (na aldeia Igarapé-Açú por estar nos acompanhando durante as viagens) ainda na 1ª etapa, os dois últimos graduandos realizaram suas entrevistas no dia 09/08/2010 na 2ª etapa das viagens. Todos foram entrevistados ao fim do turno vespertino, momento em que voltávamos das comunidades indígenas para a Sede do Município de Autazes, exceto o que reside na Sede, mas fora entrevistado na comunidade.

APÊNDICE C

ESQUEMA DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES/GRADUANDOS INDÍGENAS MURA SOBRE AS EXPECTATIVAS RELACIONADAS AO ENSINO SUPERIOR

EXPECTATIVA I (DEPOIMENTO COLETIVO/POR ALDEIA):

“Expectativa expressa pelo grupo” (Aldeia a quem o grupo pertencia/Momento em que a expectativa foi expressa - ano).

EXPECTATIVA II (DEPOIMENTO INDIVIDUAL):

“Expectativa expressa pelo professor/graduando (individualmente)” (Nome do professor/graduando/ Momento em que a expectativa foi expressa – ano)

OBS: O tema gerador desta entrevista tem como base os depoimentos/expectativas dos professores indígenas Mura expressos em sua maioria nos momentos de Elaboração/Implantação do Curso de Licenciatura (Aula Inaugural – 2008), nos Fóruns que ocorreram em Autazes e nas aldeias e estão registradas em Relatórios do Grupo de Pesquisa “Formação do(a) Educador(a) no contexto amazônico”.

QUESTÕES

Como você avalia o grau de atendimento às suas expectativas:

1. Suas expectativas têm sido atendidas?

2. Por quê e de que modo?

Dados complementares

Idade: _____

Tempo de atuação na escola: _____

APÊNDICE D

AMOSTRA DE UM DOS ROTEIROS DE ENTREVISTA CONTENDO OS DEPOIMENTOS/EXPECTATIVAS DE UM DOS PROFESSORES/GRADUANDOS MURA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

EXPECTATIVA I (DEPOIMENTO COLETIVO/POR ALDEIA):

“As expectativas para o ensino superior de licenciatura são de nos formamos e trabalharmos a nossa própria realidade. Para que tenhamos um conhecimento amplo de nossa realidade e de outras sociedades. Imaginamos que o curso superior seja baseado no Mura-Peara, que é trabalhado a nossa própria realidade. Queremos estudar todas as áreas de conhecimentos. O nheengatú pode entrar como outra língua... mas tem a necessidade do inglês, por causa do computador. Temos que acompanhar. Queremos o conhecimento máximo” (Aldeia X/Fórum dos Pólos - 2006).

EXPECTATIVA II (DEPOIMENTO INDIVIDUAL):

“A minha formação vai servir para aprimorar mais meus conhecimentos, para que eu possa atuar em sala de aula com ginásio e quem sabe, com o ensino médio. Que eu possa desenvolver um trabalho educativo com os jovens, crianças e comunidade fazendo com que transforme os pensamentos de cada um deles e se voltem mais para a aldeia, que junto nós possamos fortalecer a memória histórica do nosso povo” (Professor/graduando Mura Y/ Aula Inaugural - 2008).

OBS: O tema gerador desta entrevista tem como base os depoimentos/expectativas dos professores indígenas Mura expressos em sua maioria nos momentos de Elaboração/Implantação do Curso de Licenciatura (Aula Inaugural – 2008), nos Fóruns que ocorreram em Autazes e nas aldeias e estão registradas em Relatórios do Grupo de Pesquisa “Formação do(a) Educador(a) no contexto amazônico”.

QUESTÕES

Como você avalia o grau de atendimento às suas expectativas:

1. Suas expectativas têm sido atendidas?

R= Sim, estão sendo atendidas com certeza.

2. Por quê e de que modo?

Porque como eu falei naquela época eu sempre quis trabalhar a realidade da nossa aldeia e conhecer e também trabalhar as de outras e isso eu estou conseguindo. Até porque temos que fazer o aluno conhecer, temos que prepará-los antes para que saiam daqui e falem bem, com qualquer pessoa, temos que preparar o aluno para ser crítico e isso eu estou conseguindo. Eu sempre explico para eles que mais tarde serão eles que estarão no meu lugar e precisam dar importância para isso. Eu vejo que meu trabalho está mais qualificado, melhor do que era, tenho mais diálogo, pesquiso e busco mais fontes de conhecimentos. O curso então está atendendo minhas expectativas e hoje a escolha da área de exatas para mim foi um desafio. Eu me orgulho de ainda estar em formação e mais tarde vou ter quando eu estiver formada, mas é como eu disse: o curso ainda está sendo um desafio que eu enfrento com a esperança de chegar lá, é uma luta que vou conseguir vencer.

Dados complementares

Idade: 39 anos

Tempo de atuação na escola: 13 anos

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
Câmara de Ensino de Graduação - CEG

RESOLUÇÃO 010/2007

Criar o Curso Graduação em Formação de Professores Indígenas Mura, na Modalidade Licenciatura, vinculado à Faculdade de Educação.

O PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS E PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, usando de suas atribuições estatutárias e;

CONSIDERANDO a proposta encaminhada através do documento datado de 15 de março de 2007, da Coordenadora do Programa de Formação Superior e Lideranças Indígenas - PROLIND, Profa. Rosa Helena Dias da Silva;

CONSIDERANDO o compromisso social da Universidade Federal do Amazonas, situada no estado com o maior número de povos indígenas do Brasil;

CONSIDERANDO a competência funcional da Câmara de Ensino de Graduação prevista no Artigo 16, § 2º, do Estatuto c/c o Artigo 9º do Regimento Geral desta Universidade.

CONSIDERANDO, finalmente a decisão da Câmara de Ensino de Graduação, em reunião nesta data,

RESOLVE:

Artigo 1º - CRIAR o Curso de Graduação em Formação de Professores Indígenas Mura, modalidade Licenciatura, com 50 (cinquenta) vagas iniciais.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE REUNIÕES DOS CONSELHOS SUPERIORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de abril de 2007.

Prof. Bruce Osborne
Presidente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
Câmara de Ensino de Graduação - CEG

RESOLUÇÃO 041/2009

Cria o Curso de Formação de Professores Indígenas, modalidade Licenciatura, vinculado à Faculdade de Educação.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO E GRADUAÇÃO, DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições estatutárias;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 54, § 1º do Regimento Geral acerca da criação de cursos de graduação na Universidade Federal do Amazonas;

CONSIDERANDO a oferta de novos cursos contida na política de reestruturação das universidades brasileiras (REUNI);

CONSIDERANDO disposto no Processo nº 46/2007, que apresenta o projeto de expansão e reestruturação da Universidade Federal do Amazonas, aprovado por meio da Resolução 079/2007 - CONSUNI;

CONSIDERANDO a decisão adotada por esta Câmara, em reunião ordinária nesta data;

RESOLVE:

CRIAR O Curso de FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS (licenciatura), com 60 (sessenta) vagas, turno matutino, vinculado à Faculdade de Educação, com ingresso inicial no primeiro semestre de 2008.

PLENÁRIO ABRAHAM MOISÉS COHÉN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, em Manaus, 01 de outubro de 2009.


Rosana Cristina Pereira Parente
Presidente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Instituição: **Universidade Federal do Amazonas - UFAM**

Título do Projeto: **Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas Mura: um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos**

Pesquisadora Responsável: **Fabiana de Freitas Pinto**

Orientadora: **Profa. Dra. Rosa Helena Dias da Silva**

Prezado(a) **graduando(a)** _____

Como é de seu conhecimento, pois já enviei cópia do projeto ao Setor de Educação Escolar Indígena Mura – SEEIM e a OPIM, estamos propondo um estudo/pesquisa objetivando verificar, passado os dois primeiros anos do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura, e com base no depoimento dos alunos, o grau de atendimento das expectativas por eles formuladas durante o processo de elaboração da proposta do Curso. O período previsto para a realização deste trabalho compreende os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2010 e Janeiro de 2011, nas 10 aldeias/comunidades do povo Mura do Município de Autazes/Am.

Neste sentido, assumimos o compromisso de estarmos sempre informando, esclarecendo e ouvindo suas questões durante o processo de realização da pesquisa, inclusive tomando decisões conjuntas, caso haja necessidade de alterações ao longo do estudo. Da mesma forma, ouviremos opiniões e acataremos sua decisão quanto à liberação (ou não) do uso de materiais já produzidos por vocês, Mura, como registros documentais, relatórios, livros assim como quanto possível material que venhamos a fazer durante a pesquisa (gravações e fotografias).

Nas eventuais reuniões da OPIM, também firmamos o compromisso de estarmos informando sobre as atividades realizadas e em andamento, procurando mantê-los atualizados, sobretudo, dos resultados obtidos no fim da jornada de pesquisa.

Garantimos ainda a privacidade e o sigilo das informações antes que sejam discutidas com vocês.

Esclarecemos, por fim, que, a qualquer momento, você poderá decidir pela interrupção de sua participação na referida pesquisa, se assim for de sua vontade.

Eu, _____, aluno(a) do Curso, após ter lido e entendido claramente os objetivos do projeto de pesquisa **“Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura: um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos”**, ter conversado com a Mestranda Fabiana de Freitas Pinto, responsável pela pesquisa e retirado minhas dúvidas, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** em participar deste trabalho.

Assinatura

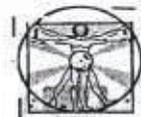
Data: ___/___/___

Eu, **Fabiana de Freitas Pinto**, Responsável pela referida Pesquisa, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa, assim como, assumi o compromisso de continuar informando sobre o andamento do processo, estando aberta/disponível às críticas e sugestões dos participantes, em especial dos(as) professores(as)/graduandos (as)Mura a quem a pesquisa se destina.

Contato: Universidade Federal do Amazonas/Av. General Rodrigo Octávio Jordão nº 3000, CEP: 69000-00, Manaus-Amazonas, Fone: 92-91349183.

Data: __/__/__

Assinatura



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 0020.0.115.000-10, intitulado: **“LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MURA: UM BALANÇO DOS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO À LUZ DAS EXPECTATIVAS DOS ALUNOS”**, tendo como pesquisadora responsável Fabiana de Freitas Pinto. Por se tratar de área Temática Especial “Populações Indígenas”, este projeto será encaminhado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para avaliação e emissão de parecer, e só poderá ser iniciado após a aprovação pela CONEP, segundo a Res.196/96 CNS.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus (EEM) da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 26 de maio 2010.

Prof.MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM



Of 3092

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA**

PARECER Nº 557/2010

Registro CONEP 16068 (Este nº deve ser citado nas correspondências referentes a este projeto)

CAAE – 0020.0.115.000-10

Processo nº 25000.133384/2010-57

Projeto de Pesquisa: *"LICENCIATURA ESPECÍFICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS MURA: UM BALANÇO DOS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO À LUZ DAS EXPECTATIVAS DOS ALUNOS"*.

Pesquisador Responsável: Fabiana de Freitas Pinto

Instituição: Faculdade de Educação, Universidade Federal da Amazônia; **Centro Único**

CEP de origem: CEP/UFAM

Área Temática Especial: Populações indígenas

Patrocinador: Não há

Sumário geral do protocolo

O presente trabalho - pensado com o intuito de ampliar/aprofundar o entendimento a respeito da temática do Ensino Superior e Povos Indígenas - foi fruto de duas significativas experiências paralelas ao período de Graduação (Curso de Pedagogia): a primeira, com pesquisas realizadas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), onde os pesquisadores tiveram a oportunidade de verificar o posicionamento dos alunos dos cursos de Pedagogia, História, Geografia, Matemática e Ciências Biológicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sobre a presença indígena na universidade e a segunda, com os estudos junto ao Grupo de Pesquisa "Formação do(a) educador (a) no contexto amazônico" da Linha de Pesquisa 3 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFAM, denominada "Formação e Práxis do(a) Educador(a) frente aos desafios amazônicos". O referido grupo tem assumido atualmente o compromisso de executar, através do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), o Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas junto ao povo Mura no Município de Autazes.

Partindo dessas trajetórias de estudo e investigação - que serviram como base e incentivo para esse projeto - é que foi decidido apropriar-se mais densamente da temática, mas, desta vez, sob a ótica e expectativas dos alunos Mura do Curso acima citado, que atualmente se vêem diante do desafio de cursar um nível superior de ensino.

Tendo em vista a crescente demanda dos povos indígenas por um ensino que contemple suas necessidades - enquanto povos que possuem culturas e projetos de vida específicos e diferenciados - e que garanta qualidade dos estudos e sua permanência no Ensino Superior, é que foi resolvido priorizar uma investigação que revele, de fato, como vem se desencadeando esse processo de ensino/formação através da experiência já iniciada pelos Mura do Município de Autazes, oportunizada pela UFAM.

Contudo, é perceptível que o Ensino Superior além de uma consequência do processo de escolarização cria expectativas por patamares mais elevados, mas, sobretudo, pela necessidade que estes povos têm de assumir a sua formação em todos os níveis para garantir futuramente a melhoria de vida do seu povo, o fortalecimento de sua identidade e o direito de poder assumir-se pelas suas diferenças e peculiaridades, como assim apóia a Constituição.

Diante desse quadro, põe-se em evidência o desafio da universidade brasileira de abrir-se a novas experiências, buscando construir um processo de formação acadêmica intercultural, para o que não existem caminhos traçados, mas rotas a serem descobertas, trilhas a serem continuamente percorridas. E esta formação deve constituir-se como espaço privilegiado para a discussão do conceito de interculturalidade, para que o mesmo não se reduza a um jargão, mas que possa influenciar toda a sociedade brasileira no sentido de que a interculturalidade exista de fato, envolvendo as culturas indígenas e não-indígenas, e não isolando a cultura/educação escolar indígena.

Ainda neste contexto, é demonstrada preocupação quanto ao papel que vem sendo desempenhado pela universidade quanto ao modo de abrigar/incluir os povos indígenas no espaço acadêmico, atentos ao fato de que devemos nos colocar contrariamente a uma inclusão perversa, como nos alerta Gersem dos Santos Luciano, da etnia Baniwa, em sua fala durante o Seminário "Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados": Na prática, a idéia de inclusão é muito bonita, mas se não tomarmos cuidado e não levarmos adiante o princípio da pluriculturalidade, do respeito às culturas, aos conhecimentos, aos direitos indígenas, pode ser uma inclusão num universo não-indígena ou pode ser também uma tremenda exclusão das estruturas tradicionais indígenas.

Refletindo ainda sobre esse cuidado é que se deve atentar cada vez mais para que o acesso ao Ensino Superior não seja permeado de discursos evasivos e práticas hierarquizantes, que acabam suprimindo as diferenças e gerando uma série de impedimentos para o exercício tanto da multiculturalidade quanto do diálogo intercultural. De igual modo, que seja pautado em ideais e práticas humanizadoras, sempre com vistas à promoção da igualdade, dos direitos e à emancipação dos povos através da democratização do ensino, como nos mostram as ações já consolidadas em nosso país, inclusive com turmas de professores indígenas já formados, pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) - Cursos de Licenciatura Específicos para a Formação de Professores Indígenas e pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Curso de Licenciatura Indígena em Formação Social, entre outras que têm promovido, além de conhecimento, diálogo entre as universidades e os povos indígenas do país. Destaca-se, por exemplo, na região amazônica, a Universidade Estadual do Amazonas (com o Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões) e as Universidades Federais do Acre e Amapá que já iniciaram seus Cursos para Formação de Professores Indígenas dos respectivos Estados.

Diante das argumentações postas, espera-se que o projeto em tela, além de apontar indícios e caminhos para continuidade e aperfeiçoamento das experiências em curso e as novas que se iniciarão – como é o caso, na UFAM, do Curso com os indígenas das etnias Munduruku e Sateré – se configure como uma possível contribuição ao debate em âmbito universitário. Por fim, é importante enfatizar o alerta: Para que os projetos de ensino superior em discussão nesse momento nas diversas regiões prosperem na direção indicada pelas populações indígenas, é fundamental que as Universidades e seu corpo docente se capacitem para tal, com ênfase no estudo dos processos de mudança cultural, atualizando conceitos e posturas metodológicas que perpassam as propostas indígenas.

Os objetivos gerais do estudo em tela são: Verificar, passado os dois primeiros anos do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura, e com base no depoimento dos alunos, o grau de atendimento das expectativas por eles formuladas durante o processo de elaboração da proposta do Curso.

Os objetivos específicos são: Situar o Curso no contexto do Prolind - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas; Verificar de que formas as expectativas indígenas nortearam/influenciaram (ou não) a elaboração da proposta de

Curso; Identificar que desafios estão sendo enfrentados pelos alunos nesta trajetória do Ensino Superior; Compreender o sentido atribuído pelos alunos Mura, à experiência do Ensino Superior.

A presente investigação, de caráter qualitativo, terá seu desenvolvimento no Município de Autazes/AM, mais especificamente nas aldeias/comunidades indígenas Capivara, Cuia, Gapenu, Igarapé-Açu, Jauari, Josefa, Murutinga, Paracuúba, São Félix e Trincheira, onde habitam os sujeitos de pesquisa, os professores indígenas do povo Mura que são alunos da Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas da UFAM.

Neste sentido, a pesquisa abrangerá o universo dos alunos: todos os 56 graduandos atualmente matriculados no Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura. Este é então o critério de inclusão/exclusão: ser aluno do Curso. Os meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro do presente ano e Janeiro de 2011 referem-se aos períodos em que serão realizadas viagens para a efetivação das entrevistas com os professores/graduandos em suas respectivas comunidades. As entrevistas, instrumento eleito para a coleta de dados, serão realizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e gravadas, se e quando autorizadas, conforme a necessidade surgida no decorrer da trajetória de pesquisa.

As respostas obtidas nas entrevistas serão checadas com os próprios entrevistados após sua transcrição para que se evite entendimento equivocado, e cuidado será tomado para que as entrevistas sejam feitas em profundidade, embora seguindo um breve roteiro, partindo de um "tema motivador", caracterizando-se, portanto, como semi-estruturadas. Serão interpretadas através da análise de conteúdo e numa perspectiva hermenêutico-dialética.

Se ainda assim houver ocasiões em que as respostas apresentarem-se com sentidos ambíguos, estas serão revistas, mais uma vez, para que o esclarecimento se dê em sua totalidade.

Local de realização

Trata-se de um projeto nacional e unicêntrico. Serão 56 sujeitos de pesquisa no centro em tela.

O estudo será realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Amazônia.

Apresentação do protocolo

A Folha de Rosto (página 02 da numeração do CEP) está preenchida e assinada. Consta carta de encaminhamento do protocolo (página 03 da numeração do CEP).

O roteiro para a entrevista com os(as) professores(as) indígenas está disposto como anexo ao projeto de pesquisa na página 27 da numeração do CEP.

Foi apresentado orçamento na página 28 da numeração do CEP.

Foi apresentado cronograma de execução do projeto de pesquisa na página 29 da numeração do CEP.

Consta Termo de Anuência assinado pelo coordenador da Organização dos Professores Indígenas Mura (páginas 30 e 31 da numeração do CEP).

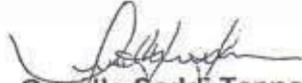
O TCLE (páginas 32 e 33 da numeração do CEP) apresentado se encontra redigido de forma clara e objetiva.

Foram apresentados os currículos da orientadora da pesquisadora responsável pelo estudo e da pesquisadora responsável (páginas 34-46 e 47-49 da numeração do CEP, respectivamente).

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 196/96, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Brasília, 30 de setembro de 2010.



Gyselle Saddi Tannous
Coordenadora da CONEP/CNS/MS

**TRANSCRIÇÃO DA FITA N.3 REFERENTE À AULA INAUGURAL DOS
PROFESSORES INDÍGENAS MURA – AUTAZES/AM EM 01/05/2008 PROFERIDA
PELO PROFESSOR GERSEM BANIWA**

GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO - Professor indígena e participante do início do Movimento Indígena, liderança tradicional do COPIAM – Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia - foi o primeiro Secretário de Educação Indígena do Município de São Gabriel da Cachoeira, considerado o município mais indígena do Brasil, com 95% de sua população pertencente a alguma etnia; foi o primeiro mestre em Antropologia Indígena do Brasil. Atualmente é doutorando em Antropologia e (no momento de sua participação na aula inaugural) era Conselheiro do Conselho Nacional de Educação Indígena. Logo após, assumiu a Coordenação da Educação Escolar Indígena na SECAD/MEC e, em 2009, por concurso público, ingressou na carreira de docente no ensino superior na Universidade Federal do Amazonas.

Vou tentar nos conduzir por um caminho de reflexão, principalmente sobre o papel da escola e o papel do professor e, especificamente, da escola indígena e do professor indígena no contexto atual do movimento indígena, mas também da sociedade nacional. Eu havia preparado uma fala um pouco mais otimista do ponto de vista político-pedagógico desse caminho que no Brasil percorremos. Mas eu confesso que fui bastante influenciado negativamente pelos últimos acontecimentos no Brasil com relação aos povos indígenas. Creio que muitos de nós - ou a maioria de nós - temos acompanhado nos últimos dias um bombardeio pela grande imprensa contra os nossos direitos. Eu queria iniciar essa aula registrando isso, fazendo questão de registrar isso, principalmente para os parentes indígenas. Eu tenho muita alegria de poder inclusive rever nesse momento vários companheiros de luta, parentes de duas décadas atrás. Vários desses professores, várias dessas lideranças estão aqui nesse momento, pessoas da nossa geração, dessa geração que estou falando que, de fato, se iniciou basicamente com o processo da Constituinte no período de 1985, 1986 e 1987, e muito forte em 1988, com a promulgação da Constituição. Viemos acompanhando um processo bastante significativo de desenvolvimento de um gradual processo de maior reconhecimento, de maior respeito aos direitos indígenas - dos povos indígenas no Brasil. Nós fomos, os da minha geração, como muitos aqui presentes, embebidos por esse otimismo de que finalmente os povos indígenas haviam conseguido um patamar significativo de direitos, suficientes para garantir o futuro. Um futuro que até o final da década de 1970 não estava certo; até 1975 ainda pairava na cabeça dos dirigentes políticos do Brasil a idéia de que os índios deveriam ser extintos, por fim, deveriam ser absolutamente eliminados, senão por violência física, mas

por uma decisão política de emancipação dos índios. Mas a partir da Constituição de 88, nós nascemos sobre esse otimismo que finalmente havíamos conseguido os direitos. Eu estou me referindo a isto em razão de que esse bombardeio racista, discriminatório dos últimos dias, que ouvimos e presenciamos por meio da imprensa me deixa dúvida se, de fato, o Brasil deu esse passo ou está à beira de dar um passo atrás novamente. Por que de novo voltar às maluquices, as burrices de que os índios, onde vivem, colocam em risco a soberania do Brasil? Primeiro, isso é uma ingratidão; segundo, é uma injustiça e terceiro, me desculpem aqueles que pensam assim... é uma total debilidade, sem razão. Seria importante que as pessoas que pensam assim, defendem essas idéias discriminatórias, tivessem a coragem de dizer o que de fato querem e não ficar inventando a idéia de que os índios estão pondo em risco a soberania das fronteiras brasileiras... Gente, nós não temos sequer terçado, machado como em muitas aldeias pra fazer essa divisão territorial, quer dizer, tão mal assistido estamos em nossas aldeias que sequer muitos dos meus povos do Alto Rio Negro não têm sequer condições de comprar um machado, muito menos uma arma para querer enfrentar o exército brasileiro... É gente que não tem o que pensar, não tem o que inventar e fazem isso, me perdoem... eu não queria iniciar uma aula com isso, mas eu não estou me agüentando porque é muita pressão para mim e para quem tem duas, três décadas de luta indígena. Um processo gradual de avanço de direitos e a gente está exatamente há 20 dias com esse bombardeio, bombardeio todo dia, toda hora... basta abrir qualquer canal de rádio e televisão ou jornal escrito... Eu queria pontuar isso! Bom... por outro lado, do ponto de vista dessa experiência histórica com relação à educação escolar indígena, eu queria trazer uma reflexão, principalmente para os parentes, agora universitários indígenas, professores em formação, mas professores atuando nas escolas - formação em serviço, portanto, muitos com longa experiência como professor indígena. Isto traz um desafio que eu acho que é muito real para o momento de hoje. Essa inserção no projeto de educação escolar é uma coisa recente, é da década de 1960-1970 esse processo de ampliação da inserção dos povos indígenas no processo de escolarização. É possível hoje a gente refletir sobre o sentido da própria formação escolar, já é possível pensar sobre isso porque estamos vivendo as primeiras experiências, os primeiros resultados, os primeiros impactos sobre a vida das nossas comunidades. Nós sabemos que a formação escolar, a escola indígena, a educação escolar indígena, sem dúvida nenhuma hoje é um instrumento importante, indispensável e necessário para o presente, mas principalmente para o futuro dos povos indígenas. Não basta apenas conquistar territórios indígenas, demarcação e homologação, sem que haja esta formação. Nós estamos falando de uma formação específica, de uma formação adequada para instrumentalizar, para habilitar

nossas lideranças, nossos professores, no sentido de que adquiram novas habilidades para encarar os desafios do mundo atual, digo novas habilidades porque nós sempre tivemos nossos educadores, nós sempre tivemos nossos intelectuais indígenas, nós sempre tivemos nossos sábios indígenas que eram perfeitamente habilitados, qualificados para responder as necessidades do povo, da comunidade, nos momentos determinados da sua história. Mas essa história atual, contemporânea em que os povos indígenas estão fortemente inseridos no mundo globalizado, no mundo praticamente regido por tecnologias - de certa maneira pela supremacia da ciência - para muitos autores pelo totalitarismo da ciência, da tecnologia... é importante que a gente domine novos conhecimentos, novas habilidades para lidar com essa complexidade ao ponto de garantir a nossa sobrevivência. E, na medida do possível, inclusive, usufruir dos possíveis benefícios dessa tecnologia, dessa ciência, dessa globalização e dessa modernidade. Porém, isso traz muitos desafios, me parece uma conquista muito grande quando ingressamos na universidade, é digno de festejo, de comemorações, porque são conquistas importantes. Mas, para nós indígenas, também significa uma enorme responsabilidade não é uma responsabilidade unicamente individual com cada um de nós, mas principalmente porque começamos a levantar e a criar expectativas grandes, muitas expectativas por parte das nossas comunidades, muitas expectativas por parte dos nossos filhos, dos nossos pais, dos nossos colegas, dos nossos companheiros, dos nossos parentes de aldeias e de comunidades. É uma cobrança que virá, com certeza, eu digo isso por experiência própria e às vezes, mesmo formados, mesmo diplomados, às vezes nos sentimos impotentes para responder à altura aquilo que é cobrado e esperado pelas nossas comunidades legitimamente, com todo direito. Porque, na maioria das vezes, essas conquistas não são conquistas individuais, são conquistas coletivas, são conquistas dos nossos povos, são conquistas das nossas comunidades e isso nós não podemos perder de vista se esperamos que todos - daqui a quatro, cinco anos - todos os sessenta novos universitários, professores em formação, ao concluírem sejam também realizados do ponto de vista da sua contribuição com as comunidades. Quero centrar minha reflexão em 3 perguntas/respostas que precisam ser trabalhadas: primeiro, eu já disse, é preciso que essa nossa formação responda a nossa expectativa individual, isso é fundamental! Porque nós não podemos ser indivíduos frustrados, indivíduos decepcionados; nós temos que ser indivíduos suficientemente primeiro respondendo aos nossos próprios interesses e demandas, porque isso é próprio do ser humano. Essa formação tem que trazer para nós auto-estima, auto-confiança, tem que ter resultado positivo na medida em que formos capazes de corresponder as expectativas e demandas das nossas comunidades. A segunda pergunta/resposta que temos que trabalhar é a expectativa da

nossa comunidade, o quê que a comunidade espera da minha formação? Por que a comunidade me apóia para que eu frequente com sacrifício, com dificuldades a formação de cinco anos? Nós não podemos esquecer dessas três questões: no plano individual, essa determinação, essa convicção, essa necessidade para a nossa própria auto-realização como indivíduo, como cidadão; a segunda questão com relação ao que a comunidade espera da nossa formação, do nosso papel como professor e a terceira: não podemos esquecer os direitos indígenas principalmente no Brasil. Esses direitos só têm sentido, só são respeitados e aplicados de acordo com o tamanho da capacidade da luta diária dos povos indígenas e qual é o nosso papel como professor, mas principalmente como professor formado em nível de Ensino Superior em Licenciatura Intercultural? Eu acho que são três dimensões da nossa formação que não podemos esquecer enquanto demanda, enquanto perguntas/respostas que temos que, no processo da nossa formação, trabalhar, aprofundar, pesquisar se for necessário mas, sobretudo, procurar conhecimento, procurar experiências para que a gente possa responder então a essa demanda porque são demandas nossas - individualmente e coletivamente. Por fim, tudo isso, por outro lado, terá sentido e eu tenho certeza disso, o esforço da equipe da Universidade Federal do Amazonas esse esforço de corresponder a essa expectativa é fundamental e eu tenho certeza que será absolutamente possível alcançar esses resultados esperados na qualidade da formação que vai gerar mudanças na possibilidade de cada um de vocês contribuir para melhorar as condições de vida das comunidades. E aí essa formação, respondendo a esses três níveis: individual, comunitário e o movimento indígena! A gente nunca pode esquecer isso, essa luta do povo Mura aqui é um exemplo de resistência, eu diria inclusive, que esse curso aqui tem também o sabor de ser uma segunda vitória, a primeira vitória foi a vitória da resistência do povo Mura. Eu conheço várias histórias desse processo colonial trágico com relação aos povos indígenas, mas uma das histórias que nunca sai da minha cabeça, que marcou a minha identidade política, exatamente a história do povo Mura, aquela história em que os colonizadores brancos usaram do pior estilo de má fé para praticamente massacrar o povo Mura, praticamente ali em meados do século XIX, início do século XIX agora não tenho tanta certeza de que período foi, mas aquela história que conta e está registrada, documentado... Em que o povo Mura era um povo, sempre foi um povo guerreiro, resistente e que os colonizadores não estavam conseguindo dominar e usaram uma estratégia bastante perversa: povo Mura tinha numa aldeia um padre missionário de altíssima confiança, era de muita confiança dos índios e os colonizadores que queriam de certa maneira pôr fim à resistência Mura utilizaram de má fé essa confiança do missionário. Chamaram o missionário pra Manaus e de Manaus passaram uma mensagem para os Mura, como se fosse

do padre, do missionário... que deveriam esperar o missionário em clima de festa... quando era absolutamente uma armadilha. Ao invés de chegar o padre, era um exército que chegou e praticamente massacrou e foi o foco da última resistência do povo Mura. Então, nesse sentido, eu acho que esse curso é uma segunda vitória porque aqui recomeça um processo de autonomia, autonomia que o povo já tem, com esse mundo complexo da formação de nível superior, a formação de uma nova intelectualidade indígena, de uma nova inteligência indígena que dê conta desse mundo complexo. Sem dúvida nenhuma, passa por esse processo de formação escolar, especialmente o Ensino Superior. Mas aí, deixo aqui três recados: primeiro, e aí vale pra todo mundo, é uma preocupação, e eu falo isso em todos os cursos de licenciatura intercultural que tenho podido visitar. E é importante registrar que propositadamente esses cursos não são denominados simplesmente de cursos interdisciplinares ou transdisciplinares. Esses cursos têm a denominação de serem cursos interculturais. Então, não basta apenas a comunicação entre disciplinas. Estamos tratando de culturas, portanto, também de conhecimentos, portanto, também de ciências diferentes, não é apenas disciplinas dentro de uma mesma ciência. Porque quando falamos disciplinas, estamos falando de história, geografia, química, matemática, mas dentro da ciência ocidental. Não estamos falando na ciência dos povos indígenas. É importante registrar isso: o curso tem que ser um curso intercultural, não apenas interdisciplinar, que tem que trabalhar os diferentes conhecimentos, as diferentes ciências. Agora, para quê? Aí eu acho, na minha opinião, estou compartilhando com vocês aquilo que eu acredito, os princípios, digamos, político-pedagógico que eu trabalho. Primeiro: sem dúvida nenhuma, é importante a formação acadêmica, a formação científica. Nós temos que dominar isso, primeiro pelo direito que temos, segundo pela necessidade para compreender cada vez melhor esse mundo em que vivemos, fundamentalmente, mas isso não basta. É importante que tenhamos a formação fortemente política, é uma coisa que eu cobro muito. Hoje, para os povos indígenas, não é suficiente apenas formação científica acadêmica sem uma forte formação política. Não estou falando de formação ideológica, partidária; estou falando de formação política, que os índios possam ter cada vez melhor domínio dos seus direitos e que tenham condições de estabelecer suas estratégias para garantir esses direitos. Registro como preocupação porque sou de uma geração, eu não sei muito por que... desde a nossa juventude, tínhamos o mínimo de domínio desses direitos e dessa consciência política. Hoje nós vivemos uma crise desse processo de experiência, porque a impressão que eu tenho no Brasil indígena - não estou me referindo agora aos Mura, mas principalmente, os índios do Brasil de uma maneira geral - a juventude indígena pouco tem conhecimento, pouco tem consciência política do seu contexto histórico,

do seu contexto político. E é importante, portanto, aí não apenas como universitário, mas, sobretudo, como educador indígena, como professor indígena, a gente precisa trabalhar muito essa consciência política, essa formação política. Uma coisa que em 1980, 1990 era muito forte, acho que hoje a gente tem uma certa tendência a tecnificar muito a nossa vida, cientificar muito a nossa vida e a história já mostrou que ciência como qualquer outra coisa não é suficiente para resolver os problemas individuais, coletivos e nem da humanidade - senão não estaríamos aí, aqui e ali com cartaz, com ameaças e assim por diante. Então, essa formação política é fundamental, mas, porque licenciatura indígena intercultural? Não estamos falando de qualquer segmento, de classe, tipo segmento social, de grupo social, estamos falando de culturas, estamos falando de povos; daí é muito importante uma terceira dimensão que a gente não pode esquecer: é a dimensão sócio-cultural. É preciso a gente valorizar muito isso e eu espero que com o estímulo, é... dessa lei que saiu recentemente sancionada pelo presidente da república, pelo presidente Lula incentivando a veiculação sobre realidades indígenas. Que o ambiente das escolas estimule os professores, os monitores, e mais vocês, enquanto professores e cursistas universitários, a produzir material sobre a nossa realidade indígena, nesse caso particular, muito da realidade Mura. Eu fiz um pequeno registro, um pouco do que eu li em algumas partes da literatura sobre os Mura, mas eu tenho certeza que deve ter uma vastidão de documentos, de livros, de arquivos sobre o povo Mura que precisa ser trabalhado e isso deve ser uma responsabilidade pedagógica do curso para essa produção. Eu sou uma pessoa que no Brasil reconhece que ainda é muito forte o preconceito, a discriminação contra os povos indígenas, mas grande parte dessa discriminação e desse preconceito é simplesmente e fundamentalmente baseado na ignorância que praticamente a sociedade tem com relação aos povos indígenas. Nós precisamos, urgentemente, reduzir essa ignorância, esse desconhecimento sobre a realidade indígena. Nós vivemos numa sociedade em que questões indígenas, temática indígena é algo de antropólogo ou de arqueólogo e não dos cidadãos e não da sociedade e não do povo. Então eu imagino que nós temos que achar uma maneira de produzir conhecimento do ponto de vista indígena, conhecimento que mude a visão colonialista, aquela preconceituosa em que o índio tem que estar pintado, tem que estar no mínimo nu, não é?! Porque esse é o índio estereotipado que agrada a imprensa, que praticamente a opinião pública tem. É preciso a gente superar isso. Mas para superar isso também é necessário que a gente tenha material qualificado pra poder circular nas universidades. As universidades são paupérrimas de material desse gênero, eu estudo hoje numa universidade importante do Brasil, que é a Universidade de Brasília e quando você vai procurar material didático de ponta, que expresse, por exemplo, a visão, o

ponto de vista indígena, simplesmente não encontramos. Eu faço antropologia eu sou obrigado a estudar antropólogos do final do século XVIII, começo do século XIX. Então isso é um absurdo para modernidade, para um mundo que se pretende civilizado, tecnológico, global e assim por diante. Mas um aluno indígena ainda tem que ler, tem que estudar coisas que são praticamente de dois séculos atrás, o desafio, portanto, é grande companheiros e parentes, não é?! Mas como eu disse, eu acho que nas duas últimas décadas, a nossa geração mostrou que é possível a gente avançar. Temos avançado, por mais que eu diga que estamos passando hoje uma crise, eu torço para que essa crise seja logo superada, que a gente continue no dia-a-dia avançando com muita habilidade, com muita sabedoria, com muita paciência, mas principalmente com muita resistência e consistência nos nossos propósitos de continuarmos vivendo a nossa cultura, as nossas tradições. Nós não podemos abrir mão de duas coisas: do direito de viver como queremos, as nossas culturas, as nossas tradições; e nós não podemos abrir mão também do nosso direito de ter acesso a tudo aquilo que o mundo moderno pode nos oferecer. Daí a gente precisa continuar lutando fortemente por políticas públicas então cada vez mais abrangentes, cada vez mais adequadas para atender os nossos direitos, dentre os quais, o acesso ao Ensino Superior. Então quero, com isso, deixar essa mensagem: primeiro, de fato, de comemorar essa conquista, mas de assumir muito seriamente a nossa responsabilidade com essa missão, essa responsabilidade. A escola e o professor têm o papel fundamental para contribuir nesse processo de mudança para melhor, contribuir para a melhoria das condições de vida das nossas comunidades, mas sobretudo, para garantir os direitos indígenas, é isso o que mais queremos aqui no Brasil. Porque, diferentemente de outros países vizinhos, aqui é mais difícil, porque as nossas correlações de forças são muito pequenas, o Brasil é um dos poucos países que basicamente os índios não participam das tomadas de decisões. Isso é uma coisa séria, mas é uma coisa verdadeira, é um dos poucos países onde nenhum índio participa das tomadas de decisões, sabem por que? Porque nós não temos um índio no poder executivo, nós não temos um índio no legislativo e nem um índio no poder judiciário. Países vizinhos, como a Colômbia e Venezuela, que mais ou menos proporcionalmente têm uma população pequena, mas conseguiram ter seus representantes nesses poderes. Na Colômbia e na Venezuela têm senadores indígenas, têm deputados federais conquistados na base da luta, mas eles conseguiram e não é proporcional não. Senadores, deputados eleitos competindo com os brancos; não é o Estado que garantiu vagas nesses poderes. É garantido na Constituição desses países: tem que ter representação indígena no Congresso Nacional. Então a gente ainda tem muito caminho a percorrer e eu acredito com essa nova intelectualidade indígena, novos professores formados, novas lideranças no Ensino

Superior, possam mudar esse quadro brasileiro. No Brasil somos cinco mil universitários indígenas, hoje 2008, é um número grande, significativo. Esses cinco mil... eu tenho certeza que daqui pra frente começa a mudar, mas no campo da educação os Estados não são muito bons não, nós temos no Brasil hoje doze mil professores indígenas atuando nas escolas indígenas e sabe quantos têm esse privilégio que vocês estão tendo? Adivinhem... menos de mil dos doze mil, mais ou menos mil professores têm esse privilégio. Para formar professores indígenas em nível superior, olha o caminho que temos que percorrer! Por isso, na abertura eu insistia com os nossos amigos da Universidade Federal do Amazonas, para que a partir desse curso, de fato, a instituição se sensibilize e multiplique esse curso para outros municípios, outros povos ao longo do Estado, não só o caso da Universidade Federal, mas da Universidade Estadual, da Secretaria de Educação, enfim, conclamando a todos para que a gente possa fazer esse esforço de levar esse processo que está se iniciando, mas que de fato merece aplausos merece comemoração. Então, era isso e mais uma vez agradecer a oportunidade e fico feliz de poder estar participando desse momento importante. Um abraço grande para todos os parentes Mura, parceiros e aliados aqui das instituições públicas, e boa tarde!